



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

PAULO ROBERTO FERREIRA DE AGUIAR JUNIOR

A PROCURA DO ECO NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM TERRA RONCA (GO)

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Júnior

3. Título do trabalho

A procura do eco na atividade turística em Terra Ronca (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Ferreira De Aguiar Junior, Discente, em 06/07/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ivanilton José De Oliveira, Professor do Magistério Superior, em 06/07/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3876192 e o código CRC 46B12638.

PAULO ROBERTO FERREIRA DE AGUIAR JUNIOR

A PROCURA DO ECO NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM TERRA RONCA (GO)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração em Natureza e Produção do Espaço

Orientadora: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira

Goiânia

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Aguiar Junior, Paulo Roberto Ferreira de
A PROCURA DO ECO NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM TERRA
RONCA (GO) [manuscrito] / Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior.
- 2023.
CLXV, 165 f.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de
Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Ecoturismo. 2. Unidade de Conservação. 3. Parque Estadual
Terra Ronca (GO). I. Oliveira, Ivanilton José, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 42/2023 da sessão de Defesa de Tese de Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Júnior, que confere o título de Doutor em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 14 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "A procura do eco na atividade turística em Terra Ronca (GO)". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Ivanilton José de Oliveira (IESA/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Giselia Lima Carvalho (IFG), membro titular externo; Professora Doutora Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira (UFG), membro titular externo; Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Denis Castilho (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Ivanilton José de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por Ivanilton José De Oliveira, Professor do Magistério Superior, em 27/06/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Denis Castilho, Professor do Magistério Superior, em 27/06/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior, em 27/06/2023, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira, Usuário Externo, em 27/06/2023, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3843307 e o código CRC 54187088.

PAULO ROBERTO FERREIRA DE AGUIAR JUNIOR

A PROCURA DO ECO NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM TERRA RONCA (GO)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

COMPOSIÇÃO DA BANCA

Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira
Orientador

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro
Membro interno

Prof. Dr. Denis Castilho
Membro interno

Profa. Dra. Gisélia Lima Carvalho
Membro externo

Profa. Dra. Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira
Membro externo

Profa. Dra. Cláudia Valéria de Lima
Suplente Interno

Profa. Dr. Rangel Gomes Godinho
Suplente Externo

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória da produção desta tese não somente eu, mas o Brasil passou por um momento difícil, que implicou reinventar a forma de lidar com o cotidiano, bem como com o tempo-espço. Durante a pandemia do Coronavírus (Covid-19), muitos elementos da vida ficaram em suspenso, assim como o Brasil, de 2019 a 2022. Com os devidos cuidados, cautela, trilhando este caminho com a presunção de que o pensar de Guimarães Rosa, de que a vida quer d'agente é coragem, consegui, contudo, terminar este trabalho e posso, aqui, citar algumas pessoas que fizeram parte desta trajetória.

Os mais sinceros agradecimentos:

Ao meu orientador, professor Dr. Ivanilton José de Oliveira, pela compreensão e autonomia oferecidas a mim, que certamente me fizeram um pesquisador melhor.

À Juliana Ramalho Barros, Dra. professora, minha esposa, minha amiga de grandes risadas e apreensão. Juntos, arquitetamos nosso presente e futuro e as conversas sobre a tese, entre tantas outras, me tranquilizavam. Dedico, aqui, um especial agradecimento a ela.

Ao professor Dr. Eguimar Felício Chaveiro, que, além de estar presente na minha qualificação, é um grande interlocutor, principalmente sobre literatura, assunto que sou apaixonado tanto quanto a Geografia. Também agradeço à professora Dra. Gisélia Lima Carvalho, por ter participado da minha qualificação e ter sido minha professora de Tecnologia em Turismo no antigo Cefet.

Agradeço também à minha cunhada, Cristiana Ramalho Barros, e à minha sogra, Socorro Ramalho Barros, por me ajudarem a tornar concreto algo embrionário em 2019.

Também agradeço aos condutores que participaram do campo, realizado no Parque Estadual Terra Ronca (GO), principalmente o condutor Rafael Oliveira, que teve muita paciência ao responder a todos os questionamentos feitos a ele, bem como entender que o ritmo do “passeio” era outro, assim como seu objetivo. Obrigada por ter também oportunizado um encontro, regado a café, em sua casa, para conversas sobre a sua atividade e as dificuldades encontradas.

Agradeço, ademais, à Universidade Federal de Goiás (UFG), por ser um espaço de debates profícuos e heterogêneo, influenciando, positivamente, as reflexões sobre os espaços e seu uso.

Ao Instituto de Estudos Socioambientais, por ter sido um espaço de compreensão das diferenças, capaz de propiciar a escuta ativa, além de ser um espaço que busca a excelência por meio de seus professores e técnicos, que ajudam o IESA ser o grande Instituto que é.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, ajudaram na elaboração e no amadurecimento desta tese, seja em forma de bate-papos regados a boas risadas, seja por meio das leituras dos artigos e recebendo *feedbacks*, enfim, a todos aqueles que me ajudaram a terminar esta parte da caminhada, meu muito obrigado.

Símbolos? Estou farto de símbolos...
Mas dizem-me que tudo é símbolo.
Todos me dizem nada.
Quais símbolos? Sonhos. —
Que o sol seja um símbolo, está bem...
Que a lua seja um símbolo, está bem...
Que a terra seja um símbolo, está bem...
Mas quem repara no sol senão quando a chuva cessa,
E ele rompe as nuvens e aponta para trás das costas
Para o azul do céu?
Mas quem repara na lua senão para achar
Bela a luz que ela espalha, e não bem ela?
Mas quem repara na terra, que é o que pisa?
Chama terra aos campos, às árvores, aos montes.
Por uma diminuição instintiva,
Porque o mar também é terra...
Bem, vá, que tudo isso seja símbolo...
Mas que símbolo é, não o sol, não a lua, não a terra,
Mas neste poente precoce e azulando-se
O sol entre farrapos finos de nuvens,
Enquanto a lua é já vista, mística, no outro lado,
E o que fica da luz do dia
Doura a cabeça da costureira que pára vagamente à esquina
Onde demorava outrora com o namorado que a deixou?
Símbolos? Não quero símbolos...
Queria — pobre figura de miséria e desamparo! —
Que o namorado voltasse para a costureira.
Álvaro de Campos

Começo a conhecer-me. Não existo.
Sou o intervalo entre o que desejo ser e os outros me fizeram,
Ou metade desse intervalo, porque também há vida...
Sou isso, enfim...
Apague a luz, feche a porta e deixe de ter barulhos de chinelos no corredor.
Fique eu no quarto só com o grande sossego de mim mesmo.
É um universo barato.
Álvaro de Campos

RESUMO

A tese teve como questão central investigar a falta da atividade ecoturística na Unidade de Conservação de Proteção Integral Terra Ronca (GO), que possui o maior conjunto cavernícola da América do Sul, e entender por que a atividade não atende aos elementos que qualificariam a atividade turística realizada em seu espaço como ecoturismo. A metodologia utilizada incluiu estudo de caso na unidade de conservação, revisão bibliográfica e levantamento de dados em sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visita técnica, além de questionários aplicados a pessoas envolvidas diretamente com a atividade turística no Parque. A geografia é fundamental para o estudo do ecoturismo em unidades de conservação, principalmente quando se utiliza do pensamento sistêmico para compreender as relações entre o meio ambiente e a sociedade. O enfoque sistêmico considera a interdependência dos elementos e processos que constituem um sistema, possibilitando uma análise mais ampla e integrada do ecossistema em questão. Os resultados indicaram que a baixa participação da população local, principalmente os envolvidos de forma direta na atividade turística, juntamente com o avanço da degradação do bioma cerrado e a ineficiência do estado, são os principais motivos para a falta de atividade ecoturística em Terra Ronca. A partir dessas conclusões, a tese contribuiu para ampliar a discussão sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil e para a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e do envolvimento da população local em atividades turísticas sustentáveis.

Palavras-chave: Ecoturismo. Unidade de Conservação. Parque Estadual Terra Ronca (GO)

ABSTRACT

The thesis aimed to investigate the lack of ecotourism activity in the Terra Ronca Integral Protection Conservation Unit (GO), which has the largest cave system in South America, and to understand why the activity does not meet the elements that would qualify the tourism activity carried out in its space as ecotourism. The methodology used included a case study in the conservation unit, literature review, data collection on websites such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), technical visits, and questionnaires applied to people directly involved in the tourist activity in the Park. Geography is essential for the study of ecotourism in conservation units, especially when using systemic thinking to understand the relationships between the environment and society. The systemic approach considers the interdependence of the elements and processes that constitute a system, allowing for a broader and more integrated analysis of the ecosystem in question. The results indicated that the low participation of the local population, especially those directly involved in tourist activity, along with the advancement of degradation of the cerrado biome and the inefficiency of the state, are the main reasons for the lack of ecotourism activity in Terra Ronca. Based on these conclusions, the thesis contributed to expanding the discussion on ecotourism development in Brazil and to raising awareness about the importance of environmental preservation and the involvement of the local population in sustainable tourism activities.

Keywords: Ecotourism. Conservation Unit. Terra Ronca State Park (GO).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AMYK	Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
APA	área de proteção ambiental
AYRCA	Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes
CAT	Centro de Apoio ao Turista
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
Cecav	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
DN	Deliberação Normativa
DRNR	Departamento de Recursos Renováveis
EENR	Estação Ecológica de Nova Roma
EIA	Estudos de Impactos Ambiental
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
Femerj	Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
Funatura	Fundação Pró-Natureza
Funter	Fundo de Desenvolvimento da Região Terra Ronca
GO	Goiás
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MG2M	<i>Money Generation Model</i>
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MP-GO	Ministério Público do Estado de Goiás
MPT	Municípios com Potencial Turístico
MT	Municípios Turísticos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

Parna	Parque Nacional
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PETeR	Parque Estadual Terra Ronca
PIB	produto interno bruto
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PM	plano de manejo
Pnap	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNT	Plano Nacional do Turismo
Probio	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica
Prodecer	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROMOBio	Promoção da Biodiversidade das Unidades de Conservação Goianas
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RAD	Relatório Anual do Desmatamento
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
Semad	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado de Goiás
Sieg	Sistema Estadual de Geoinformações do Governo do Estado de Goiás
Sistur	Sistema de Turismo
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STF	Supremo Tribunal Federal
UC	unidades de conservação
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UFG	Universidade Federal de Goiás
ZA	Zona de Amortecimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Turismo de massa e turismo sustentável	37
Figura 2 – Estrutura do ecoturismo	39
Figura 3 – Geoformas cavernícolas	80
Figura 4 – Mapeamento espeleológico	Erro! Indicador não definido.
Figura 5 – Recursos orçamentários destinados ao Turismo (R\$ bilhões)	86
Figura 6 – Parque Estadual Terra Ronca (GO) – PETeR	96
Figura 7 – Formas predominantes de relevo da região de São Domingos	97
Figura 8 – Fitofisionomias do bioma Cerrado	98
Figura 9 – Caverna Terra Ronca I	100
Figura 10 – Divisa de São Domingos e Guarani de Goiás	101
Figura 11 – Placa informativa sobre acesso à caverna Terra Ronca I	101
Figura 12 – Acesso à caverna Terra Ronca I	102
Figura 13 – Altar para Bom Jesus da Lapa	102
Figura 14 – Entrada da caverna Terra Ronca II	103
Figura 15 – Caverna São Bernardo	104
Figura 16 – Caverna Angélica Parque Estadual Terra Ronca (GO)	105
Figura 17 – Veredas de São Domingos (GO)	107
Figura 18 – Imagem Google Earth da área do Parque Estadual Terra Ronca (GO)	109
Figura 19 – Composição da receita com deduções	111
Figura 20 – Entrada do Parque Estadual Terra Ronca (GO)	112
Figura 21 – Conjunto das relações ambientais	Erro! Indicador não definido.
Figura 22 – Estrutura do pensamento sistêmico	Erro! Indicador não definido.
Figura 23 – Caverna Terra Ronca I	121
Figura 24 – Outros atrativos turísticos em São Domingos (GO)	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ecoturismo versus turismo de natureza.....	115
Gráfico 2 – Apoio institucional	116
Gráfico 3 – (Eco) turismo predatório	119
Gráfico 4 – Aprendizagem	120
Gráfico 5 – Atividade econômica do PETeR	122
Gráfico 6 – Impactos ambientais	124
Gráfico 7 – Turismo em São Domingos (GO)	126
Gráfico 8 – Plano de manejo	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferença entre o ecoturismo e o turismo de natureza	43
Quadro 2 – Legislação ambiental e instrumentos relacionados	44
Quadro 3 – Primeiros Parques Nacionais	46
Quadro 4 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc.....	51
Quadro 5 – Grupos das Unidades de Conservação – Brasil	62
Quadro 6 – Grupos das Unidades de Conservação – Brasil	62
Quadro 7 – Elementos sistêmico	Erro! Indicador não definido.
Quadro 8 – Características estruturadas de um sistema	Erro! Indicador não definido.
Quadro 9 – Metodologia de formulação de desenvolvimento turístico.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 10 – Elementos do pensamento sistêmico	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa do impacto econômico atual da visitação em 18 Parques Nacionais ...	55
Tabela 2 – Multiplicadores adotados para a estimativa do impacto econômico do turismo em unidades de conservação.....	55
Tabela 3 – Critérios de qualidade dos principais elementos do clima na classificação do meteorologista brasileiro	Erro! Indicador não definido.
Tabela 4 – Área desmatada (ha) e proporção (%) por vetor de pressão em 2019, 2020 e 2021 no Brasil.....	90
Tabela 5 – Área Desmatada (hectares) por tipo de Unidade de Conservação no Brasil em 2019, 2020 e 2021.....	93
Tabela 6 – Alertas com sobreposição total ou parcial com Unidades de Conservação em cada bioma e no Brasil em 2021	94
Tabela 7 – Cavernas no Parque Estadual Terra Ronca (GO) com regulamentação para uso turístico	99
Tabela 8 – Regiões menos desenvolvidas no estado de Goiás	108
Tabela 9 – Área desmatada (hectares) por tipo de unidade de conservação no Brasil, em 2019, 2020 e 2021.....	131
Tabela 10 – Alertas com sobreposição total ou parcial com unidades de conservação em cada bioma e no Brasil, em 2021	131
Tabela 11 – Dados do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	134
Tabela 12 – Dados dos Parques Nacionais.....	135
Tabela 13 – Contribuições Econômicas do Turismo no Parna Chapada dos Veadeiros	147

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONTEXTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MODERNO: VIAGENS E MOTIVAÇÕES – UM CAMINHO A SER PERCORRIDO.....	22
2.1 As viagens no velho mundo, um caminho na história do turismo.....	22
2.2 Viagens e consolidação de destinos turísticos no Brasil: uma breve contextualização	26
2.3 Turismo de Massa e turismo de baixo impacto: limites para se pensar o espaço turístico	29
2.4 Turismo sustentável.....	34
3 ECOTURISMO	41
3.1 Áreas protegidas (Unidades de Conservação).....	46
3.2 Geração de renda e povos tradicionais nas Unidades de Conservação (UC).....	52
3.3 Valorização de áreas naturais e repercussão nas Unidades de Conservação	56
4 GEOGRAFIA E TURISMO: ECO DE UM SISTEMA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO	64
4.1 Abordagem sistêmica aplicada ao turismo: fundamentos geográficos.....	68
4.2 Sistema Turístico: Sistur	70
4.3 Sistema ecológico	72
4.4 A Geografia e o pensamento sistêmico	73
4.5 Turismo e Geomorfologia: fragilidades e potencialidades das geoformas como atrativos ecoturísticos.....	76
5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	81
5.1 Ecologia Política aplicada às discussões acerca da atividade ecoturística em Unidade de Conservação – Parque Estadual Terra Ronca (GO).....	88
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PARQUE ESTADUAL TERRA RONCA (GO).....	96
6.1 Resultados dos questionários	114
7 CONCLUSÃO.....	137

REFERÊNCIAS.....150

1 INTRODUÇÃO

O Turismo como o conhecemos é um fenômeno moderno que pode promover mudanças sobre o espaço onde é desenvolvido. Essas mudanças podem se dar tanto de forma positiva ou negativa e essas transformações também são acompanhadas pelo desenvolvimento tecnológico e social. O Turismo sofreu muitas alterações a partir da Revolução Industrial, contudo, muitos autores – entre eles Fridgen (1990), Barreto (2003), Dias e Aguiar Junior (2002) e Beni (2001) – explicam que a atividade turística se inicia bem antes dela. Foi esse fenômeno que transformou essa atividade socioeconômica, que impacta de forma significativa na esfera econômica, visto que o surgimento de uma classe média, oriundo do processo de industrialização, acentua a demanda por lazer, como apontam Barreto (2003) e Santos (2014a, 2014b).

A história do Turismo está ligada às transformações espaciais imputadas pelos avanços técnico-científicos e um exemplo dessas grandes transformações são os transportes e os meios de hospedagem, como mostra Trigo (1998), pois a evolução em um desses elementos ocasionava um *upgrade* da atividade turística. As transformações espaciais também eram oriundas de transformações político econômicas e estas, por seu turno, repercutiam diretamente na atividade turística. Pires (2001) e Camargo (2007) contam que as transformações espaciais ocorridas para acomodar a vinda da família real ajudaram a moldar muitos espaços da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que pode ter influenciado diretamente para que estas fossem, atualmente, os principais centros turísticos do Brasil.

Com a evolução e a consolidação do sistema capitalista, criam-se diversos segmentos do turismo para atender as demandas de diversos nichos. Entre os segmentos que se destacaram por muito tempo, no Brasil, está o turismo de Sol e Praia, em virtude de o País possuir um extenso litoral, com praias de beleza cênica ímpares. A exploração de forma inadequada desse segmento fez com que surgissem, contudo, problemas como a exploração sexual, como Kajihara (2010) bem disserta, exemplificando que os cartões-postais, principalmente da década de 1990, objetificavam o corpo da mulher brasileira. Entretanto, o Brasil, por ser um País continental com vários quadros paisagísticos, possui condições de diversificar o produto turístico, atendendo aqueles que não se interessam pelo Turismo de Massa, no qual o Turismo de Sol e Praia se enquadra.

Outros segmentos começam a se tornar uma alternativa à exploração do turismo litorâneo, entre eles os ligados à natureza e que se enquadram no turismo sustentável. Essa área ganha fôlego pelos discursos ambientais que vinham sendo construídos desde a Conferência de

Estocolmo, de 1972, quando, a partir desse marco temporal, a ideia de sustentabilidade e dos impactos e efeitos negativos ambientais começam a aparecer nos discursos globais, a fim de mitigar as ações antrópicas. A proteção ambiental também foi foco de alguns setores, entre eles o turismo. Alguns segmentos ligados à sustentabilidade foram criados, como o Turismo Ecológico, o Turismo Rural, o Turismo de Observação e o Ecoturismo, além de outros que são criados constantemente para atender demandas de mercado. Dentre os segmentos criados baseados na sustentabilidade há tênues diferenças, que permitem adequar um ou outro dentro de certas características, entretanto, a sustentabilidade é o centro de todos.

A sustentabilidade, alicerce do turismo de baixo impacto, visa a utilizar os elementos naturais de forma que eles possam ser usados sem comprometer seu uso no futuro. Essa ideia é inadequada e não atende à complexidade das narrativas ambientais, que também são narrativas econômicas. A ideia de sustentabilidade usada neste trabalho foi a proposta por Sachs (2004, 2009), que se entende como a mais adequada para discussões, principalmente as ligadas ao Ecoturismo, um dos segmentos do turismo sustentável. Esse segmento tem uma complexidade distinta da de outros ligados à natureza, alicerçando-se na ideia de conservação ambiental e cultural, educação ambiental e geração de renda.

O conceito de Ecoturismo, por exigir comprometimento tanto de empresas privadas quanto do Estado, é um segmento que deve receber mais atenção, pois facilmente pode se transformar em um turismo de massa com a chancela do Eco. Rodrigues (2003) e Furlan (2003) apontam elementos que tornam o ecoturismo uma prática difícil de se realizar, visto que a inserção da população local fica aquém do proposto pela teoria. Ademais, há as dificuldades de se mensurar os impactos e efeitos do ecoturismo em uma comunidade se não houver monitoramento por parte dos gestores.

É preciso compreender como o ecoturismo pode gerar impactos ambientais e sociais negativos, caso não seja planejado e gerenciado de forma adequada. Por isso, é fundamental realizar estudos sobre a atividade ecoturística em unidades de conservação, a fim de avaliar seus impactos e potencialidades, e propor medidas de manejo e gestão que promovam a conservação ambiental e a sustentabilidade econômica e social.

A partir da revisão dos elementos apresentados, foi estabelecido o seguinte **questão central**: como se configura o turismo produzido em São Domingos e Terra Ronca (GO), tendo em vista o fato de o local se apresentar como o maior conjunto cavernícola da América do Sul? Há ecoturismo, de fato, no local?

A **hipótese** aqui apresentada é a de que o turismo produzido em São Domingos e Terra Ronca (GO) não é, de fato, ecoturismo, e sim um turismo tradicional travestido do sufixo “eco”. E isso se deve à incompreensão da ideia do que venha a ser ecoturismo por parte dos que trabalham diretamente com esse segmento, além de não haver manifestação real do Estado para transformar a potencialidade ecoturística em produto ecoturístico.

A **metodologia** empregada para elaboração desta tese foi estudo de caso que é uma metodologia de pesquisa qualitativa que busca compreender um objeto de estudo específico, como uma pessoa, um grupo, uma comunidade ou uma organização, em um contexto particular. Na metodologia de estudo de caso, o pesquisador coleta dados por meio de diferentes técnicas, como entrevistas, observação participante, análise documental, entre outras, para obter informações detalhadas e ricas sobre o objeto de estudo.

Essa metodologia é amplamente utilizada em áreas como ciências sociais e meio ambiente, dentre outras, e é particularmente útil para investigar fenômenos complexos e pouco conhecidos. No caso específico da pesquisa sobre a falta de atividade ecoturística em Terra Ronca, a escolha do estudo de caso se justifica pela possibilidade de se investigar profundamente as características e particularidades desse espaço, levando em consideração a interação entre os elementos sociais, culturais, econômicos e ambientais presentes na região.

Foi também realizada uma revisão bibliográfica que abarcou diálogos entre autores que pensam o turismo e o ecoturismo, como Furlan (2003), Rodrigues (2003), Kinker (2002), Machado (2005), Neil e Wearing (2001), Pires (2001), entre outros interlocutores; no que tange às discussões referentes ao turismo, os diálogos foram com Amaral Júnior (2008), Barreto (2003), Rejowski (1996), Fridgen (1990), Krippendorf (2001), Moesch (2000), Nakashima e Calvente (2016), Panosso Netto (2005), Pires (2001) e Trigo (1998); ademais, também foram utilizadas bibliografias que pudessem enriquecer, bem como propiciar novos olhares sobre a discussão turismo e ecoturismo. Outros autores foram evocados para dar robustez ao desenvolvimento deste estudo, entre eles Swarbrooke (2000), Gamarra (2017), Lourenço (2019), Muir (1911), Prado Jr. (2011), Ruschmann (1997) e Souza *et al.* (2017). Para as discussões geográficas, estudiosos como Santos (1979, 2004, 2012, 2014a, 2014b), Oliveira (2005, 2010), Christofolletti (1980), Guerra e Marçal (2014), Ab’Saber (2003), Monteiro (1981, 2000, 2015), Besancenot (1990), Barbière (1981), Souza (2019, 2021) foram citados.

Além dos autores citados, foram utilizadas dissertações e teses sobre o tema da pesquisa, bem como utilizados dados de *sites* como Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conhecendo e Conservando o Patrimônio Espeleológico Brasileiro, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável do Governo do Estado de Goiás (Semad) e Unidades de Conservação no Brasil. Para a confecção dos materiais cartográficos apresentados no presente trabalho, aqueles que foram executado por este autor foram feitos utilizando o sistema QGIS 3.16.7, sistema de informação geográfica livre e aberto. Finalizando o caminho metodológico, foi também utilizando um questionário, aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG), aplicado às pessoas que trabalham diretamente com a atividade ecoturística.

A etapa seguinte consistiu na elaboração do questionário a ser aplicado para um grupo de 30 pessoas que trabalham diretamente com a atividade turística no PETeR, sendo este questionário composto por 27 questões, no qual a identificação não é obrigatória. As questões visam identificar a compreensão do grupo da atividade desenvolvida no Parque Estadual Terra Ronca (GO), além de saber se há conflitos em relação ao uso e à ocupação do Parque. Ademais, o conflito do uso e da ocupação está presente em quase toda a literatura que versa sobre a criação de parques nacionais, estaduais e municipais (aqueles que possuem população nesse espaço). O questionário foi submetido ao Comitê de Ética, em 9 de maio de 2022, CAAE 58582422.4.0000.5083, número do parecer 5.478.436 e aprovado em 21 de junho de 2022.

O campo, parte fundamental da pesquisa, foi adiado algumas vezes pelo Coronavírus (Covid-19). Em 11 de março de 2020, a transmissão do vírus Sars-Cov-2 foi considerada pandemia¹ pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A pesquisa de campo só pôde ser realizada em outubro de 2022, a partir da incursão às cavernas que faltavam ser visitadas, aquelas autorizadas pela Portaria n.º 222/2012, a saber: a caverna Terra Ronca I e a Caverna São Bernardo. As visitas foram conduzidas por um guia local que também participa da brigada voluntária contra incêndios no PETeR. Além das cavernas visitadas, visitamos² também uma comunidade, a Flor de Luz, na qual os moradores buscam e vivem uma vida alternativa àquela apresentada pela modernidade, alicerçada em produtos industrializados, consumo excessivo etc.

Devido à falta de sinalização, inclusive no percurso de Goiânia até Terra Ronca (GO), fomos até São Domingos (GO), onde entramos no PETeR após pedir ajuda aos moradores; mesmo assim, em determinado momento, nos perdemos e isso fez com que nosso percurso se prolongasse ao menos uns 15 km. A falta de combustível nos fez ir até Guarani de Goiás (GO),

¹ O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença, e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2022).

² Na parte em que se discutem os dados colhidos e como esta coleta foi feita será usada a primeira pessoa do plural, para explicar e dar ao relato um viés mais pessoal.

tendo percebido que o município explora mais a imagem do Parque Terra Ronca (GO) do que São Domingos (GO), inclusive, há mais (mas continua sendo pouca) sinalização sobre trilhas e pousadas.

Concomitantemente ao processo de leitura, envio de questionário ao comitê de ética e elaboração do campo, foi sendo produzido um banco de dados secundários a partir dos dados adquiridos na *homepage* <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Ainda, foram arquivadas as bases utilizadas para a confecção dos mapas apresentados neste trabalho, além das bases que foram baixadas do Sistema Estadual de Geoinformações do Governo do Estado de Goiás (Sieg), na *homepage* <http://www.sieg.go.gov.br/siegdownloads/>. Ademais dos dados para base cartográfica, também foram realizadas pesquisas em revistas e jornais sobre o nordeste goiano e o desmatamento no Cerrado, bem como as informações do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD) 2021, disponível em <https://alerta.mapbiomas.org/>.

Para alcançar a proposta deste trabalho, buscou-se estudar a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Terra Ronca, em Goiás (GO), situada no município de São Domingos (GO), no nordeste goiano. Essa região está inserida na expansão agrícola do estado de Goiás e é uma área de grande pressão antrópica com o uso e a ocupação com as atividades agrícola, pecuária e mineradora. Essa região também foi conhecida por corredor da miséria, como aponta Barreira (2002). O Parque Estadual Terra Ronca (GO) possui o maior complexo cavernícola da América do Sul, além de possuir pinturas rupestres e uma diversidade de fitofisionomias que podem ser exploradas pelo ecoturismo.

No decorrer da elaboração desta tese, chegou-se a questionar se não seria melhor enquadrar todos os segmentos do turismo de baixo impacto que tem os elementos naturais como principal atrativo de turismo de natureza, contudo, isso seria prejudicial para a busca de produção do ecoturismo, uma vez que este vai além da observação da fauna e da flora. Desse modo, deve-se procurar aprimorar os espaços que desejam ser tratados como polos de ecoturismo, de forma a fazer com que esse segmento propicie efetividade à conservação ambiental e cultural, promoção da educação ambiental e geração de renda para a população local.

2 CONTEXTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MODERNO: VIAGENS E MOTIVAÇÕES – UM CAMINHO A SER PERCORRIDO

2.1 As viagens no velho mundo, um caminho na história do turismo

A discussão acerca do que venha a ser a atividade turística e sua importância é conflituosa, visto que se tenta muitas vezes analisar o comportamento e/ou a motivação dos turistas apartados dos processos de produção. Isso pode criar a falsa sensação de que o turismo consegue promover grandes transformações e se preocupar com questões fundamentais da existência humana (PANOSSO NETTO, 2005).

Toda evolução deve ser vista à distância, com certo sentido, afirma Caio Prado Jr. (2011). É nessa acepção que o recuo temporal, para entender a atividade turística na atualidade, faz-se necessário: para diferenciar as viagens, que aconteceram durante toda a história, da prática turística. A compreensão dos fatos se constitui não neles em si, mas nos conjuntos de elementos e acontecimentos que levaram ao seu acontecimento.

As viagens,³ os deslocamentos humanos, relacionam-se com a história e suas motivações eram diversas, mas, principalmente, os indivíduos se deslocavam em busca de suprir suas necessidades básicas, como: alimentação, água e abrigo. Com o passar dos tempos, os percursos tornaram-se menos árduos, bem como os deslocamentos diminuiram, visto que os povos primitivos se estabeleceram em áreas permanentes e formaram comunidades agrícolas. Conforme a consolidação dessas comunidades, por meio de medidas que atendiam as necessidades alimentares, os deslocamentos passaram a acontecer para a realização de trocas de objetos entre os povos (FRIDGEN, 1990).

A partir da consolidação e do atendimento básico das necessidades dos povos, as viagens com o objetivo de trocar produtos tornaram-se comuns. Fridgen (1990) afirma que quanto mais sofisticada era a civilização, mais diversificados eram seus ramos de comércio. Os fenícios podem ser um bom exemplo dessa sociedade sofisticada, no que se refere ao comércio, pois muitos atribuem a eles a invenção da moeda e do próprio comércio (BARRETO, 2003).

Há estudos que apontam que os Egípcios organizaram as primeiras cruzadas e, em 1.480 a.C., a rainha Hatshepsut fizera uma viagem ao norte da África com o propósito de selar a paz

³ Viagem, de acordo com o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras, significa: “1 Deslocamento de um lugar para outro, normalmente distante; jornada. 2 Esse deslocamento com alguns dias de permanência, geralmente em caráter de turismo ou de trabalho. 3 Alteração das percepções sensoriais causada pela ação de drogas. Vale ressaltar dois pontos importante nessa definição: a viagem faz parte da atividade turística, assim como ela apresenta diferenças entre as viagens a trabalho ou a turismo. Neste trabalho, a palavra viagem será utilizada como sinônimo de deslocamento, assim como apresentada em uma das definições possíveis” (ABL, 2008, p. 120).

na região; segundo Amaral Junior (2008, p. 50), “[r]egistros desta viagem estão gravados nas paredes do Templo de Deit El Bahrai em Luxor”. Por mais que haja relatos e estudos que apontem outros motivos para viagens, como a paz, as principais motivações, inicialmente, eram a sobrevivência, as trocas de objetos e a realização de comércio. Os motivos das viagens, contudo, se tornariam mais diversos, como o que aconteceria na sociedade grega, por volta de 800 a.C. (DIAS; AGUIAR JUNIOR, 2002), quando os jogos olímpicos⁴ promoviam grandes deslocamentos de pessoas, vindas de toda a Grécia e de diferentes lugares do então continente europeu. Assim, pode-se afirmar que as motivações para realização de viagens, já nesse período, eram econômicas, políticas, sociais, culturais e esportivas.

Outro período marcado por grandes deslocamentos foi o romano. Os propósitos expansionista e conquistador, com o objetivo de controlar parte do “continente europeu, asiático e africano, fizeram com que os romanos construíssem muitas estradas, e em 150 a.C. contavam com uma malha rodoviária de 80.000 km” (AMARAL JÚNIOR, 2008, p. 35). As estradas criadas pelos romanos também estabeleceram rotas de comércio entre as regiões conquistadas (DIAS; AGUIAR JUNIOR, 2002). “É importante ressaltar que o desenvolvimento das obras viárias (estradas, pontes, viadutos e outras) pelos romanos permitiu deslocamentos cada vez mais longos pelos viajantes europeus” (COLANTUONO, 2015, p. 4).

A religião também serviu de motivação para muitas viagens. No “século IX foi descoberta a tumba de Santigado de Compostela, e tiveram início as peregrinações dos chamados jacobitas ou jacobeus” (BARRETO, 2003, p. 46). As cruzadas, ocorridas entre os séculos XI e XIV que “visavam a expulsão dos mulçumanos de Jerusalém” (COLANTUONO, 2015, p. 4), foram outro grande momento de deslocamento humano. “Nessa época, a Igreja Católica se tornou uma força central pela Europa”⁵ (FRIDGEN, 1990, p. 10, tradução nossa). Isso, ao mesmo tempo, prejudicou as viagens, devido ao constante estado de sítio provocado pela Igreja.

Com os avanços das técnicas de transporte – incremento das malhas viárias, que tiveram nos romanos grandes construtores –, no século XVII, “começou[-se] a haver um incremento do número de pessoas que visitavam centros culturais e as grandes cidades” (DIAS; AGUIAR JUNIOR, 2002, p. 44). Essas viagens fizeram com que Fridgen afirmasse que:

⁴ Para saber mais sobre os Jogos Olímpicos na Grécia antiga, ler: “Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga: um certame de ideal e de glória”, de Maria de Fátima Silva . Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/38366/1/Os%20jogos%20olimpicos%20na%20Grecia%20Antiga.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁵ Tradução nossa de: “*During this time, the roman Catholic Church became a central force throughout Europe.*” (FRIDGEN, 1990, p. 10).

A Renascença foi um período de iluminação, mudança, e exploração, do século catorze ao dezessete. Nesse período, O Grande Tour da Europa emergiu como uma das primeiras manifestações das viagens da classe alta. É aqui, também, que percebemos o início do turismo moderno.⁶ (FRIDGEN, 1990, p. 12, tradução nossa).

Barreto (2003) aponta o *Petit Tour* como os primeiros passos ou os primeiros tempos do turismo. Dias e Aguiar Junior (2002) também analisam esse período como aquele que propicia uma mudança essencial para o entendimento das viagens, chegando a associar os lugares visitados com os termos *Petit Tour et le Grand Tour*. Nakashima e Calvente (2016, p. 8) apontam que “no século XVII, ingleses funcionários do governo, negociantes e estudantes viajavam para vários países da Europa”.

Essas viagens criavam interações com o meio natural. Dias e Aguiar Junior (2002) mostram as alterações promovidas pelo homem, como a propagação de plantas e animais exóticos; já Wulf (2016), ao abordar as viagens do naturalista e geógrafo Humbolt pela América, explica como ele abriu caminhos antes inexistentes, tendo contato com culturas indígenas. Schwarcz e Starling (2018) indicam relatos descontentes de Colombo sobre a natureza “selvagem” da América, desapontando-se por não encontrar nenhuma sereia, ninfa etc. Ao invés disso, há uma paisagem natural deslumbrante, verdes vivos, cachoeiras, rios serpenteando as florestas, flores exuberantes, poesia em forma de cantos dos pássaros, entre outros elementos naturais, além de povos que não se cobriam, que não tinham vergonha.

O avanço do homem sobre o meio natural se dava com mais ferocidade conforme as técnicas de orientação avançavam – técnicas de irrigação, de construção, produção de alimentos, entre outras. As transformações econômicas também seguiam os caminhos das transformações sociais advindas das viagens. As alterações nas condutas sociais, aliadas aos avanços técnicos, começavam a criar condições para um evento que transformaria drasticamente a história e as formas de se viajar, assim como o modo de se analisar o turismo. Esse evento tornaria as atividades “*touristiques un système complexe qui met en relation des espaces variés, des acteurs diversifiés et les facteurs socio-économiques et politiques qui infléchissent les uns et les autres*” (TOUR-F-408 – ECONOMIE DU TOURISME, 2020, p. 2).

A Revolução Industrial mudou drasticamente a forma como as pessoas viajavam e introduziu a noção do ócio⁷ vinculado ao trabalho. Nesse período, os transportes mudaram

⁶ “The Renaissance was time of enlightenment, change, and exploration from the fourteenth to the seventeenth century. During this period, the Grand Tour of Europe emerge as one of the first manifestations of upper-class travel. It is here, too, that we see the beginnings of the modern tourism.” (FRIDGEN, 1990, p. 12).

⁷ A palavra **ócio**, de acordo com o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa, da Academia Brasileira de Letras, significa: “**1** Descanso do trabalho; tempo que dura (esse descanso); folga, repouso, desocupação. **2** Preguiça, indolência. Neste trabalho será utilizado o sentido de descanso do trabalho” (ABL, 2008).

profundamente, tendo outro uso que não apenas o transporte de carga. A ferrovia se tornou um dos principais meios de locomoção, principalmente de massa. A ferrovia “Liverpool-Manchester, na Inglaterra, foi a primeira a preocupar-se mais com o passageiro do que com a carga” (BARRETO, 2003, p. 51). Tendo sido o berço da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), a “Inglaterra se converteu na maior potência da época porque possuía, então, a mais avançada tecnologia, que lhe permitia uma maior acumulação de capital, muito maior que a dos outros” (SANTOS, 2014b, p. 41). O turismo desse período foi marcado pelas inovações tecnológicas e pelo desenvolvimento do transporte em massa, além da introdução do ócio oriundo do trabalho industrial, que repercutia na forma de usufruir o tempo livre, como aponta Barreto (2003, p. 52):

As pessoas deixaram de trabalhar na terra e passaram a fazê-lo nas indústrias de manufatura, depois nos transportes, especialmente na ferrovia e, finalmente, no setor terciário ligado à navegação. Apareceu uma classe média que passou a ter cada vez melhores salários, podendo pagar por entretenimentos.

Nota-se que o aparecimento de uma classe média está associado ao desenvolvimento industrial, que impulsiona novas formas de consumo e transformações espaciais. Nesse período, foi realizada a primeira viagem, organizada com a intervenção de um agente de viagem, *Thomas Cook*,⁸ “praticamente iniciando a época moderna do turismo” (DIAS; AGUIAR JUNIOR, 2002, p. 46). Em 1846, Thomas Cook realizou uma viagem de “Londres a Glasgow (Escócia) com 800 pessoas, utilizando os serviços de guias turísticos. Era o começo do turismo coletivo, a ‘excursão organizada’ que atualmente leva o nome de *all inclusive tour, package* ou pacote” (BARRETO, 2003, p. 51). Aqui pode-se ver, de fato, o início do turismo de massa que, aliado aos avanços na área de transporte, mudou definitivamente a maneira de se pensar e desenvolver o turismo.

É necessário lembrar que, com o advento da Revolução Industrial, o ócio passou a ser valorizado, oriundo de jornadas de trabalho que previam tempo livre, semana de descanso e férias (DIAS; AGUIAR JUNIOR, 2002). Aliado a esses “ganhos” também estão o desenvolvimento de segurança, salubridade e a crescente alfabetização. Fridgen (1990) e Barreto (2003) acreditam que assim estavam criadas as condições necessárias para o desenvolvimento e a consolidação do turismo moderno.

⁸ Thomas Cook dirigiu, com êxito, uma agência de viagem que proporcionava aos seus clientes hospedagem, alimentação e transporte. Ela se tornou uma das maiores agências de turismo do continente europeu, atuando em vários continentes e, também, em companhias aéreas. A empresa Thomas Cook declarou falência em setembro de 2019, algo que surpreendeu muitos turistas europeus, levando seus respectivos Governos a fazerem operações para trazê-los de volta a suas terras natais. Informação sobre a falência da Thomas Cook (FOLHAPRESS, 2019).

Todas as transformações espaciais oriundas dos primeiros deslocamentos humanos, com motivações comerciais, religiosas, políticas etc. ajudaram a estabelecer uma cronologia que proporciona compreender, de forma processual, a criação de infraestruturas básicas para o desenvolvimento e as análises do turismo em determinadas regiões. Cada fase histórica estabelece parâmetros para entender as múltiplas nuances das transformações espaciais, sobretudo no consumo desses espaços. Para além de entender o consumo e as transformações socioespaciais é necessário, porém, considerar o papel desses fluxos e fixos na configuração do turismo e como essa estrutura proporcionou a densidade técnica necessária para a consolidação do turismo como elemento estratégico para o desenvolvimento social e crescimento econômico.

2.2 Viagens e consolidação de destinos turísticos no Brasil: uma breve contextualização

A história do turismo no Brasil é recente, como aponta Seabra (2001). Um marco para o estudo acerca desse segmento socioeconômico no Brasil ocorre na abertura dos portos em 1808, segundo Pires (2001) e Camargo (2007). Ambos adotam a chegada da família real como pressuposto para o batismo do turismo em território nacional.

Camargo (2007) chama a atenção para as viagens transoceânicas que ocorreram no período da chegada de D. João IV e da princesa Carlota Joaquina. “Os aposentos destinados à princesa eram amplos e o mobiliário e equipamentos elegantes e suntuosos: tapeçarias nas paredes, tapetes, piano, cortinas de seda, cama de mogno ornada, etc.” (CARMARGO, 2007, p. 47). Apesar de apenas descrever o navio de uma princesa, há de se pensar que essa viagem transoceânica se transformaria, com o tempo, em viagens menos árduas para aqueles não pertencentes à realeza. As transformações e os novos equipamentos tornavam essas viagens cada vez mais desejadas.

Com a abertura dos portos para o comércio e o fim da sua restrição, o fluxo de pessoas aumentava cada vez mais, principalmente devido ao olhar romântico projetado ao além-mar. Camargo (2007) aponta que, entre 1808 e 1850, se constrói uma imagem, atualmente chamada de atrativos. Camargo (2007) ainda afirma que toda imagem criada se apropria, essencialmente, da imagem da natureza. Isso converge com os relatos feitos do Brasil:

A literatura proliferaria muito nos séculos XVI e XVII com os primeiros viajantes que chegavam ao Novo Mundo. O encontro com a América seria o feito mais grandioso da história moderna ocidental, quando o pensamento europeu se voltou – entre assustado e maravilhado – para essa nova terra. [...] A primeira carta sobre o país, a missa de 1500 escrita por Pero Vaz de Caminha, ficaria inédita até 1773. Porém, já nas cartas de Américo Vespúcio endereçadas a Lorenzo di Perfrancesco de Médici apareciam menções não só a Terra de Santa Cruz como a seus habitantes. Tais documentos se assentam, por sua vez e como vimos, nas ideias propagadas pelo primeiro diário de Colombo, que se enraizou nos relatos de viagem de Marco Polo e de Mandeville. Difundia-se então a ideia de que o paraíso terrestre e a fonte da

juventude estariam próximos desse local; assim como as bravas amazonas que ali residiram. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 34).

A chegada de viajantes, mesmo que tímida, começaria a despertar o interesse para o desenvolvimento de melhores hospedagens, que propiciassem melhores condições aos visitantes e, por conseguinte, impulsionassem os ganhos. Colantuono (2015, p. 23) chama a atenção para o fato que,

[...] para atrair a preferência da clientela, a rede hoteleira carioca passou a oferecer casas de banho próprias ou anexas às suas instalações. Ademais, banhos quentes, duchas, banheiras de mármore, banhos de mar com salva-vidas, banhos de cachoeira e piscinas também foram alternativas oferecidas para cativar os hóspedes.

Dessa forma, o que estava no imaginário dos povos, principalmente dos europeus, por meio de inúmeras cartas sobre o “novo” mundo, incentivou as primeiras viagens não forçadas ao Brasil, levando, assim, cada vez mais, à consolidação dos meios de hospedagem e ao incremento de estradas.

A economia brasileira nesse período (século XIX) estava pautada, entre outros elementos, na exportação de café e na importação de escravos.⁹ A riqueza proporcionada pelo cultivo do café auxiliou o desenvolvimento urbano e, com o enriquecimento dos fazendeiros, eles começaram a participar mais da vida urbana de São Paulo e do Rio de Janeiro. Assim, nesse período, mesmo que pequena, havia uma malha ferroviária proporcionando fluxos constantes para São Paulo e Rio de Janeiro. Pires (2001, p. 66) descreve:

O preço de uma passagem de estrada de ferro era insignificante e a viagem bastante rápida, se comparada ao tempo que antes era perdido no lombo de uma mula. Logo ocorreu no Vale do Paraíba fluminense (porém com menor intensidade) o que mais tarde aconteceria com o Oeste paulista com relação à capital de São Paulo: os fazendeiros começariam a passar férias no Rio de Janeiro, fazer lá suas compras, ir à ópera e comprar ou mandar construir residências.

Aliado ao processo de construção de hospedagens e incremento nas ferrovias, houve também, a partir do século XVIII,

[...] a inserção de objetos no espaço urbano carioca que se tornaram turísticos pela sua forma e pela sua função. Quando o Rio de Janeiro passou a ser a capital da colônia no lugar de Salvador, houve a preocupação em desenhar um espaço urbano mais significativo e belo para a cidade. (MACHADO, 2013, p. 113).

⁹ “O jesuíta Antonil, dono de frases tão sintéticas como cruéis, definiu os escravos como ‘as mãos e os pés do senhor do engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer; conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente’. Real alicerce da sociedade, os escravos chegaram a constituir, em regiões como o Recôncavo, na Bahia, mais de 75% da população. Desde o século XVI e até a extinção do tráfico, em 1850, o regime demográfico adverso verificado entre os cativos – em razão das mortes prematuras e da baixa taxa de nascimento – levou a uma taxa de crescimento negativo e à necessidade de constante importação demão de obra escrava da África.” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 72).

Mesmo que outros estados, como Pernambuco e Bahia, tivessem êxito na consolidação do plantio de cana-de-açúcar, e cidades como Recife e Salvador mantivessem uma organização espacial e uma economia pulsante, foi São Paulo e Rio de Janeiro que se destacaram no cenário nacional, recebendo grandes investimentos, tanto na área de infraestrutura para exportação de produtos agrícolas quanto na questão urbanística.

Assim, ambas as cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram-se epicentros de grandes transformações socioeconômicas, bem como mudanças espaciais que as levariam a ser referências de modernidade no território brasileiro. Esses elementos oportunizaram o desenvolvimento do turismo nessas duas cidades, tendo o *trade* turístico se apropriado de condições já existentes em São Paulo e Rio de Janeiro para torná-las importantes destinos turísticos brasileiros, até hoje entre os mais visitados no Brasil. Assim, diante das transformações espaciais do início do século XIX e da consolidação desses dois estados como espaços de grande concentração populacional e econômica, ambos – São Paulo e Rio de Janeiro – postularam e conseguiram o *status* de grandes cidades receptivas ao turismo nacional e internacional, o que se consolidou com os investimentos em infraestrutura e comunicação ali conduzidos.

Aguiar Junior e Oliveira (2020) consideram que o grande investimento na indústria automobilística, e, por conseguinte, em rodovias, beneficiou o desenvolvimento do turismo na região Sudeste. Entretanto, há de se citar as grandes propagandas publicitárias voltadas a essas localizações, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que ajudaram a consolidar o turismo litorâneo como o principal e mais desejado pelos turistas internacionais e nacionais. Kajihara (2010), ao analisar material da Embratur da década de 1970, observa que o Brasil foi divulgado sob três grandes focos: a cidade do Rio de Janeiro, o carnaval e a mulher brasileira (com foco na sensualidade brasileira), o que reverbera até hoje como um grande problema a ser enfrentado: o turismo sexual.

Desde a abertura dos portos brasileiros, com o crescimento do oeste paulista e os incrementos urbanísticos na cidade do Rio de Janeiro, passando pelo desenvolvimento de infraestrutura, principalmente ligado ao automobilismo, assim como a venda da imagem da mulher brasileira, São Paulo e Rio de Janeiro se tornaram os *hotspots* do turismo nacional. Grande parte dos turistas ligados ao segmento sol e praia fazem parte do chamado turismo de massa, que provoca impactos e efeitos negativos nos núcleos receptivos. A partir da década de 1990, contudo, percebe-se, por meio de material publicitário da Embratur, segundo Kajihara (2010), que o Brasil passa a adotar medidas para diversificar os segmentos turísticos, investindo

também no turismo de baixo impacto, que apresenta uma ideia de interação com o núcleo receptor, indo, assim, de encontro com o turismo de massa.

2.3 Turismo de Massa e turismo de baixo impacto: limites para se pensar o espaço turístico

Como já mencionado, a discussão acerca do que venha a ser a atividade turística e sua importância é conflituosa, por vezes produzindo análises em que o comportamento e/ou a motivação dos turistas seja estudado sem consideração aos processos de produção. No entanto, com uma análise mais apurada, compreende-se que o turista é um ser histórico (PANOSSO NETTO, 2005), inserido na transformação do trabalho e do processo intelectual. Essa transformação, que se inicia a partir da Revolução Industrial de forma drástica, até hoje repercute na construção contínua do processo produtivo. Moesch (2000) afirma que a cada avanço do sistema capitalista o turismo se transfigura, pois esse segmento e o capitalismo estão profundamente ligados, uma vez que o turismo se desenvolve a partir do avanço capitalista.

Esse processo desconstrói a imagem típica do turista, em que cada sujeito do turismo é “único em sua forma de existir, de experimentar e de se manifestar, por isso necessita de uma abordagem completa e direta” (PANOSSO NETTO, 2005, p. 31). Mesmo que o turismo seja uma experiência vivida de formas diferentes, manifestando desejos diferentes por parte dos turistas, Panosso Netto (2005) aponta haver uma massificação do processo de experiência proposto pelo turismo. Mesmo que Moesch (2000, p. 15) afirme que o turismo promova experiências “possibilitadoras da quebra de rotina, relativizando a massividade imposta ao consumo cotidiano”, muitas vezes o turista deseja uma extensão de espaços vividos por ele no seu dia a dia, impossibilitando-lhe, assim, viver experiências que quebrem sua rotina (KRIPPENDORF, 2001).

Panosso Netto (2005, p. 30) afirma que o “turismo pode ser visto também como a busca da experiência humana, a busca da construção do “ser” interno do homem fora do seu local de experiência cotidiana”. Nota-se que tanto Moesch (2000) quanto Panosso Netto (2005) apontam que a atividade turística é algo capaz de restabelecer e provocar satisfações, sendo também uma prática que difere daquela vivida pelo turista no seu dia a dia. Tendo como alicerce o modo de produção e o ideário capitalista ao qual o turismo está vinculado também é possível, contudo, enxergá-lo como uma representação, como um espetáculo. Nesse sentido, Debord (1997) traz subsídios para fazer tal associação, visto ser o turismo uma manifestação social (MOESCH, 2000; PANOSSO NETTO, 2005). Assim, o turista, em grande parte, espetaculariza suas práticas, deixando muitas vezes de experimentar sensações e vivências diferentes das suas rotineiras. Debord (1997, p. 13) afirma que

[...] toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que é vivido diretamente tornou-se uma representação. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.

Isso ocorre em virtude “da celebração do objeto na publicidade e [d]as centenas de mensagens diárias emitidas pelos *mass media*” (BAUDRILLARD, 2018, p. 13). Na fenomenologia do consumo, como aponta Baudrillard (2018), as condutas das relações sociais articulam os objetos de consumo que se condicionam no tempo-espaço.

Usando a alegoria da *drugstore*, proposta por Baudrillard (2018), muitos autores veem no turismo uma forma de remédio, ou seja, o *homo real*, com sua fadiga física e mental, oriunda de um processo industrial que transforma e acentua problemas ligados a grandes cidades, como pressão alta, depressão e problemas cardiovasculares (BÉRGAMO, 2019), ao praticar a atividade turística, se torna *homo turístico* e, assim, seus problemas são temporariamente sanados, até ter a necessidade de “tomar outra dose” de turismo. Isso revela a ideia de que o turismo se dá como forma de resolução para alguns dos problemas oriundos da sociedade moderna, entretanto, pode provocar a falsa impressão de que o turismo promove um novo olhar ao *homo real* e, com isso, influencia sua rotina. Como remédio, talvez cause o efeito oposto: com a espetacularização das viagens e com o objetivo de acumular mais capital para retornar a *drugstore*, o *homo real* pode tornar sua rotina ainda mais frenética, tornando-se dependente do remédio-turismo.

Dessa forma, a atividade turística se torna um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que oportuniza formas de “renovar” as energias dos turistas, faz com que se empenhem cada vez mais em acumular capital, ou que até mesmo se endividem para poder novamente praticar o turismo, levando a rotinas cada vez mais intensas. Assim, sendo um fenômeno paradoxal de repercussão em várias esferas da vida humana, muitas disciplinas tentam desenvolver métodos e técnicas para entender o fenômeno turístico (REJOWSKI, 1996).

Há muitas teorias desenvolvidas para quantificar os efeitos produzidos pelo turismo na economia do núcleo receptivo: na sociologia existem estudos voltados para o comportamento do turista e sua respectiva classe social; a psicologia traz teorias de motivação; a antropologia, a compreensão das viagens a partir da comunidade anfitriã; além de outras disciplinas que agregam conhecimento aos estudos turísticos. Rejowski (1996, p. 19), contudo, aponta a Geografia como “uma das poucas disciplinas em que o turismo tem sido reconhecido como área de interesse e, como tal, vem sendo estudado sob a denominação de geografia do turismo, geografia turística, geografia da recreação ou geografia recreacional”. A geografia do turismo

ocupa-se, essencialmente, da “expressão espacial das relações e dos fenômenos derivados das viagens” (PEARCE *apud* REJOWSKI, 1996, p. 19), tendo, entre os tópicos estudados, a repercussão e o impacto do turismo no espaço. Panosso Netto (2005) também enxerga que os estudos turísticos têm um olhar geográfico, ou seja, que estudos desenvolvidos pela geografia usam o espaço como palco, porque tudo acontece num dado espaço.

Santos (2021, p. 64) caracteriza o espaço como “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Desse modo, pensar o espaço turístico é também pensá-lo a partir de sua história, de seus objetos e de suas ações, para um entendimento da construção e consolidação de determinados destinos. Pode-se encontrar, em Santos (2014a, p. 33), o respaldo para a consolidação dos destinos turísticos, pois os “objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção”. Entende-se, claramente, então, a consolidação de destinos turísticos no Brasil.

As formas como os sistemas de objetos e os sistemas de ações foram se delineando condicionaram os espaços turísticos, independente do turismo pensado a partir da renascença, com *le Petit Tour et le Grand Tour*, ou do desenvolvimento moderno creditado à Revolução Industrial. O turismo possui uma dificuldade teórica de explicação, pois, como apontam Medaglia e Silveira (2017), está relacionado ao desenvolvimento da sociedade. Santos (2012, p. 299) afirma que cada período “técnico corresponde a uma mudança geral nas relações sociais”. Acrescenta-se, também, ao rol de elementos ligados à evolução do turismo, os discursos associados ao lazer e aos avanços tecnológicos, elementos esses que estão diretamente ligados aos dois grupos que polarizam as discussões acerca do turismo: Turismo de Massa e Turismo de Baixo Impacto.

Entender o turismo em sua totalidade apresenta grande avanço no entendimento e na reflexão sobre a sociedade, entendendo-se que a noção de totalidade é “fundamental para o conhecimento e a análise da realidade” (SANTOS, 2012, p. 115). Santos (2012, p. 117), porém, também afirma que “a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer”. De qualquer forma, a compreensão das partes leva à compreensão do todo, o que pressupõe análise e divisão; “por esse motivo o interesse de compreender o processo pelo qual a totalidade é cindida” (SANTOS, 2012, p. 118).

O turismo de massa, conforme Branco e Magalhães (2021), coincide com o período da Revolução Industrial, e Barreto (2003) também aponta essa Revolução como o início do

desenvolvimento desse segmento. Da mesma forma, Trigo (1998) e Dias e Aguiar Junior (2002) mostram-na como embrião para o desenvolvimento dessa área e, por conseguinte, do turismo moderno.

Esses autores têm como premissa a vinculação do desenvolvimento do transporte em massa e do formato das viagens empacotadas, ou seja, por pacotes de viagens. A esse período também se vincula o início da padronização cultural, o que muitos chamam de indústria da cultura de massa, diretamente vinculada ao turismo de massa. Branco e Magalhães (2021) afirmam que o capitalismo proporciona e garante um ideal burguês que se insere nos mais diversos âmbitos da sociedade, como na arte, no lazer, na educação e no turismo.

Essa inserção do ideal burguês faz com que o turista sofra, como o trabalhador fabril, “o processo de alienação resultante desta prática, pois não constrói, não conhece a realidade em que está se inserindo, aceitando pacotes fechados, pensando por outros para satisfazer suas necessidades” (BRANCO; MAGALHÃES, 2021, p. 26).

Há de se fazer, sem embargo, uma observação a respeito das escolhas por pacotes, algo também apontado por outros autores como elemento básico à prática do turismo de massa: o valor. O pacote turístico barateia a viagem, elevando a procura por essa categoria. Branco e Magalhães (2021), ao se referirem ao processo de alienação, claramente conectam o turismo de massa à ideia da cultura de massa, onde o processo de expropriação do saber faz com que turistas outorguem o processo de planejamento das suas viagens a outros.

Branco e Magalhães (2021) apontam que a cultura de massa pressupõe homogeneização e passividade diante do consumo, a suposta liberdade de consumo. Essa ideia coaduna com as definições atribuídas por outros autores.

Os praticantes do turismo de massa possuem um perfil bem definido, já bastante difundido. Beni (2001, p. 420) entende essa categoria como sendo a

[...] mais importante devido à expressiva quantidade de turistas envolvidos tanto nos fluxos internacional como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam de relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato da demanda por Turismo é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e conseqüentemente o incentivador e propulsor da expansão da infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma consumo de equipamentos e serviços em larga escala. Considerando ainda as várias da demanda por Turismo verificam-se, em geral, gastos moderados no custo-dia com consumo de serviços e equipamentos de primeira categoria, mas não de luxo, utilização de meios de transporte mais econômicos com serviços incluídos nos pacotes comercializados pelas agências de viagens, com percursos mais curtos e permanência menos prolongada nos núcleos receptores visitados, menor nível de gastos supérfluos restringindo-se aos que atendem às necessidades básicas, caráter estacional coincidindo com a época de férias, ocupação de hotéis de nível médio de três a duas estrelas, ampla utilização do sistema de crédito para financiamento da viagem.

Percebe-se que o perfil estabelecido por Beni (2001) se orienta pela via econômica, ou seja, não apresenta a repercussão das ações dos turistas no núcleo receptor, sob os aspectos social, cultural e ambiental. Os pontos centrais estão alicerçados nos gastos, bem como a importância desse segmento pelo grande fluxo de turistas. Vale ressaltar, como apontam Araújo e Carvalho (2013), que esse grande fluxo de turistas está se expandindo cada vez mais nas zonas intertropicais, associando o turismo de massa ao turismo de praia e sol, sendo este aquele que, de acordo com Aguiar Junior e Oliveira (2020), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) incentivou, explorando a imagem tropical e a imagem da mulher sensual, reverberando no aumento do turismo sexual que, ainda hoje, é um problema a ser enfrentado.

Barreto (2003, p. 27) apresenta uma definição para turismo de massa como algo psicocêntrico: “Turistas que só viajam a lugares que lhes sejam familiares, utilizando-se de “pacotes”. Deixam-se levar pela influência social. Esperam que no núcleo turístico haja as mesmas coisas que no seu local de origem. São gregários, só viajam em grupos”.

Em sua definição, Barreto (2003) traz um elemento que está vinculado à cultura de massa: a influência sofrida pelo turista psicocêntrico por outros agentes na escolha do seu destino. Além da “alienação” na escolha desses, esse turista ainda espera encontrar espaços parecidos com aqueles por ele habitado. Essas características também surgem em outras definições acerca do turismo de massa.

Os elementos atribuídos ao turismo de massa, como os apresentados por Barreto (2003) e Beni (2001), repercutem diretamente no núcleo receptor de forma negativa em relação ao ambiente natural e cultural. Com o objetivo de atender de forma satisfatória os turistas de massa, os núcleos receptores acabam por padronizar seus espaços, ou seja, acabam promovendo uma submissão à economia, pois os setores do turismo visam os melhores resultados financeiros possíveis. Para isso, usam as “armas” necessárias, entre as quais comercializar aquilo a que o turista já está acostumado – deixando de apresentar ou de promover a cultura local –, bem como transformar o ambiente natural, sem planejamento, para atender as demandas desse tipo de turismo.

Krippendorff (2001, p. 50) também traça algumas características acerca desse turismo que coadunam as apresentadas por outros autores: “a viagem é motivada muito mais pelo desejo de deixar alguma coisa do que pelo de ir para alguma coisa; o fato de escapar da vida cotidiana desempenha um papel mais importante do que o interesse pelas regiões e populações visitadas”.

Mais uma vez, fica claro que a discussão se volta para os impactos e efeitos promovidos pelo turismo de massa no núcleo receptor. O turista de massa é visto, com frequência, como alguém que deseja

[...] abandonar-se, divertir-se, ser mimado e, talvez, até mesmo assumir o papel de um personagem que não pode representar no dia-a-dia, comportar-se como um “hóspede-rei” durante um curto instante e ser tratado como tal; enfim, ter a sensação de ser alguém. (KRIPPENDERF, 2001, p. 51).

Os apontamentos feitos a respeito do turismo de massa, seus estudos nos núcleos receptores e os desdobramentos a partir do comportamento do turista de massa fazem-se necessários para entender que esse tipo de turismo, “ao contrário do que se fala”, não traz um benefício econômico que de fato atenda a todo o núcleo receptor. Barreto (2003) aborda os problemas gerados por esse turismo em Quintana Roo, nos aspectos culturais e econômicos; também Fridgen (1990) afirma que, além do núcleo receptor como um todo não ser beneficiado, os valores oriundos do turismo muitas vezes não são revertidos para o núcleo receptor. Dessa forma, ter como defesa os impactos positivos promovidos no núcleo receptor parece irreal, visto que a geração de renda continua restrita a alguns empresários e não se estende a toda a comunidade.

2.4 Turismo sustentável

Por outro lado, pode-se pensar e verificar que há, no turismo de baixo impacto – geralmente chamado de turismo sustentável –, uma preocupação quanto à repercussão das ações dos turistas, principalmente em áreas naturais, já que a inter-relação do turismo com o “meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a ‘matéria-prima’ da atividade” (RUSCHAMNN, 1997, p. 19).

Tem-se, nesse segmento, uma forma de pensar o turismo diferente do turismo de massa, ou seja, pensar o turismo, de fato, como oportunidade para uma experiência única, como uma vivência individualizada, propiciando a ele o papel outorgado por vários autores, entre eles Moesch (2000), Barreto (2003), Panosso Netto (2005) e Beni (2001).

Vale ressaltar que o termo “sustentável” passou a ter cada vez mais relevância a partir da década de 1990, sobretudo, como aponta Candiotto (2009), em virtude da II Conferência Mundial das Nações Unidas (ONU), visto que a ideia de sustentabilidade não se desassocia da ideia de desenvolvimento, preferindo-se usar o termo desenvolvimento sustentável. É importante diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento sustentável, pois

[o] desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da

riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2004, p. 13).

Nesse sentido, Sachs (2004) vincula a ideia de desenvolvimento aos conceitos de igualdade, equidade e solidariedade, pensamento que vai de encontro ao objetivo econômico, geralmente voltado à individualização de lucros e à socialização da pobreza. A ideia de desenvolvido preconizada por Sachs (2004), contudo, é a de produzir meios que proporcionem condições de reduzir a pobreza, socializando os ganhos econômicos. É nesse sentido que se deve olhar para o desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para que tal seja alcançado, há de se organizar um projeto e estratégia de médio a longo prazo voltada à atividade turística, entre as quais se destaca o desenvolvimento incluyente e a oportunização do trabalho decente para todos (SACHS, 2004). Atualmente, com o intuito de alcançar a ideia do trabalho decente, o Estado se faz presente no planejamento, intervindo pelo bem-estar e “nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados” (SACHS, 2004, p. 31), uma vez que o “desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e viabilidade econômica” (SACHS, 2004, p. 36). Essa experiência pode, então, ser alcançada com o aproveitamento “dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, como também com a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade” (SACHS, 2009, p. 75).

Pensar na presença da comunidade para um caminho de reconstrução de paradigmas capitalistas é pensar de forma diferente daquela da “política econômica tradicionalmente no Brasil [que] engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades” (FURTADO, 1999, p. 27). Esse pensamento político econômico, que ajudou a produzir espaços excludentes, aprofundando o distanciamento dos dois circuitos (SANTOS, 1979) também orientou a forma do desenvolvimento turístico em muitos lugares e repensar essa forma pode promover de fato novos espaços turísticos e uma nova forma de se praticar turismo. Para tal promoção, baseada no turismo sustentável, é imperativo lembrar o que Sachs (2009, p.30 2004) chama de ecodesenvolvimento, o que “requer o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área”. Dessa forma, pode-se chegar a impactos positivos, dentre os quais Ruschmann (1997, p. 56) vê, como vantagens:

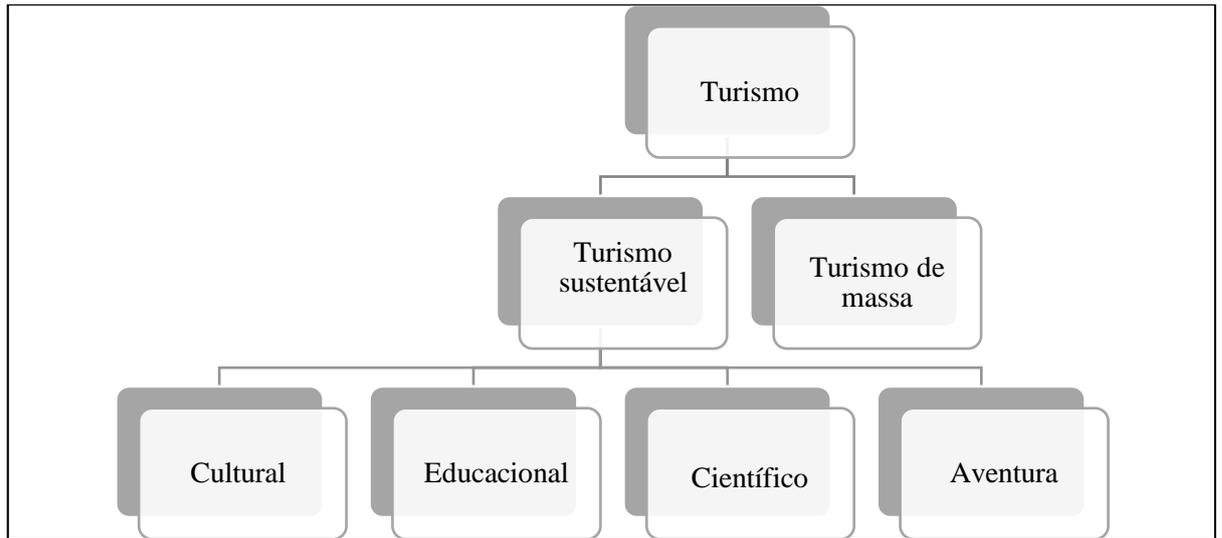
- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de momentos históricos;
- Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a conseqüentemente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;
- Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (turismo ecológico);
- A renda da atividade turísticas, tanto indireta (impostos) como direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;
- Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista dos usos e costumes das comunidades das comunidades que visita;
- A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descaso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social;
- Na economia, o turismo favorece o aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptores;
- Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Percebe-se que a participação da comunidade, o pensamento solidário, a equidade e a igualdade são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, alicerçado em Ruschmann (1997), Furtado (1999) e Sachs (2004, 2009), que pode e deve se estender para o turismo na forma do turismo sustentável. A partir desse arcabouço ideológico, essa área pode cumprir o papel de gerar renda e promover a conservação ambiental e cultural.

Assim, tem-se, de um lado, o turismo de massa, baseado no grande fluxo de pessoas, no impacto macro e micro na economia, importante gerador de renda nas diversas escalas, que, contudo, impacta negativamente as esferas social, ambiental e cultural (Beni, 2000) e acaba colocando-o em dúvida, pois espera-se que abarque toda a dimensão que muitos autores esperam do turismo; do outro, tem-se, no turismo sustentável, uma forma de minimizar os impactos sociais, ambientais e culturais negativos na comunidade local, oriundos da prática do turismo.

O turismo de baixo impacto, turismo alternativo ou turismo sustentável abriga uma gama de segmentos, que tentam ser coerentes com valores naturais, sociais e comunitários (NEIL; WEARING, 2001). A diversidade de segmentos ligado ao turismo sustentável é bem significativa, alguns dos quais estão representados na Figura 1.

Figura 1 – Turismo de massa e turismo sustentável



Fonte: Neil e Wearing (2001).

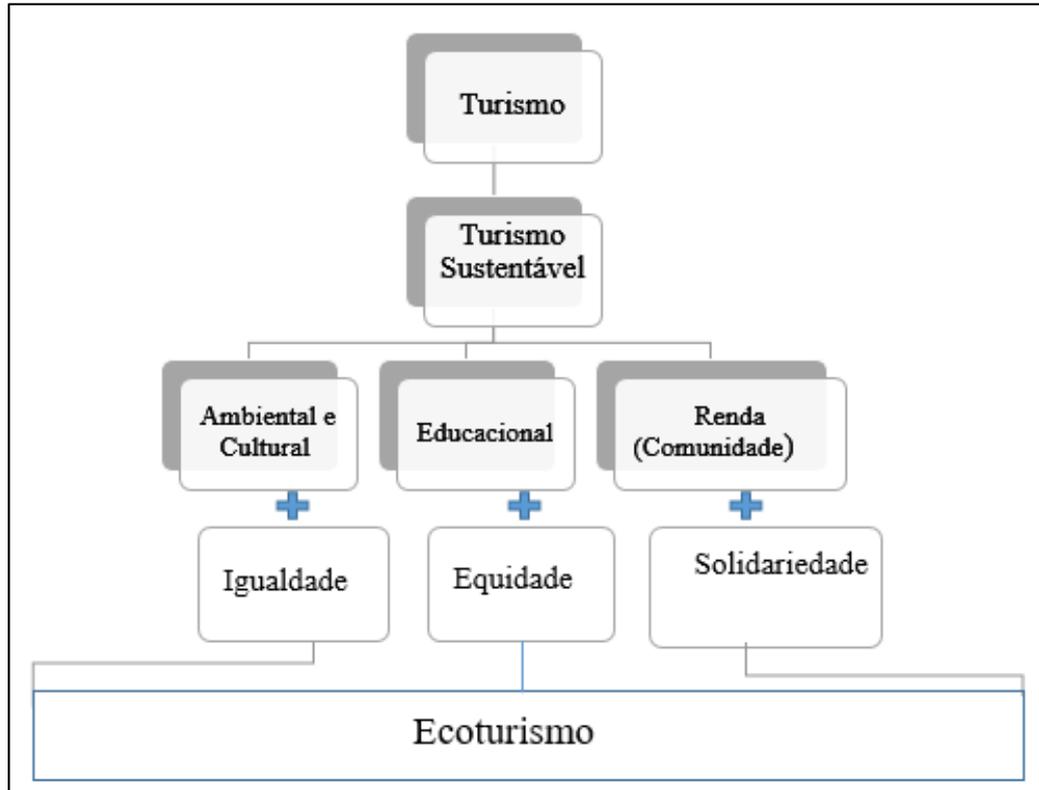
O diagrama acima aponta que o turismo sustentável possui algumas ramificações, que oferecem diferentes experiências a serem vivenciadas pelos turistas. É importante ressaltar que mesmo com a sua prática permanece a preocupação com seu desenvolvimento, pois, diante de uma sociedade espetacular (DEBORD, 1997), marcada pelo consumo (BAUDRILLARD, 2018), também pode se submeter à ordem econômica (RUSCHMANN, 1997). Assim, o importante é centrar a discussão sobre a produção de espaço para a prática do turismo sustentável e esperar que a organização desse espaço, preconizada pelo desenvolvimento sustentável, reverbera nas escolhas dos turistas, se possível estendendo-se para seu dia a dia.

Entre as ramificações do turismo sustentável, o ecoturismo geralmente pode ser “descrito como um turismo interpretativo, [de] mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas” (NEIL; WEARING, 2001, p. 5) (Figura 2). A discussão acerca do ecoturismo é pertinente, já que ele é um dos segmentos do turismo que mais cresce no mundo (UNWTO, 2020). Ademais, o ecoturismo permanece uma alternativa para a conservação de áreas, com geração de renda para a população local. Por parte do Governo, “[...] tem sido visto como uma modalidade de turismo estratégica e ‘salvadora’ para possíveis alternativas econômicas em áreas não incorporadas pelo turismo de massa” (FURLAN, 2003, p. 48).

O tripé para o desenvolvimento da atividade ecoturística encontra-se no desenvolvimento sustentável, na educação ambiental e na geração de renda para a comunidade local. No entanto, essa modalidade de turismo tem se desenvolvido também em Unidades de

Conservação (UC), gerando preocupações diversas, visto que muitas UC ainda não possuem plano de manejo, o que impossibilita um planejamento adequado para suas utilizações.

Figura 2 – Estrutura do ecoturismo



Fonte: Aguiar (2021).

A discussão conceitual acerca do turismo de massa e do turismo sustentável tem por finalidade apresentar duas formas de produção do turismo e, por conseguinte, a produção do espaço turístico. Percebe-se, com o apoio de literatura específica, que o turismo de massa segue o mesmo padrão do pensamento industrial não somente na produção do espaço, mas também no processo de alienação do pensamento. As muitas críticas direcionadas ao turismo de massa podem ser feitas também à sociedade, determinando, portanto, essa área como uma reprodução da sociedade alicerçada no modelo capitalista periférico.

Por outro lado, pode-se olhar para o turismo sustentável como um segmento da contracultura, daquilo que não se pode deixar levar pelo *marketing*, pelo consumo, por elementos que marquem a contemporaneidade. A utilização dos elementos naturais e culturais, pautados no desenvolvimento sustentável, faz com que novos espaços turísticos surjam, o que repercute de forma positiva na economia local.

O ecoturismo, segmento do turismo sustentável que mais cresce no mundo, conforme o Tourism Data Dashboard (UNWTO, 2020), da Organização Mundial do Turismo, tem nas áreas naturais sua principal fonte de atração, fazendo com que cuidados para com essas áreas, devida e constantemente monitoradas, devam ser redobrados. Na mesma linha, o arcabouço ideológico do ecoturismo necessita ser mais bem debatido, uma vez que áreas de conservação ambiental

são usadas como recurso para atividade ecoturística sem planejamento adequado, sem atenção ao fator histórico, do conservacionismo e preservacionismo, denotando certa romantização da natureza. Por esse motivo, há necessidade de se aprofundar na análise conceitual do ecoturismo, bem como nos ecos da atividade ecoturística em tempos de *mass media*.

3 ECOTURISMO

O crescente interesse pelo contato com a natureza e a idealização de uma natureza paraíso fazem com que o Ecoturismo tenha uma alta procura, atualmente, sendo um dos segmentos com maior crescimento nos últimos anos, de acordo com a UNWTO (2020). Segundo o Ministério do Turismo, o segmento motivou a entrada de “18,6% dos turistas internacionais e 60% dos viajantes brasileiros” (apud CNN BRASIL, 2021). Esse segmento, associado ao turismo sustentável, vem se consolidando como uma prática que possibilita a geração de renda, bem como a contenção da degradação ambiental; tanto que 2002 foi eleito o Ano Internacional do Ecoturismo, evidenciando, assim, sua importância.

O ecoturismo não é um fato recente, considerando-se que a viagem com o objetivo de contemplar a área natural e fugir da rotina das urbes é praticada há séculos. Ao longo dos anos, muitas definições foram elaboradas para essa prática, porém, somente a partir de 1984 o conceito de ecoturismo, como o conhecemos hoje, foi proposto por Ceballos-Lascurain, em um documento intitulado “O futuro do Ecoturismo” (CARVALHO, 2005), no qual se entende a ação como “viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagem, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente” (KINKER, 2002, p. 20). Contudo, percebe-se que o conceito continua a ser modificado, devido à sua complexidade, vista a partir de um pensamento processual, bem como pela sua operacionalização. Rodrigues (2003, p. 31) apresenta o Ecoturismo como

[...] uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educacionais contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras.

Rodrigues (2003) nos apresenta uma prática turística que possibilita alcançar o desenvolvimento sustentável previsto por Sachs (2004, 2009). A seu turno, convergindo à ideia de Rodrigues, Pires (2002, p. 81) aponta elementos vinculados a essa prática:

- Desenvolvimento moderado do turismo, envolvendo operações de pequena escala circunscritas à esfera local e organizadas com a participação da comunidade residente;
- Valorização dos costumes e estilo de vida locais. Ênfase para receptora, tais como culinária, acomodações, transporte;
- Geração de benefícios locais e aumento de oportunidades de renda para as comunidades receptoras;
- Poucos efeitos sociais e culturais negativos e maior receptividade pelas populações residentes;

- Pequena alteração da paisagem natural e cultural dos destinos;
- Preservação e proteção dos recursos turísticos e incremento de sua qualidade;
- Motivação dos turistas para uma experiência social, conhecendo distintas realidades socioeconômicas por meio de contatos culturais organizados.

O ecoturismo tem como compromisso, conforme Machado (2005), a manutenção da biodiversidade e a proteção do ambiente natural, equilibrando a geração do crescimento econômico. Beni (2001, p. 428) entende esse conceito como

[...] o deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

Neil e Wearing (2001, p. 12) veem o ecoturismo como “um veículo para o aumento da compreensão dos valores ambientais, além de uma atividade que surgiu devido a mudanças fundamental no modo como a natureza é vista pela sociedade”.

Em *Ecoturismo: orientações básicas* (2010, p. 17), entende-se que o ecoturismo

[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Nota-se que, em todos os conceitos apresentados, o ecoturismo está associado à área natural e à prática cultural, matérias-primas para seu desenvolvimento. Nesse sentido, Kinker (2002, p. 19) também traz importante contribuição ao afirmar que, para o turismo desenvolvido na natureza ser considerado ecoturismo, é necessário “considerar três fatores principais: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental do turista como da comunidade receptora; e o desenvolvimento local e regional integrado”.

Dessa forma, como percebido, o desenvolvimento local e regional deve estar integrado à geração de renda, uma vez que para a prática do Ecoturismo e para um desenvolvimento sustentável (SACHS, 2004) deve-se incluir o trabalho digno. Quanto à distinção entre ecoturismo e turismo de natureza, Machado (2005) apresenta as principais diferenças, vistas no Quadro 1:

Quadro 1 – Diferença entre o ecoturismo e o turismo de natureza

	Ecoturismo	Turismo de Natureza
Palavra-chave	Conservação	Lazer ao ar livre
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais
Operação	Relação com a manutenção do ambiente	Despreocupação quanto a processos mais diretos de manutenção do ambiente
Cuidados	Extremo	Simples
Conhecimento do local	Profundo	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural
Grupos	Reduzidos	Médios a grandes
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Sem envolvimento com os projetos ambientais
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Sem projetos culturais obrigatórios
Público	Preocupado com questões ambientais	Desejoso de contato com a natureza
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realizar no espaço natural

Fonte: Machado (2005).

Percebe-se que a atividade ecoturística sem dúvida é um segmento que requer planejamento, visando não somente a conservação ambiental e cultural, mas também o desenvolvimento da comunidade local, para que todos os requisitos implícitos nas conceituações apresentadas, bem como nas apontadas por Machado (2005), sejam atendidos. Isso porque, diante de uma sociedade ancorada no capital, norteadas pelo lucro máximo, o ecoturismo, em muitos casos, pode se transformar, ou, como aponta Furlan (2003, p. 50), já

[...] se transformou em mais uma das respostas do setor produtivo às pressões sociais pela conservação ambiental. Com isso o ecoturismo deixa de ter uma ideologia conservacionista em senso estrito e passa a buscar meios para se inserir como atividade de mercado, com todas as características que lhe são próprias: economicidade, competitividade, satisfação do cliente, de sedução ou de atração desse cliente e visando o lucro.

Assim, para assegurar que o ecoturismo não ultrapasse “sua base sustentável, é fundamental o entendimento dos mecanismos que levam à provisão da infraestrutura para o desenvolvimento e dos pré-requisitos políticos e institucionais” (NEIL; WEARING, 2001, p. 35). Assim como Sachs (2004, 2009), Neil e Wearing (2001) apontam o governo como o único órgão capaz de oferecer um planejamento do ecoturismo que vise o desenvolvimento sustentável. Entretanto, para que a sustentabilidade seja efetiva, todos os agentes envolvidos no ecoturismo devem participar do planejamento.

Há marcos legais para o ecoturismo, que engloba áreas de conservação e utilização de elementos naturais, como apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Legislação ambiental e instrumentos relacionados

Constituição Federal do Brasil	Define como incumbência do poder público garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por meio da preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; da exigência de estudo ambiental prévio à instalação de obra ou atividade de significativa degradação do meio ambiente; da promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; da proteção da fauna e da flora; entre outras.
Lei n.º 6.513/1977 e Decreto n.º 86.176/1981	Dispõem sobre o estabelecimento de Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural, e se apresentam como instrumentos de execução do Plano Nacional de Turismo. A Lei n.º 6.513/1977 define como Áreas Especiais de Interesse Turístico os “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e a realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”; e Locais de Interesse Turístico como “trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas e à realização de projetos específicos”.
Lei n.º 4.771/1965, que institui o Código Florestal	Trata das florestas existentes no território nacional e das demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem. São bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta lei estabelecem. Em suas disposições apresenta os critérios para definição de áreas de preservação permanente, como a obrigatoriedade de preservação das áreas especificadas onde se desenvolve ou se pretende desenvolver atividades turísticas e estabelece a possibilidade de imunidade ao corte de qualquer árvore.
Lei n.º 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, voltado para o desenvolvimento tecnológico, a promoção e a assistência técnica de incentivos para o desenvolvimento florestal brasileiro. Define três formas de gestão das florestas públicas para produção sustentável: a criação de unidades de conservação que permitam a produção florestal sustentável, a destinação para uso comunitário, como assentamentos florestais, reservas extrativistas, áreas quilombolas, e PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentável, concessões florestais pagas, baseadas em determinada região após a definição das unidades de conservação e áreas destinadas ao uso comunitário. O turismo é citado como uma possibilidade em serviço de manejo florestal, possibilitando benefícios decorrentes do manejo e da conservação de florestas. Altera a Lei n.º 4.771/1965, que institui o Código Florestal.
Lei n.º 5.197/1967 e Lei n.º 9.605/1998	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências – estabelece que todos os animais que vivem naturalmente fora de cativeiro são propriedades do Estado, entre outras disposições. Determina os animais que constituem a fauna silvestre e inclui a proteção a ninhos, abrigos e criadouros naturais. Proíbe a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha dos elementos da fauna silvestre. Assim, ao agregar atividades de observação de animais em seu produto turístico, deve-se atentar para a proibição, a qualquer tempo, da utilização, perseguição, caça e apanha de espécies da fauna silvestre, bem como da comercialização de espécimes e de produtos e objetos que impliquem a sua caça, cabendo ao proprietário fiscalizar o cumprimento da Lei.
Lei n.º 6.938/1981	Estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sua finalidade e mecanismos de formulação e aplicação; constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente; institui o Cadastro de Defesa Ambiental; e define conceitos pertinentes, como recurso ambiental e poluição, entre outros. Determina que as atividades empresariais, inclusive as atividades turísticas, devem estar em consonância com as diretrizes dessa política. Apresenta os instrumentos da PNMA, entre os quais, para fins turísticos, destacam-se o estabelecimento de padrões de qualidade, a avaliação de impactos ambientais, a produção e instalação de equipamentos e tecnologia voltada à melhoria da qualidade ambiental, a garantia de prestação de informações relativas ao meio ambiente, o zoneamento, o licenciamento de atividades poluidoras, a criação de espaços territoriais protegidos, entre outros, além de estabelecer o licenciamento prévio obrigatório para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizam recursos ambientais. Institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e apresenta a lista das atividades sujeitas à taxa, incluindo o Turismo.

(Continua)

(Conclusão)

Lei n.º 9.433/1997 e Decreto n.º 24.643/1934	Instituem a Política Nacional de Recursos Hídricos, criam o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e fornecem outras providências. Além de criar a Política Nacional, instituem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos a partir do Código de Águas (Decreto n.º 24.643/1934), que regulamenta o uso e classificação das águas brasileiras. Definem o conteúdo mínimo necessário aos Planos de Recursos Hídricos, que devem ser de longo prazo e cumprir todos os seus itens, com ênfase às propostas para criação de áreas sujeitas à restrição de uso, visando à proteção dos recursos hídricos.
Lei n.º 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Cabe ressaltar que a visitação ao Snuc é um dos principais recursos e atrativos para o desenvolvimento de inúmeras atividades turísticas no País, ocupando lugar de destaque na política ambiental, a partir de atividades compatíveis com a conservação da biodiversidade. Oferece conceitos básicos para a compreensão da Lei, como os de unidade de conservação, conservação da natureza, diversidade biológica, recurso ambiental, preservação, proteção integral, conservação in situ, manejo, uso indireto e direto, uso sustentável, extrativismo, recuperação, restauração, zoneamento, plano de manejo, zona de amortecimento e corredores ecológicos; apresenta os objetivos e as diretrizes que regem o Snuc, entre elas a promoção do Ecoturismo: “promoção da educação e interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico”. Destaca-se em suas diretrizes a busca pelo apoio e cooperação de organizações não governamentais e privadas, além de pessoas físicas, para o desenvolvimento de atividades de turismo; detalha o funcionamento do Snuc, classificando as UCs, descrevendo suas finalidades e dividindo-as em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
Decreto n.º 1.992/1996	Dispõe sobre a instituição e o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e estabelece meios para que as propriedades possam conservar ou preservar locais de relevante beleza cênica ou representações de condições naturais primitivas ou recuperadas. Define Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) como sendo a “área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação”, e estabelece que o objetivo da RPPN é a proteção dos recursos ambientais da região.
Decreto n.º 99.556/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas – apresenta o conceito de cavidade natural subterrânea (grutas, cavernas, abismos e outras), estabelecendo medidas de proteção e fiscalização; estabelece que são consideradas patrimônio natural e cultural brasileiro e, como tal, devem ser preservadas e conservadas, de modo a permitir estudos e pesquisas, atividades turísticas, recreativas, educativas etc.
Lei n.º 9.795/1999	Institui a Política Nacional de Educação Ambiental apresentando seus objetivos, diretrizes e uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Considerando que o Ecoturismo deve promover a educação ambiental, deve-se ter em mente os objetivos fundamentais dessa prática, entre eles, o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, o fortalecimento da integração com a ciência e tecnologia, entre outros.

Fonte: elaborado por Aguiar com base em MTur (2017).

Além do arcabouço legal apresentado, Brasil (2008) também apresenta outros instrumentos relacionados à legislação, como Plano de Manejo, Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), Diretrizes para visitação e conservação em unidades de conservação (BRASIL, 2006b), todos à disposição do planejamento turístico. Ressalta-se que um planejamento turístico “que pretenda ser viável deverá, necessariamente, contar com uma equipe técnica multidisciplinar para a viabilização do desenvolvimento adequado de processos de planejamento” (RUSCHMANN, 1997, p. 102). Toda essa preocupação ocorre para que o

ecoturismo não se transforme no turismo de massa de amanhã (SWARBROOKE, 2000), com todos os problemas inerentes a ele.

3.1 Áreas protegidas (Unidades de Conservação)

Para falar acerca da criação de áreas limitadas e protegidas, pode-se voltar a 5.000 a.C no Irã, como apontado por Gamarra (2017), que traz uma reflexão sobre áreas naturais destinadas à caça e proteção de recursos florestais ao longo da história, algo que não era valorizado e tampouco teve a importância dada atualmente. A valorização das áreas naturais “começou a mudar partir do século XIX com o avanço da História Natural, o respeito dos naturalistas pelas áreas selvagens não transformadas pelo homem” (GAMARRA, 2017, p. 21). O sentido dessa valorização se alterou, contudo, com o tempo, e atualmente pode-se entendê-la pensando no valor-de-uso e no valor-de-troca propostos por Marx (2002).

Apesar dessa informação pretérita sobre áreas protegidas, com o intuito de conservação, as Unidades de Conservação brasileiras têm seu alicerce nas bases teóricas estadunidenses, que começam ser definidas a partir da segunda metade do século XIX, com a criação do Parque Nacional Yellowstone, em 1872, na região de Wyoming. Diegues (2008, p. 101) aponta que essa área “foi o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público”. Desse momento em diante, outros Parques começaram a ser criados, como aponta o Quadro 3:

Quadro 3 – Primeiros Parques Nacionais

Década	Ano	Local	Criação das Primeiras UCs no Mundo	Objetivo
1870	1872	EUA	Parque Nacional de Yellowstone	Recreação
	1879	Austrália	Royal National Park	Recreação
1880	1885	Canadá	Parque Nacional Banff	Recreação e promoção do turismo
	1890	EUA	Parque Nacional de Yosemite	Recuperação da paisagem destruída
	1894	Nova Zelândia	Parque Nacional Tongariro	Impedir a exploração das montanhas por imigrantes europeus
	1898	África	Sabi Game Reserve	Preservação da Fauna
1900	1901	EUA	Theodore Roosevelt cria 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais, 5 parques nacionais e incorpora terras ao Parque Nacional de Yosemite	Proteção de beleza cênica, recreação e conservação da biodiversidade
	1914	Suíça	Parque Nacional Base Engandine	Conservação
	1925	África	Parque Nacional de Virunga	Proteção dos gorilas
	1934	Argentina	Parque Nacional de Nahuel Huapi	Turismo (Reserva criada em 1903 para proteger a Fauna e Flora)
	1937	Brasil	Parque Nacional do Itatiaia	Preservação de beleza cênica, da Flora e Fauna endêmicas

Fonte: elaborado com base em Diegues (2008) e Almeida (2014).

O crescente interesse pela conservação e preservação natural começa a ganhar força a partir da acelerada industrialização e urbanização mundial, com a visão de que essas áreas naturais seriam um refúgio para “recarregar as energias”, além de uma tentativa de impedir a ação antrópica em algumas áreas. Sem embargo, mesmo diante do crescente número de parques nacionais, seus objetos ainda não tinham sido definidos claramente, o que somente fora acontecer, como aponta Diegues (2008), a partir da Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, em 1933, que resultou em “quatro categorias de áreas protegidas” (ALMEIDA, 2014, p. 21). Diegues (2008, p. 101) traz as características definidas para os parques nacionais:

- são áreas controladas pelo poder público;
- para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida;
- e que devem servir à visitação pública.

É interessante observar que a responsabilidade pelo controle das áreas naturais recai sobre o poder público, sem que essa seja compartilhada com outros agentes. Dessa forma, o Estado deverá orientar políticas públicas que abracem os anseios conservacionistas e não mercadológicos. Sabe-se, entretanto, do interesse atual de empresas privadas pelo controle de áreas naturais.

Já em 1960, a União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), “cuja principal missão era a conservação da biodiversidade em escala mundial” (ALMEIDA, 2014, p. 21), estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas “para promoção, monitoramento e orientação de manejo de tais áreas” (DIEGUES, 2008, p. 102).

Nos dois primeiros congressos, a conservação ambiental e o papel do poder público em relação às áreas naturais foi a questão central, contudo, no Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962, introduz-se o desenvolvimento socioeconômico a partir do uso dessas áreas (ALMEIDA, 2014; DIEGUES, 2008): “Os parques nacionais deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação” (ALMEIDA, 2008, p. 102).

A partir desse congresso, a inserção da população local no pensamento conservacionista fica mais claro e definido, afirmando o direito dos povos tradicionais¹⁰ a participar do plano de

¹⁰ “As minorias culturalmente distintas da maioria da população, que estão quase que inteiramente fora da economia de mercado. Uma interpretação mais ampla faz-se necessária, a fim de ali incorporar essas sociedades

manejo, bem como do planejamento dessas áreas. Não se reconheceu, porém, e tampouco se abordou, a temática dos povos tradicionais, que moravam nas áreas de proteção e dali foram expulsos, ocasionando diversos conflitos ligados ao direito à terra (DIEGUES, 2008).

Ao longo dos vários encontros realizados para debate sobre aspectos ambientais, o assunto dos povos tradicionais, que viviam em áreas de proteção ambiental, era negligenciado. Diegues (2008, p. 107) aponta que “as populações rurais que vivem próximas às áreas de grande diversidade biológica estão, frequentemente, entre as mais pobres. Sob tais condições, o morador é forçado a explorar os recursos do parque nacional”. A inserção dos povos tradicionais nas atividades das áreas de proteção, em parques ou não, deve ter a mesma importância que o pensamento da conservação ambiental, pois assim atenderá à ideia de desenvolvimento sustentável preconizada por Sachs (2004).

A ideia de áreas protegidas se alicerçou nas desenvolvidas a partir da experiência realizada pela criação do Parque Nacional Yellowstone, embasada na *Governors' Conference on the Conservation of Natural Resources*,¹¹ originando um documento que propunha a utilização dos recursos naturais sem promover a degradação ambiental. “Observamos esses recursos como um patrimônio a ser utilizado para estabelecer e promover conforto, prosperidade, e alegria para o Povo Americano, mas sem ser desperdiçado, deteriorado, ou desnecessariamente destruído.” (DIGITAL HISTORY, 2020).¹² Durante a conferência, também se discutiu os problemas provocados por esse pensamento, dicotômico, expulsando a população local que viviam nessas áreas de proteção ambiental.

Toda a discussão desenvolvida acerca das áreas de proteção natural parece ter sido apartada da população que vivia nessas áreas, não oferecendo espaço para a fala desses moradores, tampouco inserindo-as no planejamento dos parques ou em outras áreas de proteção. Assim, todo o discurso atrelado ao desenvolvimento sustentável fica comprometido, principalmente, quando se pensa no desenvolvimento apresentado por Sachs (2004), que propõe os elementos de equidade, igualdade e solidariedade como forma de alcançar um desenvolvimento sustentável.

No Brasil, tem-se as primeiras iniciativas para proteção de áreas ou recursos naturais no regimento do Pau-Brasil (SIQUEIRA, 2011), elaborado em 1605, bem como na “Carta Régia”

minoritárias – que têm as características dos grupos tradicionais –, incluindo um corpo de conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos.” (Nosso Futuro Comum. p. 25).

¹¹ Conferência dos Governadores sobre a Conservação de Recursos Naturais.

¹² Tradução nossa de: “*We look upon these resources as a heritage to be made use of in establishing and promoting the comfort, prosperity, and happiness of the American People, but not to be wasted, deteriorated, or needlessly destroyed.*”

de 1797, como apontam Pureza (2014) e Gamarra (2017). A exploração desenfreada causava danos à Fazenda Real e ao comércio, por esse motivo a necessidade de regulamentar o segmento. Para tal, a autorização da extração da madeira deveria ser feita por escrito pelo Provedor-mor da Fazenda de cada Capitania, conforme apontado por Siqueira (2011). Outra ação para conservação de áreas naturais ocorre quando D. Pedro II ordena a desapropriação de áreas específicas, por entender que a degradação de áreas desmatadas provocara “a) a perda de produtividade das fazendas de café e o repentino aparecimento de pragas na lavoura; b) a diminuição abrupta do estoque hídrico, que evidenciou a relação floresta/oferta de água” (PUREZA, 2014, p. 27).

Mesmo com as restrições impostas por D. Pedro II, a “vocação” para explorar os recursos naturais independentemente das regras impostas estava no ideário de coloniza o do território brasileiro. Prado Jr. (2011, p. 124) aponta que a grande explora o agrária

[...]   consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupa o e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical, os objetivos que animam os colonizadores, as condi es gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos, ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurar  no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os g neros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São esses, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia.

Ao apresentar as raízes da explora o de nossos recursos (solos, hídricos, vegeta o, relevo etc.), Prado Jr. (2011, p. 127) também apresenta os desafios que as a es de conserva o e prote o ambiental devem enfrentar, visto que se assentam nos “três elementos constitutivos da organiza o agrária do Brasil colônia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo”, embora a questão escravocrata como a conhecíamos tenha sido “resolvida” com a Lei n.  3.353, de 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1888). A monocultura e a grande concentra o de terras permanecem, contudo, como entraves para a materializa o de políticas de conserva o ambiental em muitas regiões do País.

A preocupa o com a gestão florestal, dada a degrada o ambiental em ritmo acelerado, força a cria o, em 1921, do Serviço Florestal do Brasil, como parte do Ministério da Agricultura (DIEGUES, 2008; PUREZA, 2014). Esse fora, porém, desativado em 1959 e substituído pelo Departamento de Recursos Renováveis (DRNR). Além da cria o de institui es voltadas   questão ambiental, em 1934 realizou-se a “1  Conferência para Prote o da Natureza, promovida pela ‘Sociedade dos Amigos das árvores’, por iniciativa de Alberto José de Sampaio e Leôncio Correia” (DIEGUES, 2008, p. 115). Também nesse período   criado

o primeiro Código de Caça e Pesca, o Código de Minas, o Código das Águas e o Código Florestal. Percebe-se que a preocupação com os espaços naturais cresce e ganha espaço na agenda nacional. Coincidência ou não, é nesse mesmo período que se registra um incremento da urbanização brasileira, bem como de sua industrialização.

Entre os anos de 1959 e 1961 foram criados 14 parques nacionais, sendo três deles no estado de Goiás e um no Distrito Federal (DIEGUES, 2008). No entanto, somente a partir da década de 1960 unidades de conservação começaram a ser criadas em outras áreas com mais vigor, devido à expansão agrícola, principalmente na Amazônia (DIEGUES, 2008).

Vale ressaltar que a ênfase dada até esse presente momento parece ser aos parques nacionais, devido ao modelo de conservação e a todo um ideário acerca de áreas de proteção reproduzido no Brasil com base na criação do Parque Nacional Yellowstone (nos EUA). É certo que o Brasil, assim como a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), desenvolveram outros espaços e critérios para a proteção de áreas naturais, contudo, ainda é possível perceber os vestígios da influência norte-americana na classificação das áreas de proteção natural.

As áreas de conservação ambiental no Brasil ficaram sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1978, também ligado ao Ministério da Agricultura, ao qual coube “a administração das unidades de conservação” (DIEGUES, 2008). Em 1979, o IBDF

[...] elaborou o Plano de Sistema de Unidade de Conservação no Brasil, cujo objetivo principal era o estado detalhado das regiões propostas como prioritárias para a implantação de novas unidades. Ademais, o Plano se propunha a rever as categorias de manejo até então inexistentes, uma vez que as duas únicas existentes (parques nacionais e reservas biológicas) eram consideradas insuficientes para cobrir a gama de objetivos propostos. (DIEGUES, 2008, p. 118).

O **manejo**, na explicação de Diegues (2008) acerca do Plano de Sistema de Unidade de Conservação no Brasil, também é uma das preocupações da IUCN, que o usa para a classificação de áreas (IUCN, 2021), sendo que o manejo de áreas de proteção natural deve atender ao desenvolvimento sustentável, bem como à inserção, ao planejamento e à gestão dos povos tradicionais que vivem nessas áreas.

No ano em que foi criado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) recebeu da Fundação Pró-Natureza (Funatura) um estudo para a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que fora instituído na gestão do presidente Fernando Collor de Mello, na forma de Anteprojeto de Lei n.º 2.282/1992: “O Anteprojeto fora

concebido em duas versões, uma previa três grupos compostos por nove categorias de manejo e uma segunda versão composta por três grupos e dez categorias” (PUREZA, 2014, p. 40).

O projeto de lei ficou em discussão por oito anos (PUREZA, 2014), relacionando-se o entrave nas discussões às populações tradicionais, à sua desapropriação e às respectivas indenizações. Foram propostas diferentes formas de unidades de conservação, bem como categorias de manejo. Vale ressaltar, mais uma vez, a semelhança às primeiras áreas de conservação ambiental norte-americanas, pois o indígena, que vivia nesses locais há muito tempo, fora retirado dessas áreas destinadas a parques nacionais.

O resultado de uma longa discussão culminou na criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, “cuja regulamentação foi parcialmente efetuada pelo Decreto n.º 4.430, de 22 de agosto de 2002” (PUREZA, 2014, p. 42). O Quadro 4 representa as categorias de manejo aprovadas pelo Snuc em 2000:

Quadro 4 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc

		Objetivo básico	Categorias
Grupo I	Unidades de Proteção Integral	Tem a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas.	<ul style="list-style-type: none"> • Estação Ecológica • Reserva Biológica • Parque Nacional • Refúgio de Vida Silvestre • Monumento Natural
Grupo II	Unidades de Uso Sustentável	Tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Proteção Ambiental • Área de Relevante Interesse Ecológico • Floresta Nacional • Reserva Extrativista • Reserva de Fauna • Reserva de Desenvolvimento Sustentável • Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Pureza (2014).

O Snuc é definido como:

[...] o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção. (ICMBio, 2021).

Ressalta-se que as Unidades de Conservação devem ter um olhar mais abrangente, incluindo a geração de renda para aqueles que, principalmente, vivem próximo a elas. As UC,

conforme Souza *et al.* (2017), oferecem uma variedade de oportunidades de recreação que podem repercutir de forma positiva – economicamente – para a população local.

3.2 Geração de renda e povos tradicionais nas Unidades de Conservação (UC)

Como já apontado, as Unidades de Conservação (UC) são “globalmente consideradas como uma estratégia chave para a conservação da biodiversidade” (SOUZA *et al.*, 2017, p. 2) e do patrimônio cultural. Mesmo diante de problemas enfrentados, como, por exemplo, a expulsão dos povos tradicionais, as Unidades de Proteção Ambiental ainda são uma forma importante de proteger os “recursos naturais relevantes – [sendo] uma das formas mais efetivas à disposição da sociedade para atender essa necessidade” (MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 6).

A discussão acerca da inserção dos povos tradicionais em áreas de proteção ambiental deve acontecer mediante análise espacial: forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1996). A integração dos povos tradicionais sem, realmente, a participação desses na forma de pensar essa área é equivocada e ineficaz, uma vez que não compreende o espaço como um todo. Há de se considerar, portanto, cada etapa de desenvolvimento das áreas protegidas, visto que sua utilização deve ser pensada a partir do desenvolvimento sustentável; lembrando que um de seus pilares é a oferta de trabalho descente. A partir daí, alicerçado no pensamento de Santos (1996), começa-se a elaborar perguntas como: qual é a estrutura de unidade de conservação desejada para atender os anseios ambientais e sociais? Qual é a forma de UC desejada a partir de um pensamento sustentável? Qual é a função atribuída à área de proteção ambiental com base em um antropocentrismo moderado?¹³ Quais são os processos de consolidação de uma UC, visto que “não há como pensar em soluções ambientais efetivas ignorando o ponto de partida sobre o valor da natureza e seus elementos constituintes” (LOURENÇO, 2019, p. 58), entre eles os povos nativos? As respostas pode ser encontradas, ao menos parcialmente, na experiência da Associação Yanomami¹⁴ do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) e da

¹³ “O antropocentrismo em sentido moderado (fraco), embora também afirme a elevação moral do homem frente aos demais entes, colocaria alguns limites à livre utilização do mundo natural, tendo em vista aspectos relacionados aos projetos humanos, como é o caso das preocupações ambientais relacionadas: a) à economia (conservação de matéria-prima e energia, b) à estética ou ao paisagismo (proteção de locais de beleza cênica), c) científica (acesso ao patrimônio genético da flora e da fauna para o desenvolvimento de fármacos e novas tecnologias); e d) à recreação (conservação de áreas naturais para lazer e entretenimento humano).” (LOURENÇO, 2019, p. 35).

¹⁴ Os Yanomami são um dos poucos grupos ameríndios da Amazônia a terem atingido um grau tão alto de notoriedade científica e midiática tanto nos países em que vivem (Venezuela e Brasil) quanto no plano internacional. Os primeiros estudos modernos a seu respeito são alemães e datam, nos dois países, da década de 1950. Na Venezuela, originam-se da expedição organizada pelo Instituto Forbenius de Frankfurt, em 1954-

Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma (AMYK), que propuseram um Plano de Visitação para o Yaripo, o Pico da Neblina, como chamado pelos Yanomami, que é protegido pelo Parque Nacional do Pico da Neblina (Parna do Pico da Neblina), de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA) foi criada em 1998, como “a primeira associação yanomami a surgir[,] e tem como objetivo defender os direitos do Povo Yanomami, representar os Yanomami do rio Cauaburis e afluentes, assim como promover o bem estar do Yanomami” (AYRCA; AMYK, 2017). A AMYK foi criada em 2005 e “tem como missão defender os direitos das mulheres yanomami, representar as mulheres yanomami do rio Cauaburis e afluentes e fortalecer a cadeia produtiva do artesanato yanomami” (AYRCA; AMYK, 2017). A área do Yaripo atrai os turistas por

[...] ser o ponto mais alto do Brasil e estar localizado numa das regiões mais preservadas e belas da Amazônia. Rodeado por serras, tem aos seus pés um manto de floresta densa e, nas proximidades do cume, nascem plantas raras somente ali encontradas, tudo em meio a rios de águas pretas que contrastam com praias de areia branquíssima. Outro atrativo, menos conhecido mas igualmente instigante, é que o Yaripo está na Terra Indígena Yanomami, com várias comunidades ao seu redor, e é considerado um lugar sagrado para este povo. (AYRCA; AMYK, 2017, p. 11).

Vale ressaltar que o Yaripo está fechado desde 2003 para atividades turísticas por entender-se que tal atividade gera degradação ambiental e viola os direitos dos Yanomami. A visitação sempre ocorrera sem qualquer fiscalização ou controle dos órgãos responsáveis – Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Os Yanomami participavam das atividades turísticas, mas como carregadores, e o lucro da atividade turística ficava longe, assim como a agência de turismo (AYRCA; AMYK, 2017).

A relação do povo Yanomami com a terra é diferente da que tem o homem branco com o ambiente natural, se aproximando muito mais do biocentrismo,¹⁵ com o acréscimo das relações. No livro *A queda do céu: palavras de uma Xamã Yanomami*, Kopenawa e Alberto (2015) apresentam como os yanomami se relacionam com a floresta, os animais, os espíritos, a

5, sob a direção de Otto Zerries, e, no Brasil, das viagens de Hans Becher. – *A queda do céu: palavras de uma Xamã Yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert.

¹⁵ “A principal postulação proveniente do biocentrismo é a de que todos os organismos vivos possuem valor intrínseco, são fins em si mesmos. Não somente seres humanos, mas todos os seres vivos, animais, vegetais e até mesmo micro-organismos, pelo mero fato de serem vivos (o critério fundamental é a essência biológica), possuíam um interesse fundamental em realizar suas potencialidades biológicas. Seriam centros teleológicos de vida: por exemplo, danificar uma planta, ou agir contra seus interesses, é agir no sentido de impedir seu florescimento ou frustrar suas finalidades biológicas.” (LOURENÇO, 2019, p. 42).

água, entre outros elementos, sendo possível visualizar uma relação sustentável, onde os recursos consumidos são os necessários para a sobrevivência. O respeito à floresta e a seus viventes pode ser demonstrado em:

De repente, ouvi o rugido de uma onça com seu filhote. Amedrontado, alertei logo minha companheira: ‘Vamos embora deste caminho, ele vai nos devorar!’ Ela não parecia preocupada e tentou de novo me acalmar: ‘Não tenha medo! Essa onça é minha, não vai nos atacar’. (KOPENAWA; ALBERTO, 2015, p. 107).

Com essa visão dos elementos da natureza, o cuidado e a gestão das áreas de conservação podem ser mais efetivas, não apenas um aspecto burocrático e administrativo. Para além da visão biocêntrica moderada e espiritual, que muitos acreditam ser insuficiente, o povo yanomami vê com bons olhos a atividade ecoturística:

Atualmente os Yanomami são defensores do ecoturismo ao Yaripo, desde que sejam eles os gestores e beneficiários principais do empreendimento. Sabem que existe uma demanda reprimida de turistas que desejam subir o pico, e estão se preparando para recebê-los. Fazem questão que a atividade turística seja concebida dentro de um plano maior que minimize os impactos ambientais e garanta a repartição justa dos benefícios entre eles. Querem ser os guias, carregadores, pilotos de barco, proeiros, cozinheiros, e fazer a gestão do negócio através das suas associações AYRCA e Kumirayoma. (AYRCA; AMYK, 2017, p.12).

Com a criação de uma unidade de conservação, também há de se alcançar benefícios econômicos, visto o modelo social em que vivemos. Os Yanomami não refutam a ideia de gerar renda a partir do uso dos serviços ambientais, ou serviços ecossistêmicos, entendidos por “todos os benefícios gerados gratuitamente pelos recursos ambientais, referindo-se tanto aos bens (por exemplo, a madeira) quanto aos serviços (por exemplo, conservação de água para lazer)” (MEDEIROS *et al.*, 2011, p. 13). O entendimento do uso desses serviços pode impulsionar bastante os esforços de conservação ambiental, uma vez que os dividendos gerados a partir da exploração sustentável tendem a permanecer na localidade.

Através da metodologia *Money Generation Model* (MG2M), adaptada por Souza *et al.* (2017) para auferir valores advindos das visitas de áreas protegidas, e Medeiros *et al.* (2011) apresentando valores e estimativas oriundos da exploração de Unidades de Conservação pelo turismo, como apresentado na Tabela 1,¹⁶ percebe-se que o retorno econômico é satisfatório:

¹⁶ Apenas 18 possuem visitação estruturada, com controle do fluxo de visitantes e cobrança de ingressos (MEDEIROS *et al.*, 2011).

Tabela 1 – Estimativa do impacto econômico atual da visitação em 18 Parques Nacionais

Número de UCs	Número de visitantes (2009)	Impacto econômico cenário conservador (milhões R\$/ano)	Impacto econômico cenário otimista (milhões R\$/ano)
18 Parques Nacionais	3.836.195	459,3	519,2

Fonte: elaborada por Aguiar com base em Medeiros *et al.* (2011).

Souza *et al.* (2017) afirmam que “cada R\$ 1 investido no sistema de UCS produziu R\$ 7 em benefícios econômicos”. Não sendo a conservação ambiental motivo suficiente, os valores apresentados mostram, ou ao menos projetam, um bom retorno econômico para a população local das UC, o que ajudaria na permanência de moradores locais, evitando, assim, a saída para cidades vizinhas ou até mesmo para cidades mais distantes, à procura de trabalho. Atualmente, no entanto, muitas UCS não possuem estrutura capaz de contabilizar o número de visitantes, fato crucial para calcular o valor do impacto econômico utilizando a metodologia MG2M, que seria o número de visitante x a média de gastos por visitante x multiplicador, podendo o multiplicador ter diversas bases, como apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 – Multiplicadores adotados para a estimativa do impacto econômico do turismo em unidades de conservação

Categoria do Multiplicador	Característica da localidade onde a UC está inserida	Número de habitantes	Valor do multiplicador no cenário conservador	Valor do multiplicador no cenário otimista
Categoria 1	Regiões rurais	Até 50 mil	1,3	1,5
Categoria 2	Pequenas localidades	Acima de 50 mil até 500 mil	1,4	1,6
Categoria 3	Grandes localidades	Usualmente entre 500 mil e 1 milhão	1,5	1,7
Categoria 4	Capitais/centro urbanos	Acima de 1 milhão	1,6	1,8

Fonte: elaborada por Aguiar com base em Medeiros *et al.* (2011).

Dessa maneira, a utilização das áreas protegidas (UC) como fonte de renda, principalmente para a população local, por meio do ecoturismo, é uma saída possível e concreta, em contraponto, especialmente, aos interesses do agronegócio e pecuaristas. A valorização das Unidades de Conservação deve passar por todos os processos de idealização; processo, forma, função e estrutura (SANTOS, 1996), para que assim esses espaços possam oferecer, de fato, uma real e eficaz contribuição para a sociedade. Experiências como as do povo yanomami e a estruturação por parte dos autóctones devem ser espalhadas por todas as UC do Brasil, fazendo com que esses espaços não sejam apenas uma criação proforma e consigam, de fato, conciliar geração de renda e sustentabilidade.

3.3 Valorização de áreas naturais e repercussão nas Unidades de Conservação

Os modelos de parques e áreas de proteção ambiental sofrem duras críticas por não considerarem as particularidades de cada região, pois

[...] um país das proporções do Brasil representa um universo onde a questão ambiental apresenta, fatalmente, diferentes graus e conotações. Não somente as diferenças no quadro natural, mas, sobretudo, as diferenças e desequilíbrios regionais segundo o grau de desenvolvimento impõem sérias diferenciações do problema. (MONTEIRO, 1981, p. 55).

Considerar as unidades de conservação como “ilhas” e não integrar a população local, bem como seu uso para geração de renda, é ultrapassado e contraproducente. As ilhas formadas pelas diversas UCs mais se assemelham ao resultado do meio de produção industrial, ou seja, o resultado de um trabalho alienado, e não de um trabalho que visa a conservação ambiental, almejando o desenvolvimento sustentável, além do enfrentamento aos grandes agricultores, mineradores e pecuaristas. Por esse motivo, é fundamental pensar esse espaço como um todo, entendendo sua função, processo, forma e estrutura (SANTOS, 1996), pois somente a partir daí poder-se-á mostrar à sociedade a sua importância.

Embora as Unidades de Conservação tentem frear os avanços do agronegócio, por exemplo, elas ainda não são capazes de chamar a atenção da sociedade para os problemas ambientais, assim como modificar o *modus operandi* da relação do homem com a natureza. A discussão que procura harmonizar a relação entre homem e natureza não é recente, já sendo vista em histórias da Grécia antiga (MONTEIRO, 1981) ou a partir de eventos como a Conferência de Estocolmo, que ocorreu em junho de 1972. No entanto, eventos protocolares como a proclamação de Estocolmo, sobre “o direito de todos os povos aos recursos natureza da Terra, [são] sem dúvida uma bela concepção, mas desprovida de qualquer sentido de realidade” (MONTEIRO, 1981, p. 20).

Conferências com pautas ambientais como a supracitada Conferência de Estocolmo, a Organização pelas Nações Unidas, a ECO-92, Conferência das Partes – Protocolo de Kyoto, Rio +10 e Rio+20 compactuam com a sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997), pois não são capazes de resolver dilemas, a exemplo da conciliação da conservação ambiental com o crescimento econômico. Ademais, incorrem no mesmo equívoco em relação às áreas de proteção ambiental, importando um ideário preservacionista ou conservacionista, e não

desenvolvendo algo que atenda as particularidades brasileiras. Nesse sentido, Monteiro (1981, p. 22) faz o seguinte apontamento:

As diferenças entre eles são funções das estratégias (*modus*) e do grau (*quantum*) agindo na difícil tarefa de desenvolver-se. Tarefa na qual as normas, muitas vezes, são ditadas “de fora”, mercê de uma posição econômica periférica e dependente. Quais seriam as características fundamentais do processo brasileiro de mudança à procura do desenvolvimento capazes de referenciar a questão ambiental?

A clareza conceitual que está por traz da questão ambiental é importante para que se possa entender determinados avanços ou não no debate ambiental, pois muitos desses envolvem questões para além da ambiental. A percepção comercial e o valor imputado aos elementos naturais têm “estado sempre além e sido mais decisivo na tomada de decisão do que a percepção científica do ambiente” (MONTEIRO, 1981, p. 28), sobretudo quando diz respeito a uma área com condições favoráveis para o desenvolvimento de monoculturas.

Por esse motivo, a discussão ambiental deve ser alicerçada em três pilares: o biocentrismo, o ecocentrismo e o antropocentrismo, voltando-se essas discussões para a valorização do meio natural, o que repercute diretamente na criação e no uso das unidades de conservação.

O biocentrismo “se apresenta como a proteção da vida como tal. Todos os seres vivos, individualmente considerados (individualismo moral), possuem valor moral em função de serem centros teológicos de vida” (LOURENÇO, 2019, p. 411). Esse pensamento influenciou, entre outros, John Muir (1838-1914), que via a natureza como possuidora de um valor intrínseco, não precisando de ações humanas para dar-lhe valor ou não. À ideia do biocentrismo pode associar-se a ideia do preservacionismo.

A principal ideia dos preservacionistas é preservar a natureza de qualquer intervenção humana, entendendo que toda ação antrópica sobre os recursos naturais promove impactos negativos e, por conseguinte, os consumirá até que deixem de existir. É certo afirmar que a preocupação acerca da degradação ambiental era e ainda é pertinente, visto que as políticas públicas voltadas para a proteção ambiental vêm se aprimorando desde as discussões propostas no século XIX. Pode-se, também, perceber uma visão romantizada acerca da natureza em John Muir, na obra *My First Summer in the Sierra*:

[...] com seus sublimes domos e vales, grandiosa e escura floresta, gloriosos picos brancos aprofundados no céu, cada elemento brilhando, radiando beleza que aquece nossa pele e ossos, como raios do coração do fogo. Raios de sol

por toda parte: nenhum sopro de vento para atrapalhar a calma contemplativa.¹⁷ (MUIR, 1911, p. 25).

A descrição poética não é um instrumento narrativo de Muir para chamar a atenção sobre a questão ambiental, e sim uma forma de entender a natureza, o que influencia a ideia de natureza intocada, daquela que não pode ser maculada, e, por conseguinte, leva ao preservacionismo. Esse pensamento pode ser associado à *Deep Ecology*, termo “cunhado pelo filósofo norueguês, em 1972, com a intenção de ir além do simples nível factual da ecologia como ciência, para um nível mais profundo de consciência ecológica” (DIEGUES, 2008, p. 46). Ainda que Diegues (2008) afirme que essa corrente de pensamento seja mais restrita do que o preservacionismo, é a que mais que se aproxima de tal.

Lourenço (2019, p. 336) explica que o centro nevrálgico da ecologia profunda gira em torno de:

(a) holismo: a natureza é encarada do ponto de vista de um grande sistema, e não de um mero somatório de indivíduos ou entes. O mundo natural, nesse sentido, seria um modo orgânico, uma unidade interativa entre as diversas espécies e seus respectivos habitats. A diversidade, ou a biodiversidade, seria essencial para a saúde coletiva do sistema; (b) igualitarismo biosférico: não haverá divisões ontológicas entre as espécies e o centro não seria ocupado pelos humanos (luta contra antropocentrismo). Pelo contrário, os seres humanos, tal como os demais seres que habitam o planeta, são parte incidíveis dessa unidade (a interdependência entre as partes é “cola”, a “teia” que une o todo; e (c) autorrealização: individualmente, cada ente é apenas um parte do todo e o objetivo final dessa união seria permitir que cada indivíduo pudesse desenvolver plenamente – biologicamente e psicologicamente – de modo a alcançar uma identificação plena com a natureza sem a perda da sua identidade individual.

Pensar o ambiente natural de forma sistêmica é fundamental para promover um avanço na resolução de problemas, assim como na elaboração de políticas públicas, contudo, imaginar o ser humano apartado da natureza não pode ser visto com bons olhos, uma vez que a ideia é integrar e conscientizar, e não aprofundar um pensamento dicotômico. Talvez o mais importante da ecologia profunda seja o componente holístico, que gira em torno da “importância e da totalidade dos processos orgânicos e inorgânicos” (LOURENÇO, 2019, p. 336).

Ainda assim, a valorização dos processos orgânicos e inorgânicos em um mundo utilitarista se prova uma difícil discussão, pois perguntas como: “Qual é o valor do mundo natural e quais princípios normativos devem pautar a relação eu-outro?” e “Qual é o valor da

¹⁷ Tradução nossa de: “with its sublime domes and canons, dark upsweeping forest, glorious array of white peaks deep in the sky, every feature glowing, radiating beauty that pours into our flesh and bones like heart rays from fire. Sunshine over all: no breath of wind to stir the brooding calm” (MUIR, 1911, p. 25).

natureza real?” são difíceis de serem respondidas. Ademais, como aponta Lourenço (2019), tal discussão se associa mais a questões éticas do que científicas. Outra dificuldade apontada por Lourenço (2019) ocorre no julgamento humano do valor e da beleza de uma área selvagem, que deveria ser salvaguardada, ou seja, criam-se indicadores, uma forma de quantificação, da proteção ambiental, portanto, cria-se também uma hierarquização da natureza, e, por conseguinte da paisagem, fugindo, então, dos preceitos biocêntricos e da *Deep Ecology*.

O ecocentrismo, concebido a partir dos estudos de Aldo Leopold (1887-1948), entre outros, prova-se um dos fundadores da ética ambiental contemporânea, tendo seu pensamento alicerçado na lógica “extensionista baseada no individualismo moral, advogando a tese de que tanto as visões homocêntricas quanto as provenientes do biocentrismo seriam suficientes para explicar a relação homem-natureza” (LOURENÇO, 2019, p. 16). O ser humano se faz mais presente na visão ecocêntrica, que traz uma visão do homem como parte integral da natureza e capaz de influenciar de forma positiva a conservação ambiental. Nessa perspectiva, a natureza deve ser utilizada de maneira eficiente, de modo a garantir “o melhor bem-estar para a maior quantidade de pessoas, durante a maior quantidade de tempo disponível” como colocou o presidente norte-americano Theodore Roosevelt (LOURENÇO, 2019, p. 170).

Aldo Leopold, filósofo ambiental que atuou no Serviço Florestal estadunidense até 1928, desenvolveu três temas centrais de atuação: “(a) planejamento de áreas de recreação; (b) gestão de caça; e (c) controle da erosão e desgaste do solo”, como aponta Lourenço (2019, p. 171). A partir desses três pontos centrais, a intervenção para garantir a conservação ambiental é necessária e de interesse humano, de modo a assegurar o equilíbrio necessário ao ecossistema (SILVA; RECH, 2017).

A forma holista que muitas vezes pode ser encontrada, principalmente, no trabalho intitulado “Almanaque de um condado arenoso e alguns ensaios sobre outros lugares”, de Leopold, que ora outorga o título de preservacionista, ora de observador, sempre teve embasamento científico, bem como foco nas práticas conservacionistas.

Nesse mesmo livro, Leopold (2019, p. 153) oferece uma noção do seu pensamento holístico:

Toda coisa vive (e talvez, do mesmo modo, muitas das mortas) presta atenção àquele chamado. Para o veado, é um lembrete sobre o destino de toda carne; para o pinheiro, uma previsão das disputas da meia-noite e do sangue sobre a neve; para o coiote, uma promessa de restos por vir; para o boiadeiro, uma ameaça de salto vermelho no banco; para o caçador, um desafio de um canino contra uma bala. No entanto, por trás dessas esperanças e desses medos óbvios e imediatos, reside um significado mais profundo, conhecido somente pela própria montanha. Somente a montanha viveu tempo suficiente para ouvir objetivamente o uivar de um lobo.

Nessa passagem, percebe-se a convergência entre o pensamento biocentrista e ecocentrista, onde Leopold dá voz e faz entender que a montanha possui uma vida como qualquer outro ser vivo mencionado. Apesar de um escritor hábil, o autor não usa elementos narrativos apenas para tornar seu texto mais palatável, mas sim por acreditar nessa visão. No entanto, há outras obras de Leopold bastante utilitaristas, que vão de encontro ao pensamento biocêntrico, bem como o pensamento da *Deep Ecology*. Callicott considera que o axioma leopoldiano possui valor inerente “medido em função da sua integridade, estabilidade e beleza” (1989, p. 127, apud LOURENÇO, 2019, p. 196); esses são valores outorgados à natureza, um conceito carregado de intensa significação cultural, bem como um produto da evolução histórica.

Tem-se também o antropocentrismo que, por definição, “é uma abordagem que toma a humanidade como padrão exclusivo para a alocação do valor inerente. A satisfação prioritária dos interesses humanos” (LOURENÇO, 2019, p. 348) pode ser definida

(a) a partir da ideia de que os seres humanos possuem um *status* moral diferenciado (a natureza é única) que não pode ser acessado ou verificado a partir de critérios objetivos; (b) por meio da postulação de que seres humanos possuem determinados atributos especiais ou únicos relacionados à sua capacidade cognitiva (razão, linguagem articulada, consciência etc.); e (c) através do apelo às características que marcam as relações intersubjetivas que travamos (solidariedade, fraternidade, altruísmo) o que justificaria a prioridade do atendimento dos interesses humanos. Em todas essas situações há uma situação de discriminação em termos de exclusão moral. (LOURENÇO, 2019, p. 348).

Ao longo do processo histórico, a relação humana com o meio natural passa por ressignificações que procuram melhor harmonizar e compreender o papel do ser humano diante da natureza. As mudanças ocorrem pelo mundo ocidental, principalmente a partir do século XIX, com a valorização de determinadas paisagens, e paralelamente à mudança socioeconômica mundial, em que o incentivo ao consumo das coisas é potencializado. Vale ressaltar, também, que nesse período se acirra a dicotomia e a sobrevalorização do meio natural, diante de um expansionismo urbano e industrial.

A valorização da paisagem, do meio natural, ancora-se em alguns parâmetros, sendo eles: científico, cultural, ecológico e turístico, deixando “de fora” o valor intrínseco tão valorizado pelo biocentrismo e ressaltado pelo ecocentrismo.

Nesse sentido, o antropocentrismo deixa claro que seus valores são externos à natureza, à paisagem, sendo majoritariamente outorgados pelo ser humano e estabelecendo critérios para uma hierarquização desses. Mesmo diante de uma diversidade de valores atribuídos à paisagem,

é possível reuni-los ou resumi-los em valor-de-uso e valor-de-troca. A premissa foca na paisagem como mercadoria, usada por vários setores sociais. “A mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2002, p. 57), sendo essa entendida como “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas” (MARX, 2002, p. 57).

Nesse sentido, entende-se a paisagem como uma mercadoria a ser consumida, não importando como ela satisfaria a necessidade do outrem (MARX, 2002). Ressalta-se que uma quantidade maior de valor-de-uso representa uma maior riqueza e as mercadorias encarnam “valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social” (MARX, 2002, p. 69). Assim, a paisagem, para o ecoturista, é consumida como valor-de-uso social que promove a estandardização de seu consumo.

Desse modo antropocêntrico, observando a paisagem como mercadoria, observa-se que os serviços ecossistêmicos têm como objetivo apresentar a importância da paisagem por meio de serviços por ela oferecidos. Ou seja, a paisagem deve ser protegida por oferecer serviços à sociedade, os quais são serviço de regulação, serviços de suporte, serviço cultural e serviço de provisionamento. Vale ressaltar que os serviços ecossistêmicos foram inicialmente pensados para ecossistemas e, depois, ampliados para paisagens.

Assim, a paisagem acaba sendo um capital construído para ser disponibilizado como uso ou troca, aproximando-se, cada vez mais, do pensamento Marxista a respeito do valor-de-uso e valor-de-troca. Para Marx (2002, p. 69), as mercadorias vêm ao mundo

[...] sob a forma de valores-de-uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo etc. É sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadorias, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor.

A alusão ao pensamento marxista baseia-se justamente na transformação da paisagem para paisagem-mercadoria em tempos modernos. Nesse sentido, cabe afirmar que a paisagem-mercadoria ganhou força e possui, também, seu valor, visto que “o valor de uma mercadoria se contém na relação de valor de duas mercadorias” (MARX, 2002, p. 71). A paisagem-mercadoria *A* e a paisagem urbana, carregada de simbolismo do capitalismo *B*, expressam-se qualitativamente por meio de sua permutabilidade, o que dará a ela a relação econômica.

No entanto, não basta a paisagem mercadoria possuir um valor-de-uso, ela também deve possuir um valor-de-troca, conforme explica Marx (2002, p. 112):

De início sua relação quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse ínterim, arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindos de fora. A repetição constante da troca torna-se um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento, consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca.

É certo que Marx (2002), ao explicar os conceitos valor-de-uso e valor-de-troca, falava sobre produtos criados pelo homem, aqueles produzidos a partir da força de trabalho. Sem embargo, como um pensamento calcado no antropocentrismo, a paisagem também sofre processo de transformação a partir do trabalho humano, seja ele físico ou intelectual. A transformação mencionada não ocorre somente no ato de pensar ou saber que existe, e sim no agir sobre, outorgar-lhe valor-de-uso e valor-de-troca para, assim, torná-la uma mercadoria.

Os valores outorgados, pensados de forma intrínseca à natureza, também repercutem nas unidades de conservação. Nesse sentido, pode-se notar que as UC, no Brasil, foram criadas a partir de duas abordagens, a preservacionista e a conservacionista, que também são estruturadas a partir de um ponto de vista biocêntrico e ecocêntrico, mesmo já se sabendo que as áreas de preservação integral estão aquém do pensamento biocêntrico. Vale lembrar que as UC são regidas pela Lei n.º 9.985/2000, que estabelece critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão, bem como as divide em dois grupos:

Quadro 5 – Grupos das Unidades de Conservação – Brasil

Unidades de Proteção Integral	A proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre.
-------------------------------	---

Fonte: Aguiar, 2020.

Quadro 6 – Grupos das Unidades de Conservação – Brasil

Unidades de Uso Sustentável	São áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde que praticadas de forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada. As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
-----------------------------	--

Fonte: Aguiar, 2020.

A distinção feita acerca do tipo das unidades de conservação se sustenta majoritariamente pelo grau de restrição, ou seja, naquilo que é possível ser feito ou não nas UC.

Ademais, atualmente, a conservação ambiental passa por um processo de valorização, talvez a visão biocêntrica, ou a preservacionista, deva ser revisitada, para que haja melhor aproveitamento dos elementos naturais da paisagem e, por conseguinte, melhoria na conservação. A escassez de recurso humano e a falta de um plano de manejo em muitas unidades de conservação influencia de forma negativa a otimização de seu uso, forçando uma restrição maior para que se minimizem os impactos negativos oriundos da ação antrópica. Assim também parece acontecer com as áreas de uso sustentável, ainda que essas áreas, *a priori*, sejam menos frágeis do que as de proteção integral e, em muitos casos, conciliem a atividade humana.

Por fim, mesmo diante de uma visão biocêntrica, preservacionista (passível de revisão) e ecocêntrica (um arcabouço de ideias implementadas de forma a valorizar o pensamento holista), não há elementos suficientes para que realmente ocorra proteção aos elementos naturais das áreas mencionadas, uma vez que a sociedade se alicerça no pensamento antropocêntrico. Talvez, então, possa-se utilizar dessa visão para, ao mesmo tempo, promover-se a conservação ambiental e alcançar-se o desenvolvimento sustentável, através de seu uso como paisagem-mercadoria (ainda que com ressalvas e cuidados redobrados, visto que muitos elementos e recursos utilizados de forma inadequada provocam prejuízos longínquos). O uso dessas áreas para geração de renda pode consolidá-las como mecanismos que promovem o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, freiam os avanços de monoculturas, da pecuária e da mineração em locais de ecossistemas frágeis.

4 GEOGRAFIA E TURISMO: ECO DE UM SISTEMA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Percebe-se que a Geografia e o Turismo se aproximam cada vez mais para melhor compreender a repercussão dos fluxos constantes que a modernidade proporcionou e ainda proporciona à sociedade. Como apontam Pimentel e Castrogiovanni (2015, p. 442), “[o] Turismo tem sido uma pauta frequente na agenda de estudos geográficos”, estudos estes que permeiam os mais diversos temas da Geografia, tanto físico-naturais quanto sociais. Todos esses fenômenos repercutem de forma diferente no espaço geográfico e seus ecos podem promover riscos relacionados à natureza; por sua vez, esses riscos envolvem a dimensão social, uma vez que a relação natureza-sociedade é indissociável.

Santos (2004, p. 114) aponta, no livro *Por uma Geografia Nova*, que o espaço geográfico deve ser estudado onde “o tempo exerce o papel essencial” na sua produção. Dessa forma, dar-se-á atenção ao que se entende ser essencial para a compreensão dos fenômenos que se materializam no espaço, entendendo este “por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012, p. 63). O conceito cunhado por Santos (2012) é utilizado para compreender o espaço como espaço social, sendo apropriado pela sociedade, que, a seu turno, o transforma em uma relação dialética. Acrescentar-se-á a ideia de espaço natureza que Souza (2021, p. 30-31) diz referir-se “à natureza completamente exterior ao homem e não captada por sua consciência”. O mesmo autor ainda afirma:

Ora, o simples fato de se observar e estudar a natureza, mesmo dentro de um enfoque “laboratorial”, típico das ciências naturais, já implica uma concepção (e até uma valoração) da natureza; ou seja, até essa forma “laboratorial” de lidar com a natureza, na qual esta não é diretamente investigada como natureza-para-a-sociedade”, é, também, expressão do fato inarredável de que, para o homem, a relação com a natureza sempre é medida pela cultura e pela história. (SOUZA, 2021, p. 31).

Nesse sentido pode-se chamar esse espaço, que também compreende a “primeira natureza” e a “segunda natureza”, de espaço geográfico, em muitas ocasiões trabalhado de forma dicotômica, contudo, a relação socioambiental é permanente e indissociável. A ilusão de se fazer uma análise social apartada do ambiental é equivocada, uma vez ser possível:

[...] entender a “natureza primeira” como correspondendo aos processos e ambientes do “estrato natural”: bacia hidrográfica, ecótopo, ecótono... que podem ser e são muito frequentemente, estudados se a preocupação primária de se levar em contato, ao menos aprofundadamente, a sua relação com a sociedade (impactos, apropriações), sendo o estudo conduzido com base em métodos e técnicas inerentes às ciências naturais. (SOUZA, 2021, p. 31).

É necessário deixar claro que o espaço geográfico que se está a trabalhar é aquele que incorpora tanto o “estrato natural” quanto o “estrato social”, não lhe atribuindo um olhar isolado acerca da relação homem-natureza, que muitas vezes se mostrou nos estudos geográficos, pois tais estudos colocaram

[...] a “relação homem-natureza” no centro da composição da disciplina que, ao longo de seu processo constitutivo, criou uma contradição insolúvel entre uma “Geografia Física” (em relação com a Geologia e a Meteorologia) e uma “Geografia Humana”, voltada ao seu caráter social e histórico. (CARLOS, 2020, p. 58).

Mais do que nunca o espaço geográfico, no capitalismo, expande-se de forma que incorpora todas as atividades humanas e é redefinido pela lógica capitalista. É nesse processo que o valor-de-troca e o valor-de-uso (MARX, 2002) cria simulacros espaciais em decorrência e exigências de algumas atividades humanas e entre elas o turismo. O turismo é uma atividade socioeconômica que também se segmentou para atender à demanda do mercado, assim como tantas outras atividades.

A compreensão dos fundamentos geográficos pode trazer uma consistência para os estudos sobre o turismo e seus segmentos. Teles (2009, p. 2) afirma que “trabalhar os fundamentos geográficos do turismo a fim de compreender sua dinâmica espacial não se resume apenas a apontar potencialidades, identificar fluxos e quantificar a oferta das localidades.” Esse apontamento também é corroborado por Aranha e Guerra (2014), que ressaltam a importância da Geografia aplicada ao turismo, uma vez que conhecimentos como os da geomorfologia, climatologia, cartografia e o entendimento dos conceitos espaciais fornecem, a essa atividade tão importante, meios para que seu desenvolvimento seja feito de forma a utilizar todo o seu potencial, tanto social como econômico.

Aranha e Guerra (2014) apontam que os conhecimentos geográficos podem e devem dar impulso ao desenvolvimento dos vários segmentos do turismo, dentre eles o ecoturismo, que, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), cresceu de 15% a 25% no ano de 2019. O ecoturismo

[...] deve ser entendido como atividade que visa minimizar todos os impactos negativos sobre determinado espaço de interesse turístico, procurando promover sua conservação e a conscientização de que os atrativos naturais e culturais oferecem oportunidades alternativas de emprego e renda. Assim, deve-se envolver, sempre que possível, a comunidade local no processo de exploração dessa atividade. Desse modo, o ecoturismo provê a exploração do turismo de maneira racional, buscando sempre o desenvolvimento sustentável da paisagem, ou seja, criando bases para o turismo sustentável. (ARANHA; GUERRA, 2014, p. 31).

O pensar ecoturístico, pautado nos arranjos dos conhecimentos geográficos, visa melhorar o produto eco, bem como ajudar a mitigar problemas como segregação socioespacial, problemas de ordem natural e cultural.

Para que haja essa construção da geografia aplicada ao turismo, também há de se deixar claro o método a ser empregado. Mais do que apresentar de forma isolada elementos do clima para o turismo e da geomorfologia ao turismo, por exemplo, há de se pensar, de forma processual e sistêmica, esses temas juntos ao turismo, ou seja, não basta apresentar os tipos de clima e os tipos de relevo, mas sim pensar nas diversas escalas de aplicação desse conhecimento ao turismo e aos seus segmentos, aqui referindo-se, mais precisamente, ao ecoturismo.

Entre as fases teóricas do turismo, uma converge com o pensamento a partir do qual se deseja realizar os estudos geográficos, que é o pensamento sistêmico. A compreensão desse método parte do que se entende por sistema que, conforme o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (ABL, 2008, p. 1184), significa:

s.m 1. Conjunto de elementos que se inter-relacionam; estrutura. 2. Teoria que fundamenta uma ciência: sistema filosófico. 3. Conjunto natural constituído de elementos dependentes entre si. 4. Conjunto de procedimento lógico que determinam uma atividade; processo, método. 5. Estrutura que constitui uma forma de organização política, econômica ou social. 6. Estrutura resultante de uma forma classificação ou esquematização. 7. Conjunto de órgãos que se inter-relacionam para realizar determinada função no organismo. 8. Conjunto de cinco pautas musicais. 9. Conjunto de um ou mais computadores e seus periféricos. 10. Conjunto de elementos que se inter-relacionam para realizar determinada função operacional.

A definição do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (ABL, 2008) traz, entre tantas definições, uma que atende tanto a Geografia como o turismo. Esses conceitos tentam (pensamento sistêmico) analisar os objetos de estudo de forma integrada, com os elementos estudados refletidos não de forma isolada, e sim de maneira interdependente. Esse método é conhecido como sistêmico e tem, na Teoria Geral dos Sistemas, um de seus pilares, tendo essa teoria começado a ser estudada pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy.

Monteiro (2000) afirmou que essa teoria extravasava, já nos anos 1950, as ciências biológicas. Araújo e Gouveia (2016, p. 7) explicam que Bertalanffy aplicou-a ao conhecimento biológico, para entender, por exemplo, “o sistema circulatório, o sistema respiratório e outros, e a importância do inter-relacionamento desses sistemas menores, entre si e com o próprio sistema maior”. Dessa maneira, no “[...] enfoque sistêmico não tem sentido analisar as partes do corpo separadamente, pois um órgão interfere no funcionamento de outro e no funcionamento do corpo em geral”.

Com base nesse pensamento, Monteiro (2000) propõe, então, a teoria do Geossistema, apresentada em seu livro *Geossistema: a história de uma procura*, onde aplica o pensamento sistêmico aos estudos do clima urbano. Tal teoria se fortalece pelo estreito diálogo que esse sistema tem com Sotchava.

Monteiro (2000, p. 47) esclarece que

[...] o geossistema e sua análise é uma tentativa de melhoria na investigação da “Geografia Física”. (Parte II – A Geografia Física à luz do estudo dos Geossistemas). Fica também muito claro que a modelização dos geossistema à base de sua dinâmica espontânea e antropogênica e do regime natural a elas correspondente visa, acima de tudo, promover uma maior integração ente [*sic*] o natural e o humano.

No turismo, tem-se, por exemplo, Mario Carlos Beni, autor do livro *Análise estrutural do turismo*, que propõe um olhar sistêmico sobre essa área. Ele então cria o Sistur, que “é um sistema aberto, [que] realiza trocas com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca auto-suficiente” (BENI, 2001, p. 51). Beni (2001, p. 51) também afirma que “[o] Sistur não se caracteriza por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto, mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante”. Vale ressaltar, como aponta Panosso Netto (2005, p. 65), que a proposta sistêmica de Beni foi inspirada “na teoria de sistemas aplicada à geografia, de A. Christofolletti”, outro ponto que aproxima a Geografia e o turismo. Além desses autores, ainda pode-se citar o italiano Alberto Sessa, para quem o turismo é a ciência de sistemas, sendo apontado por ele como um sistema socioeconômico.

É essencial, nesse processo de construção de um pensamento sistêmico, que ele englobe os saberes geográficos, a fim de beneficiar os envolvidos em suas diversas escalas e, por conseguinte, promover o menor impacto negativo possível, além de compreender a importância da climatologia e da geomorfologia aplicada ao turismo e seus ecos.

4.1 Abordagem sistêmica aplicada ao turismo: fundamentos geográficos

O turismo é um fenômeno socioeconômico complexo e diversificado que nasce, da forma que conhece-se atualmente, com o capitalismo. A cada avanço do capitalismo há, também, um avanço no turismo e em seus segmentos, como aponta Moesch (2000). Contudo, o turismo já deixou de ser apenas um “complexo socioeconômico para se tornar uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial” (TRIGO, 1998, p. 9). Dessa forma, o aporte teórico-metodológico para analisar a atividade turística parece não atendê-la em sua totalidade, já que, com a abertura de mercados e sua interligação em blocos, a segmentação dessa atividade perpassa por muitos campos de conhecimento que estão interligados.

Inicialmente, percebe-se uma visão economicista em relação às análises das atividades turísticas que, por conseguinte, não atende a outras demandas, como cultural, social e ambiental. Ademais, a combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviço, em “cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural” (MOESCH, 2000, p. 10) faz com que esse fenômeno seja carregado de valores objetivos e subjetivos, elaborando, assim, um produto turístico diverso e consumido por turistas distintos.

Beni (2001, p. 23) apresenta sistema como “um conjunto de partes que [se] integram de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento do todo”. Outros autores, como Hall e Fagen (1956), Miller (1965), Bancal (1974) e Thornes e Brunnsden (1977) trazem propostas para a compreensão do que seja sistema, mas, em todas as definições, o sistema deve ter os seguintes elementos, apresentados no Quadro 7:

Quadro 7 – Elementos sistêmico

Elemento	Estrutura
Meio ambiente	Conjunto de todos os objetos que não fazem parte do sistema em questão, mas que exercem influências sobre a operação deste.
Elementos ou unidades	As partes componentes do sistema.
Relações	Os elementos integrantes do sistema encontram-se inter-relacionados, uns dependendo dos outros, através de ligações que denunciam os fluxos.
Atributos	São as qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-lo.

(Continua)

(Conclusão)

Elemento	Estrutura
Entrada (<i>input</i>)	Constituída por aquilo que o sistema recebe. Cada sistema é alimentado por determinados tipos de entradas.
Saída (<i>output</i>)	Produto final dos processos de transformações a que se submete o conteúdo da entrada.
Realimentação (<i>feedback</i>)	Processo de controle para manter o sistema em equilíbrio.
Modelo	É a apresentação do sistema. Constitui uma abstração para facilitar o projeto e/ou a análise do sistema. É utilizado por dois motivos básicos: porque simplifica o estudo do sistema, permitindo a análise de causa e efeito entre os seus elementos para conclusões de maior precisão; e pela impossibilidade de abranger a complexa totalidade das características e aspectos da realidade objeto de estudo.

Adaptado: Beni (2001).

Beni (2001) estabelece elementos comuns entre as definições de sistema para construir um modelo de análise sistêmica para o turismo, a que ele chama de Sistema de Turismo (Sistur). Esse mesmo autor pensa que a construção de um modelo deve ser baseada em informações obtidas da realidade por meio das observações e/ou da mediação. O instrumento do modelo permite que o sistema seja mais útil para o estudo sistêmico e para a compreensão do todo. Deve-se observar, ainda, que cada estrutura de sistema é constituída por seus elementos e suas relações, e, por conseguinte, dependendo da escala de análise, cada sistema poderá ser um subsistema que “procura analisar a categoria de fenômenos em outro nível de abordagem” (BENI, 2001, p. 33).

Assim como observado na procura por compreender o que seja um sistema, encontrando elementos em comum em diversos entendimentos, a seguir tem-se três características observadas:

Quadro 8 – Características estruturadas de um sistema

Tamanho	O tamanho de um sistema é determinado pelo número de unidades que o compõem. Quando seus elementos estão completamente inter-relacionados, sua complexidade e tamanho são expressos através do espaço-fase ou do número de elementos. Se houver dois componentes, o sistema será de espaço bidimensional; se houver três, tridimensional; se houver n componentes, serão n espaços-fases.
Correlação	A correlação entre as variáveis de um sistema expressa o modo pelo qual elas se relacionam. Sua análise é feita por intermédio de linhas de regressão, de correlação simples (quando se relacionam variáveis) e de correlação canônica (quando se relacionam conjunto de variáveis). Na correlação, a força é assinalada pelo valor da intensidade, enquanto o sinal, positivo ou negativo, indica a direção na qual ocorre o relacionamento.
Causalidade	A direção da causalidade mostra qual é a variável independente, a que controla, e a dependente, aquela que é controlada. A distinção entre elas ainda está na dependência do bom senso, embora haja várias regras para se estudar o problema da causalidade.

Fonte: Adaptado de Beni (2001).

Com essas observações é possível iniciar-se no estudo com uma abordagem sistêmica para o turismo e seus segmentos. Esse sistema que será o alicerce das análises e reflexões acerca da atividade turística é o Sistur.

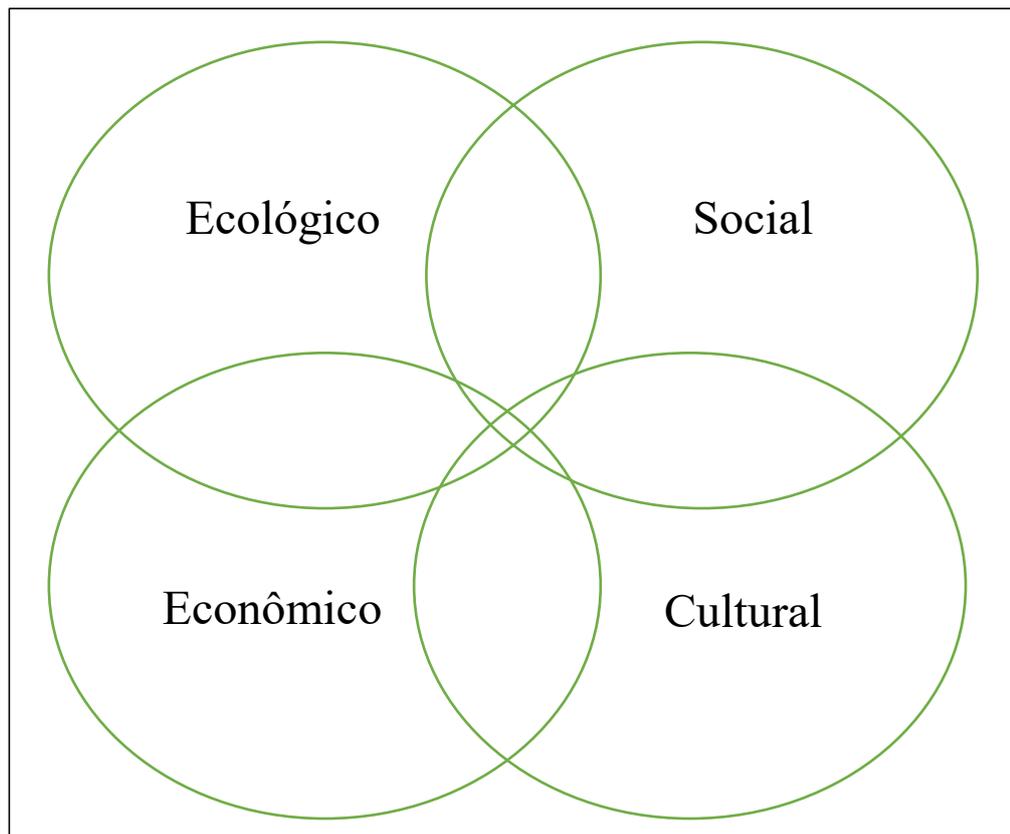
4.2 Sistema Turístico: Sistur

Para Beni (2001, p. 51), “[o] Sistur é um sistema aberto. Realiza troca com o meio que o circunda e, por extensão, é interdependente, nunca autossuficiente”. Também não se caracteriza por estruturas e funções estáticas, o que oportuniza melhor análise dos fixos e fluxos. Esse entendimento coaduna com o pensamento de Santos (2012, p. 63) acerca do espaço onde ocorrem as atividades turísticas, “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerando isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Dessa forma, os elementos constituintes do espaço, bem como as atividades turísticas, se analisadas de forma isolada, não apresentarão a contento uma análise total, uma vez que Santos (2014a, p. 49) aponta que “nenhuma questão pode ser respondida fora da concepção de uma totalidade de estruturas e de uma totalidade de relações”. Daí a importância de se estabelecerem relações não somente com as ações, mas também com os diferentes espaços, que são resultado de arranjos espaciais de modos de produção diferentes. Modular esses fenômenos distintos, contudo, em uma representação simbólica analítica, é essencial para a compreensão das partes para alcançar o todo.

É com base nesse pensamento que se entende ser o Sistur (Figura 21) uma medida justa para a análise dos fenômenos turísticos, caminhando ao encontro das análises sistêmicas da Geografia.

Figura 3 – Conjunto das relações ambientais



Fonte: Beni (2001).

A apresentação simbólica do Sistur pode ser considerada uma análise dos grandes segmentos do turismo, que se segmentou em vários outros segmentos, aqui entendidos como subconjuntos. Percebe-se, atualmente, que os subconjuntos ou os mais distintos segmentos são analisados de forma isolada, ficando quase sempre à mercê do sistema econômico. Entretanto, Beni (2001) faz algumas observações sobre negligenciar os cuidados com determinados atrativos ligados a um dos grandes componentes do Sistur. Esse mesmo autor (2001) ainda ressalta que a força emitida pelo subsistema econômico acaba por causar danos ao subsistema ecológico, pois o econômico obedece a um objetivo mais claro, que é a manutenção de certos grupos e interesses econômicos.

Assim, o ser humano acaba por modificar em grande escala os ecossistemas sem avaliar e dimensionar o impacto causado por tal perturbação, sempre guiados pelo interesse econômico de um grupo reduzido de pessoas. Desse modo, essas ações legitimam e corroboram com o comportamento dos agentes que detêm o capital (ou parte dele) e atribuem e restringem o desenvolvimento, nesse caso, do turismo, a uma disputa de narrativas e que se está sim investindo no turismo. Por outro lado, nota-se a degradação dos atrativos, principalmente dos ligados ao ecoturismo. Isso pode provocar a incapacidade de atender as satisfações do turista

que busca, mas não encontra o desejado, fazendo com que as localidades que tem no turismo um grande mote de desenvolvimento se tornem mais opacas ainda.

4.3 Sistema ecológico

O Sistema ecológico representa os atrativos naturais de determinada área, sendo que este pode estar vinculado ao ecoturismo, que vai além do turismo tradicional em áreas naturais. É uma atividade ligada ao trabalho de educação ambiental de geração de renda local, que está interligado ao subsistema cultural, entretanto, o foco ainda são os atrativos naturais, que certamente reverberam nas atividades culturais.

A ecologia, como aponta Beni (2001, p. 55),

[a]ssenta-se nas bases da Teoria Geral de Sistemas, em especial na doutrina dos sistemas abertos, com o objetivo de estudar o meio natural, estabelecendo, para tanto, uma hierarquia de sistemas, isto é, os macrossistemas, a biosfera como um todo, e os ecossistemas como as partes suscetíveis de desagregar-se em sistemas menores.

E foi nesse sentido que se utilizou o sistema ecológico para análise da atividade ecoturística, fazendo uma desagregar-se em vários componentes para realizar uma análise mais completa e em escala geográfica menor. Os componentes que compõem o ecoturismo e foram o foco da análise deste trabalho são as unidades de conservação, com recorte espacial no Parque Estadual Terra Ronca (GO), entendendo-se que uma UC é um campo de observação ideal para compreender as transformações do turismo em ecoturismo, ou não. Para essa análise, além do referencial bibliográfico e de campo, foi estabelecido também o que Beni (2001) chama de metodologia de formulação de desenvolvimento turístico:

Quadro 9 – Metodologia de formulação de desenvolvimento turístico

Estratégia	Planejamento dos recursos turísticos naturais com base em planos, projetos, programas e atividades harmônicas, com sua quantidade e qualidade.
Preservação	Salvaguardar aqueles recursos que estão em risco de extinção, mediante a proibição de caçar, pescar e de arrancar vegetais.
Restauração	Correção de erros de manejo em ecossistemas alterados: programas de reflorestamento, combate a pragas, regeneração de solos e tratamento de água.
Maximização	Aproveitamento total de um recurso, evitando seu desperdício e aumentando sua quantidade e qualidade.
Reutilização	Utilizar um recurso tantas vezes quantas seja possível.
Substituição	Utilização de outros recursos em lugar daqueles em vias de extinção.

(Continua)

(Conclusão)

Uso integral	Satisfação de diferentes necessidades mediante um só recurso, isto é, o uso múltiplo. Exemplo: uma represa pode ser utilizada simultaneamente para irrigação, geração de eletricidade, abastecimento de água potável, estabelecimento de programas de piscicultura, de atividades de remo, esqui, navegação a vela, pesca subaquática, contemplação etc.
---------------------	--

Fonte: Adaptado de Beni (2001).

Percebe-se que a atividade ecoturística é complexa e é assim que se deve olhar para tal segmento, uma vez que os elementos, uma vez transformados em recursos e, caso degradados, em determinados ambientes a restauração se torna impossível, como é o caso das geofomas das Cavernas no Parque Estadual Terra Ronca (GO).

A metodologia apresentada por Beni (2001) traz alguns elementos essenciais para o desenvolvimento do Ecoturismo, associados à educação ambiental, capacitação profissional, estudo de capacidade de carga, plano de manejo e controle ambiental, elementos imprescindíveis para a realização da prática do ecoturismo. Ademais, pode-se acrescentar, a esse arcabouço de fazeres, o pensamento da Ecologia Política, que oportuniza analisar as narrativas de poder que há no sentido de desenvolver ou não atividade ecoturística, principalmente em biomas como o Cerrado.

O planejamento alicerçado no Sistur compreende, portanto, várias etapas, entre elas o conhecimento do espaço geográfico e de suas ferramentas para otimizar o uso dos elementos naturais e buscar a sustentabilidade para além da que é apresentada no relatório Brundtland. Para chegar a esse ponto de uma análise sistêmica desses espaços, a Geografia com base nos estudos sistêmicos tem muito a contribuir. Vale ressaltar, como aponta Panosso Netto (2005, p. 65), que a proposta sistêmica de Beni foi inspirada “na teoria de sistemas aplicada à geografia, de A. Christofolletti”, outro ponto que aproxima a Geografia e o turismo.

4.4 A Geografia e o pensamento sistêmico

O pensar sistêmico, pautado nos arranjos dos conhecimentos acerca do fenômeno estudado, é algo complexo e exige não só um entendimento dos vários elementos que compõem o todo, mas sim de como se comportam esses elementos e como eles interagem entre si. Nesse sentido, os conhecimentos geográficos, pautados em um olhar sistêmico, contribuem para com o método apresentado por Beni (2001), um pensamento sistêmico que convirja o olhar do turismo e geográfico.

As críticas atribuídas ao método sistêmico referem-se ao fato de que ele promoveu um novo reducionismo, ou seja, a redução de tudo ao todo, levando pensadores como Morin (2003)

a reverem alguns pontos atribuídos a esse método. Isso fez com que emergisse, como aponta Caracristi (2011, p. 4), a transformação do pensamento sistêmico, no qual “o todo, também, é menos do que a soma das partes”. Partindo-se, então, de uma premissa não funcional, e sim organizativa, a complexidade sistêmica ocorre na/pela simultânea entre a “liberdade” das partes e a integridade do todo. Além de Morin (2003), Capra (2000) também revisa algumas proposições sistêmicas, estabelecendo um novo pensamento sistêmico que Caracristi (2011, p. 5) apresenta da forma como apresentada no quadro a seguir:

Quadro 10 – Elementos do pensamento sistêmico

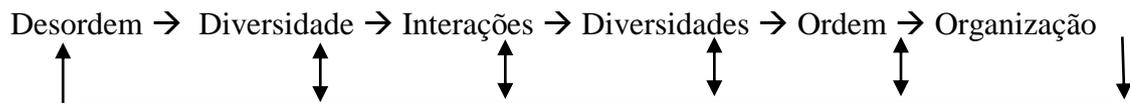
Processual contextual/ambiental	Constrói explicações considerando o contexto ou meio ambiente onde o evento/fenômeno se realiza, por isso diz-se que “todo pensamento sistêmico é pensamento ambientalista”.
Sujeito/Observador	Inserção do sujeito no processo do conhecimento.
Diferentes níveis sistêmicos/ Diferentes níveis de complexidade	A capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para o outro entre níveis sistêmicos.
Padrão	A incorporação/configuração de relações que determinam as características essenciais do sistema, ou seja, a organização sistêmica.
Estrutura	A incorporação física de organização do sistema (componentes + relações).
Processo	A dinâmica envolvida na incorporação contínua do padrão de organização do sistema.

Fonte: Adaptado de Caracristi (2011).

O interessante na apresentação de Capra (2000), como aponta Caracristi (2011), é a convergência com o pensamento miltoniano em relação à reflexão sobre o espaço e as categorias geográficas de forma, função, estrutura e processo, que também trabalham com a apreensão da totalidade.

O pensamento sistêmico contemporâneo, segundo Caracristi (2011, p. 7), “configura-se, ele próprio, numa nova teoria dos sistemas naturais de ordem da recepção e do viver humanos, do ‘domínio explicado’ da realidade representativa em sua dimensão histórico-geográfica”. Nesse sentido, o pensamento sistêmico coaduna com o Sistur na procura pelo desenvolvimento real da atividade ecoturística, uma vez que esse sistema é baseado em um sistema aberto, no qual há uma troca constante de energia, uma interconexão não linear dos sistemas e dos subsistemas, que incluem novas estruturas conforme novos modelos forem desenvolvidos (Figura 22):

Figura 4 – Estrutura do pensamento sistêmico



Fonte: Morin (2003), adaptado de Caracristi (2011).

Os estudos acerca da natureza, incluindo aqueles sobre as atividades que a tem como matéria-prima, como o Ecoturismo, no contexto científico, devem tratá-la como sistema aberto que possui fluxo contínuo que se retroalimenta, buscando uma estabilidade, a fim de promover o menor impacto e efeito negativo nesse ambiente, sendo esta uma condição básica para que o ecoturismo seja desenvolvido.

Importante ressaltar que o pensamento sistêmico deve ser entendido em suas diversas escalas, fazendo com que as ações locais possam, de certa maneira, repercutir nas ações globais, bem como as ações globais com que provoquem efeitos positivos no local. Para isso, deve-se de fato compreender as narrativas de poder, utilizando-se da Ecologia Política para entender alguns cenários, entre eles o que Monteiro (1981, p. 19) aponta ser um símbolo da eclosão da “questão ambiental”:

Na conferência de Estocolmo, cerca de mil delegados de 122 nações, produziram 12.000 páginas de documentos condensados posteriormente em quinhentas. Todo este esforço para, ao seu final, atingir meras “recomendações”. [...] Ela refletiu claramente que os interesses políticos e as injunções econômicas estão acima das preocupações com a qualidade ambiente, e acima de tudo, que o universo está dividido entre nações ricas e nações pobres cujos pontos de vista sobre a questão ambiental são conflitantes”.

Nesse sentido, além de olhar para os fenômenos locais e regionais que influenciam diretamente a relação com o meio, deve-se também olhar para as narrativas globais que repercutem em ações que serão norte para as tomadas de decisões locais e regionais. Estas, por conseguinte, influenciarão o modo como se lida com a questão ambiental. Pode-se citar um exemplo para ilustrar as disputas de narrativas sobre a degradação ambiental no Brasil, principalmente no Cerrado. As *commodities* são um exemplo claro do paradoxo ambiental e, por um lado, há um discurso global para frear o desmatamento; por outro, aumenta-se a demanda de *commodities* como grãos: o Brasil é um dos maiores produtores e, dentre os cinco grandes produtores de grãos, três estão no Cerrado.

4.5 Turismo e Geomorfologia: fragilidades e potencialidades das geoformas como atrativos ecoturísticos

O estudo da forma de relevo, das geoformas, é realizado pela geomorfologia, que Guerra e Marçal (2014, p. 17) apresentam como “o estudo das formas de relevo, levando em conta a sua natureza, origem, desenvolvimento de processos e a composição dos materiais envolvidos”. Ainda, esses mesmos autores (2014, p. 41) afirmam que “os processos e [as] respostas do meio ambiente à atuação humana têm uma série de fatores que lhes deram origem, e torna-se fundamental tentar compreender como os humanos têm modificado o meio ambiente”.

Cada vez mais há a necessidade de se voltar a entender as questões sociais relacionadas às questões ambientais e, nesse sentido, a geomorfologia, mais especificamente a geomorfologia ambiental, “tem como tema integrar as questões sociais e incorporar, em suas observações e análises, as relações políticas e econômicas que são fundamentais na determinação dos processos e nas possíveis mudanças que possam vir acontecer” (GUERRA; MARÇAL, 2014, p. 15).

Assim, a geomorfologia, ou a geomorfologia ambiental, pode subsidiar os estudos do turismo, principalmente aqueles voltados para usufruir os elementos da natureza. O uso dos elementos naturais com o intuito de torná-los recurso deve ser acompanhado do pensamento sustentável e de um impacto mínimo, de modo a não os comprometer. Ademais, utiliza o conhecimento geomorfológico para aproveitar ao máximo os aspectos cênicos relacionados à natureza. Guerra e Marçal (2014, p. 43) asseveram que a geomorfologia aplicada ao turismo

[...] pode ser de grande valia para que essa atividade floresça, com aproveitamento máximo das belezas naturais de uma determinada área: rios, cachoeiras, falésias, lagos, praias, cavernas, áreas alagadas, desertos, enfim uma infinidades de ambientes que a Geomorfologia vem estudando há muito tempo.

Esse pensamento também é compartilhado pelo geógrafo Ab’Saber, em seu livro *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, quando apresenta a região do nordeste seco como

[...] a área que apresenta as mais bizarras e rústicas paisagens morfológicas e fitogeográficas do país. Seus campos de *inselbergs* situados nas áreas de Milagres (Bahia), Quixadá (Ceará), Patos (Paraíba) e Caicó-Pau dos Ferros (Rio Grande do Norte), entre outras, por si só poderiam ser melhor preparadas para receber as atenções do país inteiro, através de uma adequada e original infra-estrutura [sic] de turismo e lazer (ecoturismo). (AB’SABER, 2003, p. 15).

Ab'Saber (2003) esclarece que as geoformas, mesmo em ambientes extremos, podem ser lugares de desenvolvimento de atividades que envolvam geração de renda e sustentabilidade, como o ecoturismo. O autor (2003, p. 15) continua:

Nestas áreas, sobretudo quando ocorre associação entre pontões rochosos e as massas d'água de açudes públicos, aumentam em muito suas potencialidades em termos de atração paisagística para fins de lazer, turismo e esportes. Identicamente, as altas escarpas estruturais da Serra Grande do Ibiapaba, assim como alguns setores das escarpas terminais da Chapada de São José, a Serra Negra e a Serra de Triunfo, com seus "brejos", a Serra Talhada, com sua rusticidade imponente, a Chapada Diamantina e o Morro do Chapéu poderiam ser melhor integrados em roteiros turísticos. As chamadas "Sete Cidades de Piracuruca" (Piauí), na categoria de um dos mais belos sítios de paisagens *uiformes* do país já foram descobertos pelo turismo.

Beltrão (2010) apresenta uma multiplicidade de atividades que podem ser desenvolvidas e associadas às diversas geoformas, entre elas escaladas, espeleologia, *rafting*, *trekking*, *canyoning*, entre outras. Essas atividades podem provocar problemas ambientais, se não conduzidas com os devidos cuidados. Isso, por conseguinte, afeta as condições de sustentabilidade buscadas e que conduzem a atividade ecoturística.

A procura pelo entendimento da relação sociedade-natureza, principalmente, voltada para o desenvolvimento da atividade ecoturística, necessita de um método capaz de abranger a multiplicidade de agentes envolvidos nesse segmento. Nesse sentido, a visão sistêmica que visa "a compreensão, organização e inter-relação dos sistemas naturais, sociais e econômicos na análise ambiental" (GUERRA; MARÇAL, 2014, p. 94) se mostra adequada. Christofolletti (1980) apresenta o sistema geomorfológico que é importante para a compreensão das formas de relevo. Esse sistema consiste em analisar:

- a) Sistema climático que através do calor, da umidade e dos movimentos atmosféricos, sustenta e mantém o dinamismo dos processos.
- b) Sistema biogeográfico que, representado pela cobertura vegetal e pela vida animal que lhe são inerentes, e de acordo com suas características, atua como fator de diferenciação na modalidade e intensidade dos processos, assim como fornecendo e retirando matéria.
- c) Sistema geológico que, através da disposição e variação litológica, é o principal fornecedor do material, constituído o fator passivo sobre o qual atuam os processos.

- d) Sistema antrópico, representado pela ação humana, é o fator responsável por mudanças na distribuição da matéria e energia dentro dos sistemas, e modifica o equilíbrio destes. (CHRISTOFOLETTI, 1980, p. 10-11).

Assim como na climatologia geográfica, o método sistêmico, na geomorfologia, não tem como objetivo a descrição das formas e de seus processos separadamente. Nessa perspectiva, os estudos acerca do relevo, com toda a sua dinâmica de evolução e transformação natural imposta pela sociedade, constitui-se um desafio, principalmente em relevos e geformas de grande fragilidade, como o relevo cárstico, que, para Christofolletti (1980), estão relacionados com determinadas litologias e surgem como modelo especial.

A palavra *Karst*, como mostram Christofolletti (1980) e Carvalho Júnior *et al.* (2008), foi utilizada inicialmente para designar uma morfologia específica, que pode ser associada às proximidades de Rjeka (Iugoslávia) ou à região do Carso, localizado no sudoeste da Eslovênia. Essa morfologia é empregada para designar áreas calcárias – CaCO_3 – e dolomíticas – $\text{CaMg}(\text{CO}_3)_2$ –, que possuem uma dissolução das respectivas rochas, embora também haja cavernas que abranjam outros sistemas, como quartzitos, arenitos e granitos, além de associações a campos ferruginosos, sendo esta última ainda pouco estudada. A morfologia dessas áreas, de origem não carbonáticas, é denominada como pseudocárstica, como mostram Carvalho Júnior *et al.* (2008, p. 185):

- Evaporitos: rochas formadas por sais com elevada solubilidades (Benito, 1998; Calafora; Pulido-Bosch, 1999; Frumkin; Ford, 1995);
- Quartzitos e arenitos quartzosos: tradicionalmente consideradas rochas de solubilidade muito baixa, apresentam, em regiões tropicais, formas tipicamente de dissolução (Piccini, 1995; Urbani, 1986; Way, 1997);
- Rochas basálticas e graníticas nas quais se desenvolvem cavernas com espeleotemas como estalactites e estalagmites de opala (Anderson, 1930; Finlayson; Webb, 1985);
- Lateritos ferruginosos e bauxíticos (Pinheiro; Silveira, 1984; Simmons, 1963).

É certo que a ocorrência e a extensão dos pseudoscarter (CARVALHO JÚNIOR *et al.*, 2008) é menor do que os desenvolvidos sobre as rochas carbonáticas, contudo, isso não significa dizer que esses ambientes não necessitem de estudos, tanto quanto as rochas de ocorrência nas áreas carbonáticas. Nunes (2011) explica que a prática do turismo em cavernas calcárias é

intensa, e isso começa a se estender a outros tipos de cavernas. Aguiar Júnior e Oliveira (2020) apontam que as cavernas são cada vez mais uma alternativa ao turismo convencional, como o sol e a praia. A utilização de cavernas está associada ao espeleoturismo e também ao ecoturismo, que buscam uma utilização sustentável desse ambiente.

As formas características do modelado cárstico, além das cavernas são:

- a) Lapies (ou lapiaz) – correspondem às caneluras ou sulcos superficiais nas rochas calcárias. Elas podem estar recobertas por uma camada de solo (a “terra rossa”) ou aflorarem a céu aberto.
- b) Dolinas – são depressões de forma oval, com contornos sinuosos, mas não angulosos. O bordo da dolina geralmente apresenta declividades acentuadas e a rocha aflora. O fundo delas pode estar recoberto por uma camada argilosa de descalcificação, de cor avermelhada, que recebe o nome de terra rossa.
- c) Poljé – nos idiomas eslavos esse vocábulo refere-se aos campos, mas no vocabulário científico é utilizado para designar uma planície cárstica. A contínua dissolução dos calcários das águas pode originar uma plataforma através do processo abrasivo de dissolução, em função dos níveis de base locais.
- d) Cones cársticos – correspondem às protuberâncias cônicas ou aos pontões que caracterizam o modelado cárstico nos trópicos úmidos, pontilhando as planícies que se desenvolvem por causa da acumulação de detritos.
- e) Cavernas – constitui um traço comum em todas as áreas cársticas. A água penetra no calcário através das fraturas e depressões e, se ainda contém dióxido de carbono em quantidade, vai dissolvendo a rocha em sua percolação. (CHRISTOFOLETTI, 1980, p. 154-155).

Esses ambientes, principalmente os de rochas carbonáticas, são muito frágeis, tanto em sua estrutura como em suas geofomas (Figura 1) – estalactites, estalagmites, entre outras –; também há a preocupação com a fauna “alienígena” desses lugares, pois as alterações de temperatura e o dióxido de carbono podem alterar drasticamente sua existência.

Figura 5 – Geoformas cavernícolas



Vulcão



Helictite



Cascata de Pedra



Estalactites



Torre



Estalagmites

Fonte: Aguiar Junior, 2019.

O conhecimento mínimo desses ambientes pode ser apreendido por meio do conhecimento empírico, utilizando o conhecimento da população local, aliado ao conhecimento formal acerca da geomorfologia cárstica, oferecidos por instituições oficiais, como universidades federais, estaduais, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav), entre outras instituições. Essa convergência de saberes é importante para potencializar a utilização desses ambientes pautados na conservação.

Godinho *et al.* (2011), ao estudarem as geoformas na cidade de Pirenópolis-GO, aponta a importância da sensibilização tanto da sociedade como do poder público para a utilização destas. A união entre população local e os agentes públicos para a formação de condutores que possam oferecer ao turista um maior entendimento dos ambientes e, principalmente, dos ambientes cársticos, é essencial para projetos de conservação. Esses autores apontam que os estudos morfológicos, entre outros elementos ligados à natureza, é essencial para “subsidiar a definição de ações, como a criação de roteiros turísticos, esquemas de interpretação do patrimônio natural e projetos de educação ambiental”.

Dessa forma, os estudos acerca das geoformas, especialmente daquelas mais frágeis, se torna urgente, bem como a integração da comunidade local para trabalhar como condutores e, ao mesmo tempo, poderem agir na conservação destas, pois o turismo ligado à natureza, entre eles o ecoturismo, é o segmento que mais cresce no mundo.

5 Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Atividade Turística

O foco das ações governamentais mudou ao longo dos anos, contudo, a atuação na área do turismo segue orbitando entre turistas, empresas turísticas e destinos turísticos, como apontam Vilela e Costa (2020). Ademais, a Lei n.º 11.771, de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, que define as atribuições, em âmbito federal, no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, apresentando e priorizando estudos e pesquisas na área de turismo.

Essa área, como aponta o art. 4º da Lei n.º 11.771, “é regida por um conjunto de leis e normas, voltadas ao planejamento e ordenamento do setor por meio de diretrizes, metas e programas definidos no Plano Nacional do Turismo – PNT estabelecido pelo governo federal” (BRASIL, 2008a), tornando-se mais um aparato jurídico-administrativo necessário para o desenvolvimento desse setor. O Plano Nacional do Turismo 2018-2022 é amplo e ampara diversas demandas sociais como a coibição do turismo sexual, por exemplo. Ademais,

esclarece, em seu texto, o incentivo à adoção de práticas sustentáveis no setor do turismo. O documento se mostra atualizado, atendendo aos anseios dos envolvidos com a prática turística.

As metas globais, ligadas diretamente à economia, são audaciosas, o que pode ir de encontro, se não for trabalhado de forma adequada, às diretrizes do mesmo plano, como é possível observar em seus art. 2º e 3º:

Art. 2º São metas globais do Plano Nacional de Turismo 2018-2022:

- I - aumentar a entrada anual de visitantes internacionais no País, de seis milhões e quinhentas mil pessoas para doze milhões de pessoas;
- II - aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no País, de US\$ 6.500.000.000,00 (seis bilhões e quinhentos milhões de dólares) para US\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de dólares);
- III - aumentar o número de viagens de turistas brasileiros pelo País, de sessenta milhões de pessoas para cem milhões de pessoas; e
- IV - aumentar o número de vagas para empregos no setor de turismo, de sete milhões para nove milhões.

Art. 3º São diretrizes do Plano Nacional de Turismo 2018-2022:

- I - fortalecimento da regionalização do turismo;
- II - melhoria da qualidade e da competitividade no setor de turismo;
- III - incentivo à inovação; e
- IV - promoção da sustentabilidade. (BRASIL, 2008a).

Percebe-se que o apelo econômico ainda é forte, entendendo-se que o turismo possui um potencial (já concretizado em muitos lugares) de promover um crescimento econômico e, talvez, o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, investir na infraestrutura, estabelecer planejamento conjunto com a segurança pública e participar do planejamento urbano e ambiental se mostra necessário para atingir as metas esperadas. Além do PNT, outra política pública apresenta força para alavancar o turismo no território brasileiro, também incentivada pela Política Nacional do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), expresso no art. 3º da Lei n. 11.771/2008.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é uma política pública que sucedeu o Programa Nacional de Municipalização do Turismo:

A transição para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil permitiu a superação dos impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo, a partir do conjunto de municípios que constituem e ampliam a cadeia produtiva do setor. (BRASIL, 2013, p. 17).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) traz, em seu texto inicial, uma construção ideal, como

[...] o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, para a definição do conjunto de municípios que constituíam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas, à época, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. (BRASIL, 2013, p. 17).

O pensamento da construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, coaduna com o pensamento de um estado democrático e com a construção de um projeto nacional para o turismo. Nesse sentido, tem-se no Plano Nacional do Turismo, bem como no Programa de Regionalização do Turismo, duas ferramentas que ajudam, ou pelo menos deveriam, a alavancar a atividade turística no País, o que vai também ao encontro do que Carvalho (2015) afirma: tem-se, no Estado, o principal agente de fomento do turismo no Brasil. Isso significa que o Estado está presente no desenvolvimento do turismo nacional, contudo, *a priori*, não da forma como muitos agentes do turismo desejariam. Nessa perspectiva, as políticas públicas, sejam elas de âmbito federal, voltadas especificamente para o turismo, sejam setoriais, são importantes para o desenvolvimento e o crescimento dessa área no Brasil.

Considerando ambas as políticas públicas citadas como essenciais para o projeto nacional do turismo, há a necessidade, também, de fazer algumas ressalvas, dentre elas a relativa à premissa da sustentabilidade proposta pelo PRT. Pois compreende-se “o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e **ambientais**” (BRASIL, 2013, p. 23, grifo nosso).

Ao ressaltar “respeitar as especificidades das políticas e principalmente as ambientais”, abre precedentes para não estimular a atividade do turismo ligado à natureza, neste caso, o ecoturismo, segmento ligado diretamente aos elementos naturais e estes, por sua vez, destinados a substanciar a produção de *commodities*. No caso específico do Centro-Oeste, há uma política pública, desde a década de 1970, que incentiva o avanço da ocupação do Cerrado pela monocultura. Nesse sentido, o conflito é inevitável e o trabalho de conscientização ainda maior.

A política pública antes mencionada é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), que teve como objetivo “estimular o aumento da produção de alimentos, contribuir para o desenvolvimento regional do País, aumentar a oferta de alimentos no mundo e desenvolver a região do Cerrado” (YOSHII, 2000, p. 25). Essa política essa se transformou e ampliou a fronteira do Planalto Central, visto que a transferência da capital, na década de 1960, influenciou um processo intensivo de ocupação nessa região. Isso acarretou grandes transformações paisagísticas e esse projeto pode ter sido o marco que inaugurou uma nova e agressiva forma de usar a paisagem do Cerrado.

Dessa forma, junto com o desenvolvimento das políticas voltadas para o turismo havia, também, prática políticas direcionadas a consolidar o Brasil como o País das *commodities* e o Cerrado tem grande participação nesse sentido. Assim, por mais que as políticas públicas voltadas para o turismo tivessem o objetivo de promover benefícios (econômicos, ambientais, sociais e culturais) em todas as escalas, elas acabam por esbarram nas “especificidades ambientais” de cada estado.

O ecoturismo é um dos segmentos que mais sofre com as políticas da agroindústria, pois esse segmento tem seus alicerces nos elementos naturais, que está cada vez mais ameaçado, principalmente pelo avanço da degradação ambiental, provocada pelas monoculturas, pelas mineradoras e pela ampliação de pastos, que visam a maximização dos lucros independentemente dos impactos e dos efeitos negativos ao meio ambiente. Esses avanços mencionados muitas vezes provocam uma tensão entre a população local, os governos e o capital (SOUZA, 2019). A monocultura, principalmente da soja, destruiu “mais de 30% do cerrado brasileiro entre 2004 e 2017” (RFI, 2021). Esse dado converge com os dados em relação à produção de grãos no cerrado brasileiro, que corresponde a 60% da produção agrícola do País (PAULA, 2013).

Durante muito tempo, a maior extensão para cultivo de soja estava no Rio Grande do Sul e no Paraná. Mas, nos anos 2001/02, o cenário mudou. Naquela safra, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás responderam por praticamente a totalidade dos quase 7 milhões de área plantada na região, ao passo que o Sul cultivou 6,8 milhões de hectares [...]. (PAULA, 2013).

Os dados ratificam que os planos, principalmente o Polocentro, que impulsionaram as transformações territoriais do Cerrado, deram certo. Assim, o Centro-Oeste se tornou um celeiro de grãos do Brasil e o bioma Cerrado virou significado de *commodities*.

Nesse sentido, a complementaridade aos dispositivos legais para o incentivo ao ecoturismo se fez necessário, assim como a criação de um instrumento jurídico fundamental ao trabalho de conservação, a Lei n.º 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Como apontam Castro Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 45), o Snuc “é fruto de um trabalho de mais de duas décadas, pois data de 1979 sua primeira proposta, e só em 1992 foi enviada uma versão ao Congresso Nacional”. Anteriormente a esse Sistema, vigia o primeiro Código Florestal (Decreto n.º 23.793, de 1934) e, depois, o novo Código Florestal, de 1965, que também enfatizavam a proteção de áreas de ecossistemas de grande valor estético e cultural.

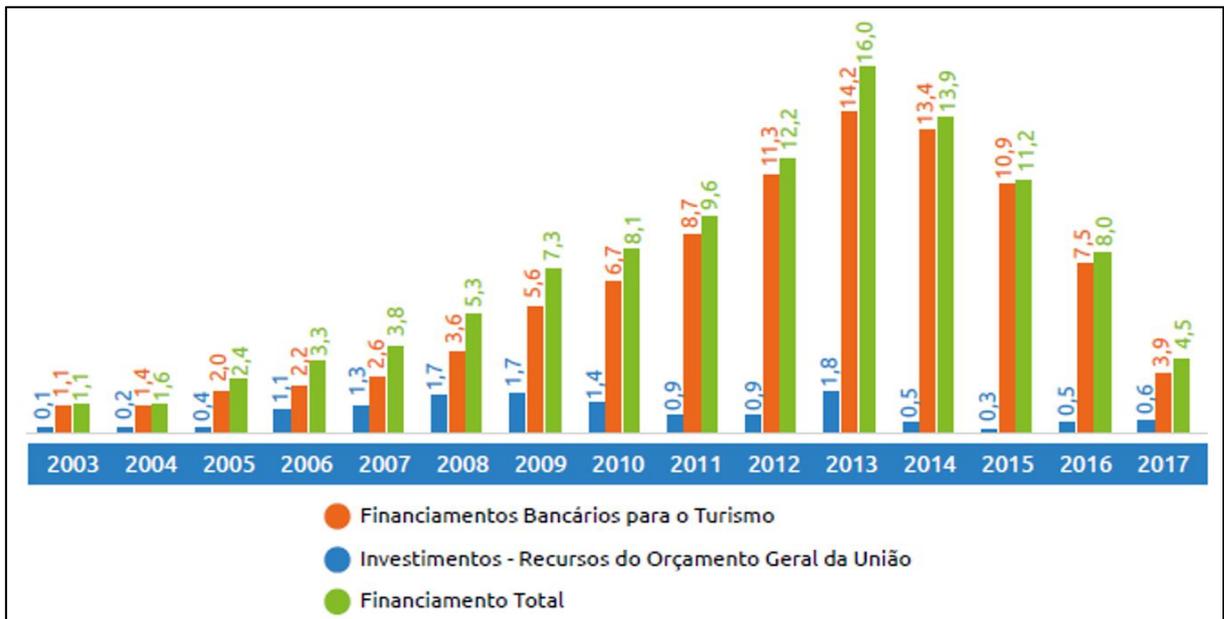
As políticas públicas voltadas para o turismo tem por objetivo alavancar o uso desse segmento socioeconômico, que inevitavelmente possui uma arquitetura capitalista. Esse modo de pensar pressupõe a união dos espaços, como aponta Debord (1997, p. 111), sendo “[...] ao mesmo tempo um processo extensivo e intensivo de **banalização**” (grifos nossos), e enfrenta o desafio de romper com a ideia de que a atividade turística está voltada apenas para a produção de capital. Entre as formas de romper com a ideia de acumulação de capital em detrimento de outros setores, assim como de não banalizar espaços de experiências singulares, há a necessidade de não haver especificidades ambientais, principalmente aquelas que vão de encontro com a sustentabilidade apregoada por Sachs (2009).

Não se pode retirar a “realidade do espaço” (DEBORD, 1997, p. 112) em prol de grupos financeiros que exaurem os lugares com o único e particular desejo de acumular cada vez mais capital. É dessa forma que os “donos” dos setores ligados à monocultura, à pecuária e à mineração acabam por sabotar as atividades alternativas e sustentáveis como o turismo. Diante disso, há a necessidade de se instituírem políticas como a Política Nacional do Turismo e a Política de Regionalização do Turismo, convergindo com políticas setoriais que repercutem na adoção de implementação e consolidação de espaços turísticos.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (BRASIL, 2014) apresentam como sendo indispensável a articulação de ações entre os agentes públicos e privados, bem como com a comunidade local onde se deseja desenvolver o ecoturismo, de modo a ultrapassar barreiras como envolvimento e incentivo aos moradores locais na atividade ecoturística, promoção da educação ambiental, além de regulamentações e monitoramento desses ambientes nos quais o ecoturismo é desenvolvido. As ações indicadas para o desenvolvimento do ecoturismo nesse documento, assim como em outros instrumentos, buscam o equilíbrio entre os elementos naturais e seu consumo, bem como o engajamento das comunidades locais com a atividade ecoturística.

Por mais que haja políticas públicas voltadas para o incentivo e salvaguardar elementos voltados para a atividade turística, há, ao mesmo tempo, um decréscimo nos recursos orçamentários destinados ao Turismo, como mostra a Figura 5:

Figura 6 – Recursos orçamentários destinados ao Turismo (R\$ bilhões)



Fonte: Ministério do Turismo (2018).

Há um descompasso quando se pensa na legislação do turismo e nos investimentos nessa área e talvez por isso tem-se a impressão de que o poder público não promove o turismo em suas diversas escalas, pois, enquanto se discursa que o turismo é uma importante ferramenta para a busca da retomada do crescimento, bem como as práticas conservacionistas, o orçamento de 2017 supera um pouco mais do que o de 2007.¹⁸

Da profusão de leis que sustentam a atividade turística, há de se acompanhar os investimentos nesse segmento que, no Brasil, possui o potencial de se tornar um dos grandes polos do turismo receptivo. Há várias leis que convergem para a proteção dos elementos utilizados pelo turismo, principalmente pelo ecoturismo, como: Decreto n.º 6.640/2008, que versa sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, o Decreto n.º 8.972/2014, que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, entre outros, que devem ser acompanhados por aportes financeiros para que de fato tais políticas tenham êxito na sua execução.

Esses dispositivos legais, que estão ligados à linguagem conservacionista, podem estar associados ao discurso economicista e desenvolvimentista no que se refere ao uso da conservação ambiental para impulsionar o ecoturismo. Para Nicholls (2012), a visão sistêmica deve abranger tanto a sustentabilidade ambiental como a econômica e, nesse sentido, o uso de

¹⁸ O aumento vertiginoso no período de 2013 a 2016 foi devido aos grandes eventos realizados no Brasil: Copa do Mundo e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

unidades de conservação para a atividade ecoturística se mostra importante, uma vez que são esses espaços, *a priori*, que possuem um menor impacto antrópico.

Um dos alicerces do uso das UC pelo ecoturismo, com vistas a ainda alcançar os objetivos propostos pelo Snuc, é o monitoramento, por meio do qual essas unidades podem se tornar mais efetivas e publicizarem não somente os ganhos da conservação da biodiversidade, mas também a receita oriunda da visitação a elas. Nesse contexto, instituiu-se a Instrução Normativa n.º 3/2017, que institui o Programa de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes, a qual apregoa, em se art. 1º:

Art. 1º [...] voltado ao monitoramento do estado da biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, como subsídio à avaliação da efetividade de conservação do sistema de unidades de conservação, à adaptação às mudanças climáticas e uso e manejo nas unidades de conservação geridas pelo Instituto Chico Mendes, bem como estratégias de conservação das espécies ameaçadas de extinção em todo território nacional. (IBAMA, 2017).

Nesse mesmo sentido, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado de Goiás (Semad) monitora, por meio do Programa de Monitoramento e Promoção da Biodiversidade das Unidades de Conservação Goianas (PROMOBio), o Parque Estadual Terra Ronca (PETeR), que também possui um dos maiores complexos de cavernas da América Latina (SEMAD, 2021). Desse modo, o monitoramento da biodiversidade é uma realidade em muitas UC nacionais e estaduais, mas o monitoramento com foco na receita oriunda da atividade ecoturística nessas unidades, em suas diversas escalas e categorias, parece não ter tamanha repercussão e urgência como naquelas voltadas para a biodiversidade.

Em 2018, as quase 12,4 milhões de visitas em UC geraram um gasto de cerca de R\$ 2,4 bilhões nos municípios de acesso às unidades. “A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de cerca de 90 mil empregos, R\$ 2,7 bilhões em renda, R\$ 3,8 bilhões em valor agregado ao PIB e R\$ 1,1 bilhão em impostos” (ICMBIO, 2020 *apud* SOUZA; SIMÕES, 2018). Estudos sobre a utilização desta para o turismo já são feitos por meio do método de Geração de Dinheiro (MGM2), como apontam Souza *et al.* (2017, p. 3), para quem “a cada R\$ 1,00 investido no sistema de UC produziu R\$ 7,00 em benefícios econômicos”. Dessa forma, a utilização de áreas protegidas para geração de renda é uma realidade, e não mais uma ideia.

5.1 Ecologia Política aplicada às discussões acerca da atividade ecoturística em Unidade de Conservação – Parque Estadual Terra Ronca (GO)

Embora seja um campo teórico-prático em formação, como asseguram muitos autores, pode-se entender a Ecologia Política como “o encontro histórico de dois saberes, a Economia Política e a Ecologia” (SOUZA, 2019, p. 21). Robbins (2012) também aponta que alguns enfatizam as mudanças ambientais, enquanto outros enfatizam narrativas das mudanças ambientais. Já Leff (2003, p. 5) aponta que “a ecologia política se preocupa não apenas com os conflitos de distribuição ecológica, mas explorar sob uma nova luz as relações de poder que eles se entrelaçam entre os mundos da vida das pessoas e o mundo globalizado”. Percebe-se, pela visão de Leff (2003), que a Ecologia Política também trabalha com as diversas escalas para compreensão do fenômeno estudado, entendendo que o mundo da vida das pessoas está integrado com o mundo globalizado, se não de forma direta, de modo indireto. Entre as mais diversas formas de se ver a integração do local com o global estão as unidades de conservação, visto serem uma ideia utilizada por muitos países com o objetivo de salvaguardar os recursos naturais diante da crescente degradação ambiental.

Coelho *et al.* (2012, p. 76) afirmam que as unidades de conservação, como objeto de investigação em construção, “requerem que sejam reveladas as relações entre grupos sociais (tradicionais ou não) e recursos, bem como os processos de mudanças sociais, ambientais e territoriais”. As discussões acerca da repercussão da criação das UC devem ser compreendidas na sua totalidade, não somente a criação de novas territorialidades, mas também a necessidade de se criarem mecanismos a incorporar esse espaço na vivência da comunidade. Muitas críticas atribuídas às UC dizem respeito ao fato de que elas não estão integradas ao seu entorno, além, também, da expulsão da população tradicional desse novo território, como aponta Diegues (2008). Os desafios são inúmeros, desde uma abordagem integradora ecossistêmica até a implantação de documentos referência para a manutenção e o monitoramento desses espaços

O uso desses espaços, articulado ao desenvolvimento sustentável, corrobora com a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário. Arruda (2003, p. 12) expõe que a CDB “está assentada sobre três grandes eixos: conservação da biodiversidade; uso sustentável dos recursos naturais e distribuição equitativa das riquezas”. Esses eixos que a sustentam convergem, em grande parte, com a proposta para as UC, bem como com seu uso para o ecoturismo, uma vez que a prática ecoturística também almeja uma visitação pautada na conservação e no mínimo impacto ambiental e cultural.

A ideia de conservação ambiental por meio das áreas de proteção, nesse caso as Unidades de Conservação, apoia-se, também, na CDB e em outros mecanismos de ação, como o Decreto n.º 5.758/2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Pnap) e aponta estratégias, políticas, planos e programas nacionais para áreas protegidas. Entre as diretrizes apontadas na lei está a diretriz XI, que assegura o “envolvimento e a qualificação dos diferentes atores no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais” (BRASIL, 2006c).

A participação da população local, na idealização e consolidação das UC, é importante não somente para garantir o respeito aos saberes locais e tradicionais, mas também para a compreensão daquele novo espaço e para entender os possíveis ganhos a partir da exploração desses espaços pelo ecoturismo, por exemplo. Entretanto, a discussão acerca das Unidades de Conservação e Ecoturismo, aos olhos da Ecologia Política, possibilita extrapolar os elementos presentes, como os apontados por Diegues (2008). Carvalho Júnior, Coutinho e Freitas (2012) explicam que setores do capital produtivo, como a agricultura, atuam contra a implantação e a regulamentação das UC. Quando se fala dos conflitos oriundos desses espaços, está-se a falar dos conflitos que ocorrem em escala local, pois é nesse âmbito que se dão as representações das relações socioespaciais, porém, não se pode perder de vista que as demandas originárias da exploração de áreas próximas às unidades de conservação são oriundas de uma demanda global. Logo, os conflitos são locais, pela representatividade das relações socioespaciais, mas também globais, pela demanda criada por países centrais.

Os conflitos entre global e local no que se refere às unidades de conservação também podem ser atribuído, como afirmam Carvalho Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 59), ao fato de haver uma descentralidade na gestão dessas áreas, que são constitucionalmente responsáveis

[...] por legislarem sobre o ordenamento territorial. Como os governos municipais estão sujeitos a pressões concretas dos interesses locais e com o poder de definir o ordenamento territorial, é muito comum que decisões tomadas firam a legislação federal de meio ambiente, gerando intermináveis batalhas jurídicas.

Isso ocorre a partir de decisões que vão de encontro às promulgadas por acordos internacionais e por uma legislação ambiental que assegura a conservação ambiental. Desse modo, criam-se mecanismos de produção da injustiça ambiental. Isso porque

[a] desigualdade ambiental pode manifestar-se tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos ambientais. A proteção

ambiental é desigual quando a implementação de políticas ambientais – ou a omissão de tais políticas ante a ação das forças de mercado – gera riscos ambientais desproporcionais, intencionais ou não intencional, para os mais carentes de recursos financeiros e políticos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 73).

Quando, por forma legal, permite-se que a degradação ambiental impacte populações desfavorecidas e as coloquem em risco – sendo identificados dois tipos de riscos por Souza (2019, p. 136), risco objetivo e risco subjetivo, sendo este último compreendido por “remeter à discussão sobre a percepção ambiental e seus múltiplos fatores” –, estar-se-á a normatizar as injustiças ambientais e, por conseguinte, inviabilizam-se as populações locais a gerarem renda por meio do uso sustentável dos elementos naturais. O acesso desigual à esfera de produção propicia dificuldades de manter atividades ligadas ao uso sustentável, como extrativismo, pesca artesanal, pequena produção agrícola, uso de recursos comuns e ecoturismo.

Há, no território nacional, por ser um celeiro de *commodities*, uma tensão entre grupos ligados ao agronegócio e aqueles que são a favor de um monitoramento ambiental mais efetivo, que de fato faça vigorar a legislação ambiental existente e os acordos internacionais. Ao dar fim a essa tensão, sair-se-ia do campo das disputas das narrativas, como aponta Leff (2003), entre esses dois campos e concretizar-se-ia práticas que vão ao encontro do desenvolvimento sustentável, como explica Sachs (2009).

De certa maneira, a narrativa do desenvolvimento alicerçado no agronegócio é a ideia que está saindo vencedora, visto que grande parte do território brasileiro está sob pressão para criar espaços para agropecuária, principalmente no bioma Cerrado. “O desmatamento no Cerrado aumentou 7,9% entre agosto de 2020 e julho de 2021, alcançando a marca de 8.531 km². A cifra corresponde a uma área equivalente a sete vezes a cidade do Rio de Janeiro” (PRIZIBISCZKI, 2022). Entre todos os vetores de desmatamento identificado pelo MAPBiomias, em todos os biomas, a agropecuária respondeu por quase 97%, como mostra a Tabela 4:

Tabela 3 – Área desmatada (ha) e proporção (%) por vetor de pressão em 2019, 2020 e 2021 no Brasil

Vetores de Pressão	2019 (ha)	2020 (ha)	2021 (há)	Total Geral
Agropecuária	1.199.125	1.360.281	1.599.141	4.158.548
Garimpo	9.217	8.949	8.023	26.190
Mineração	1.494	1.284	1.442	4.220
Expansão Urbana	1.054	1.581	5.885	8.520
Outros	6.139	6.833	41.289	54.262
TOTAL Geral	1.217.029	1.378.929	1.655.782	4.251.740

Vetores de Pressão	2019 (há)	2020 (há)	2021 (há)	Total Geral
Agropecuária	1.199.125	1.360.281	1.599.141	4.158.548
Garimpo	9.217	8.949	8.023	26.190
Mineração	1.494	1.284	1.442	4.220
Expansão Urbana	1.054	1.581	5.885	8.520
Outros	6.139	6.833	41.289	54.262
TOTAL Geral	1.217.029	1.378.929	1.655.782	4.251.740

Agropecuária	98,5%	98,6%	96,6%	97,8%
Garimpo	0,8%	0,6%	0,5%	0,6%
Mineração	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Expansão Urbana	0,1%	0,1%	0,4%	0,2%
Outros	0,5%	0,5%	2,5%	1,3%

Adaptado de MAPBiomass, 2022, por Aguiar Junior, 2022.

O avanço da degradação ambiental, principalmente em virtude da atividade agropecuária, reflete as diversas disputas de narrativa acerca de conservação ambiental e geração de renda. Não é difícil encontrar notícias de que o Agronegócio é atualmente o maior negócio da economia brasileira, sendo uma das principais locomotivas do progresso do País. Há também notícias de como esse setor é responsável pela expansão de produtividade e geração de várias regiões brasileiras. Ademais, há também a narrativa, como pode-se constatar em Gilio e Rennó (2018), de que “as exportações do agronegócio têm garantido a geração de divisas e amenizado resultados deficitários de outros setores”. Esses mesmos autores, contudo, também fazem uma ressalva sobre os ganhos dos agentes envolvidos nesse setor devido à nova “metodologia do PIB do Agronegócio desenvolvida pelo Cepea, em uso desde 2017 – que permite avaliar o crescimento do PIB do setor por diferentes óticas” (GILIO; RENNÓ, 2018).

Nessa nova metodologia, entre 1996 e 2017 percebe-se que o PIB-renda do agronegócio acumulou retração de 4,7%, conforme Gilio e Rennó (2018). Esse resultado, entre outros motivos, deve-se à política de fretes, ao encarecimento de fertilizantes e defensivos e óleo diesel. Esses elementos propiciaram que a renda real dos envolvidos diretamente com o agronegócio retraísse em relação à área cultivada, exigindo-se cada vez mais áreas para a expansão das plantações, de modo a tentar arrefecer as “perdas” desse setor. Dessa forma, a expansão do agronegócio está condicionada, também, a uma perda de rendimento dos envolvidos de forma direta. Essas perdas em nada se comparam àqueles que vivem em espaços segregados, impostos por práticas de insegurança ambiental pelo agronegócio.

Outro ponto importante a se ressaltar sobre a narrativa do discurso ambiental diz respeito à prática conservadora dos elementos ambientais, pois indivíduos segregados ambientalmente, ou seja, aqueles que vivem em espaços segregados devido à expansão do agro recebem a responsabilidade de serem os guardiões do meio ambiente. Entretanto, Souza (2019, p. 150) afirma que eles

[...] não são portadores de nenhuma responsabilidade **mediata** significativa por decisões que eventualmente implicam práticas geradoras de impactos ambientais negativos, [ademais,] são também os mais vulneráveis e os que menos podem se proteger de poluição e desastres, além de serem, obviamente, os que menos lucram com as atividades que deixam atrás de si um rastro de destruição e degradação.

Dessa forma, é imperativo compreender que há uma política envolvida nas questões ambientais e que o distanciamento dos discursos e das práticas ambientais é deliberado, pois o processo de degradação ambiental não é somente a prática de desmatar. Souza (2019, p. 151) explicar ser

[...] imprescindível identificar os diferentes grupos de agentes modeladores do espaço, suas práticas espaciais e suas posições na sociedade [...] sendo que os grandes culpados por determinados processos locais ou regionais degradação ambiental, ao passo que é deixado na sobra o papel dos atores que tomam as decisões de largo alcance e, principalmente, os processos econômicos e políticos que realimentam e condicionam, a todo instante, as decisões dos empresários, políticos e burocratas.

O caso de se imputar responsabilidade àqueles que de fato tomam a decisão do reordenamento territorial em prol do desmatamento faz com que o problema da degradação ambiental seja visto de forma mais complexa e também requer respostas políticas para coibir tal prática. Argumenta-se, como aponta Robbins (2012), que a adoção de técnicas modernas e a implantação de técnicas econômicas modernas de gestão, exploração e conservação podem andar juntas com práticas conservacionistas, sem prejudicar os elementos naturais. Entretanto, dados recentes do MAPBiomias mostra o avanço, principalmente, do agronegócio sobre áreas naturais, o que torna falacioso o discurso de que práticas modernas que servem ao agronegócio conseguem diminuir a degradação ambiental.

Acseirad, Mello e Bezerra (2019, p. 81) apontam que a “expropriação dos sentidos’ da população atingida muitas vezes resulta da **desinformação organizada** por um bloco de interesses, que diz considerar essa degradação como um “mal necessário do desenvolvimento”. Novamente, a discurso do poder age para colocar o interesse econômico, de poucos, em detrimento dos usos e possibilidades de ganho de muitos; isso é como individualizar os lucros e socializar as perdas. Vale ressaltar, novamente, que a luta pela conservação ambiental já se faz presente desde a década de 1970 e cada vez mais está na pauta de grandes meios de divulgação, contudo, *lobby* dos grandes produtores de *commodities*, em junto com o *lobby* dos legisladores em prol do agronegócio, faz com que haja um distanciamento nas escalas de ações para amenizar o impacto negativo promovido por esse setor no ambiente.

Fatos como o avanço da degradação ambiental e do desmatamento já se fazem presente em um espaço que tem uma legislação específica e rígida para salvaguardar o patrimônio ambiental e cultural. Esses espaços são as unidades de conservação, protegidas pela Lei n.º 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que, como já apresentado, são mecanismos importantes para “frear” o desmatamento ambiental, salvaguardar os patrimônios

ambiental, cultural e biológico, além de protegerem inúmeras nascentes. Esses espaços estão sofrendo com o desmatamento e com a degradação ambiental, que impactam não somente os elementos naturais, mas também a população local que tem nesses espaços sua fonte de renda por meio do ecoturismo.

O alerta do desmatamento em UC é feito, também, pelo MAPBiomias (2022, p. 58), segundo o qual, do total de “2.181 Unidades de Conservação (Ucs) federais e estaduais terrestres registradas no Cadastro Nacional de Unidade de Conservação (CNUC), 252 Ucs (11,6%) tiveram pelo menos um evento de desmatamento de pelo menos 1 hectare em 2021”. O avanço do desmatamento não se intimida com a legislação existente para proteger o ambiente, tampouco com as punições que possam vir a acontecer.

Importante ressaltar que a “maior parte desse desmatamento ocorreu em unidades de conservação de uso sustentável (91,9%). O desmatamento em unidades de conservação de proteção integral representou 8,1% do total observado em Unidades de Conservação” (MAPBIOMIAS, 2022, p. 58). Isso porque nas Unidades de Conservação de Proteção Integral há um maior rigor no monitoramento de seu uso e ocupação, o que faz, inevitavelmente, com que surja uma pergunta: e nos outros espaços, que não têm um controle rígido como os das UC de Proteção Integral? Para piorar, dados mostram ter havido um crescimento no desmatamento desses espaços, como mostra a Tabela 5:

Tabela 4 – Área Desmatada (hectares) por tipo de Unidade de Conservação no Brasil em 2019, 2020 e 2021

Tipo de Unidade de Conservação	2019 (há)	2020 (há)	2021 (há)
Proteção Integral	8.375	8.046	13.591
Estação Ecológica	3.472	1.516	5.115
Monumento Natural	31		0
Parque Nacional	2.011	2.510	2.491
Parque Estadual	1.205	1.293	4.812
Reserva Biológica	1.649	2.720	921
Refúgio de Vida Silvestre	7	8	252
Uso Sustentável	126.277	127.021	153.304
Área de Proteção Ambiental	82.780	83.252	102.876
Floresta Nacional ou Estadual	21.591	21.828	28.434
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	208	460	375
Reserva Extrativista	21.697	21.480	21.619
Reserva Particular do Patrimônio Natural		1	1
Total geral	134.652	135.066	166.895

Fonte: Adaptado de MAPBiomias, 2022, por Aguiar Junior, 2022.

Praticamente em todas as UC houve um aumento no desmatamento, contudo, um aumento nas áreas de Proteção Integral chama a atenção, referente ao Parque Estadual, que saiu de 1.205 ha, em 2019, e foi para 4.812 ha, em 2021, um aumento de mais de 300% em relação

a 2019. Tem-se, também, outro número assustador, que diz respeito às áreas de uso sustentável. Nas áreas de proteção ambiental (APA), o desmatamento saltou de 82.780 ha, em 2019, para 102.876 ha, em 2021, um aumento de quase 25% de área desmatada. Percebe-se que o aumento maior em relação ao ano de 2019 foi na PI – Parque Estadual. Vale lembrar que o Brasil é signatário da CDB, bem como tem um farto arcabouço legal para proteção de áreas naturais, entre eles o Snuc, e mesmo diante de tantas ferramentas o desmatamento continua a acontecer.

Outro dado importante trazido pelo levantamento divulgado no Relatório Anual do Desmatamento no Brasil – RAD 2021 é o desmatamento nas Unidades de Conservação em cada bioma no Brasil em 2021. A Amazônia continua sendo a campeã em relação ao desmatamento, mas outro bioma tão importante como a Amazônia está em ritmo acelerado de degradação ambiental, o Cerrado, como se nota na Tabela 6:

Tabela 5 – Alertas com sobreposição total ou parcial com Unidades de Conservação em cada bioma e no Brasil em 2021

BIOMA	Número de alertas em UC	Área desmatada em UC (ha)	% número total de alertas	% área total desmatada
AMAZÔNIA	5.277	122.818	11,3%	12,6%
CERRADO	428	35.772	6,2%	7,1%
CAATINGA	621	6.737	5,8%	5,8%
MATA ATLÂNTICA	296	1.567	5,7%	5,2%
PAMPA	1	2	0,6%	0,1%
PANTANAL			0,0%	0,0%
BRASIL	6.623	166.895	13,2%	10,1%

Fonte: Adaptado de MAPBiomias, 2022, por Aguiar Junior, 2022.

Esses dados corroboram com o que vem acontecendo no Cerrado brasileiro, pois há um avanço do agronegócio em áreas ainda sem uso antrópico e, por conseguinte, há uma avanço sobre as UC. Há de ser inferir, também, que o desmatamento local/regional em determinado bioma acaba por afetar todo o território nacional, como é o caso do bioma Cerrado, que abriga importantes bacias hidrográficas e abastece outras bacias hidrográficas importantes, como a Amazônica. No Cerrado estão localizados três importantes aquíferos do País: Bambuí, Urucuiá e Guarani, que sofrem pressão do uso e da ocupação do agronegócio.

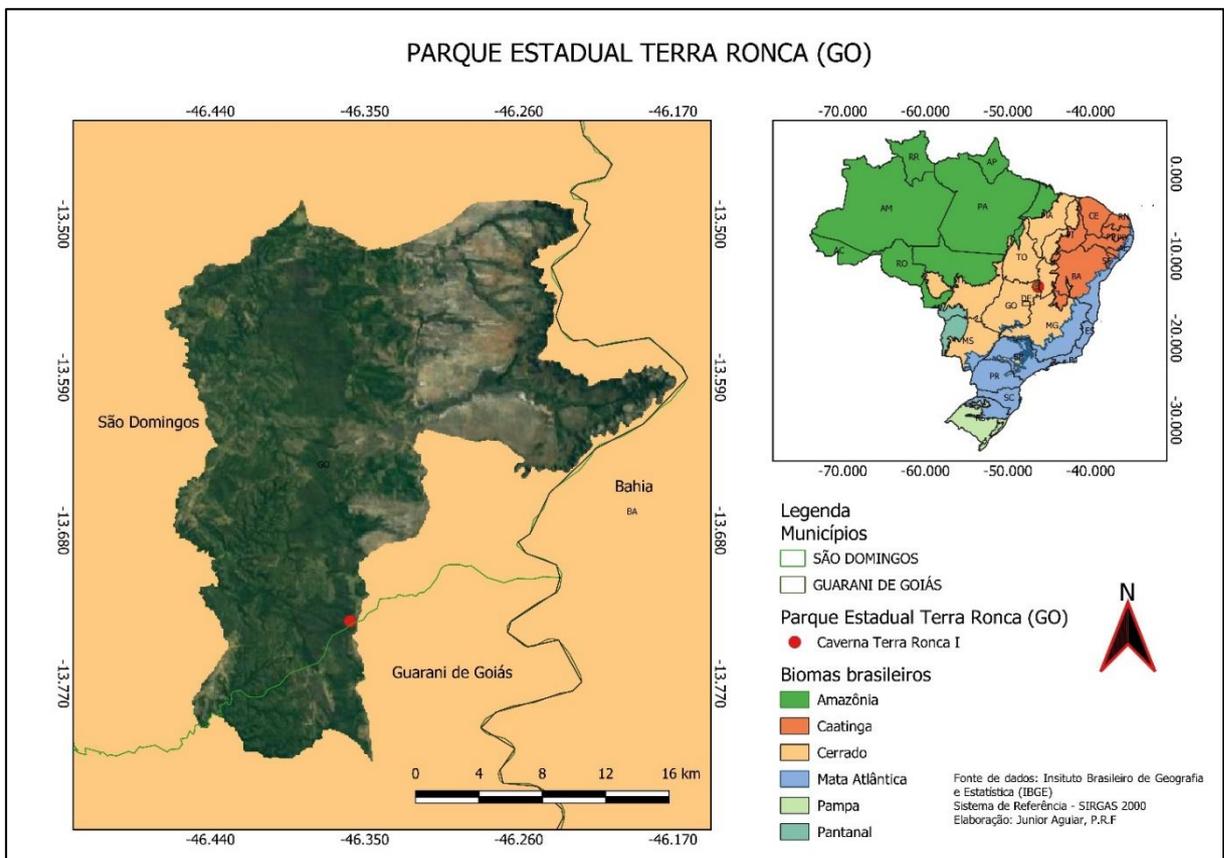
A discussão acerca do agronegócio e do desmatamento deve ser entendida não somente como degradação ambiental, e sim com todo o espectro de impactos negativos que esse segmento promove. Dentre eles pode-se citar a segregação ambiental, a segregação espacial e a impossibilidade de um grupo maior de pessoas conseguirem gerar renda a partir da

conservação ambiental. O avanço do desmatamento sobre as unidades de conservação evidencia a narrativa de que se faz, atualmente, uma agricultura moderna, com gestão de riscos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PARQUE ESTADUAL TERRA RONCA (GO)

O Parque Estadual Terra Ronca (GO) – PETeR, unidade de conservação de proteção integral (Figura 6), foi criado pela Lei n.º 10.879/1989 e situa-se totalmente no bioma Cerrado, possuindo diversas fitofisionomias (RIBEIRO; WALTER, 2008) desse bioma, entre elas Cerrado Rupestre, Mata Seca, Mata Ciliar e Veredas. Com aproximadamente 57.000 ha (SEMAD, 2021), sua delimitação foi marcada pelo Decreto n.º 4.700, de 21 de agosto de 1996, situando-se na região nordeste do estado de Goiás, com 91,78% de seu território em São Domingos (GO). O PETeR também possui um dos mais importantes conjuntos espeleológicos da América do Sul (SEMAD, 2021).

Figura 7 – Parque Estadual Terra Ronca (GO) – PETeR



Fonte: Elaboração de Aguiar Junior, 2022.

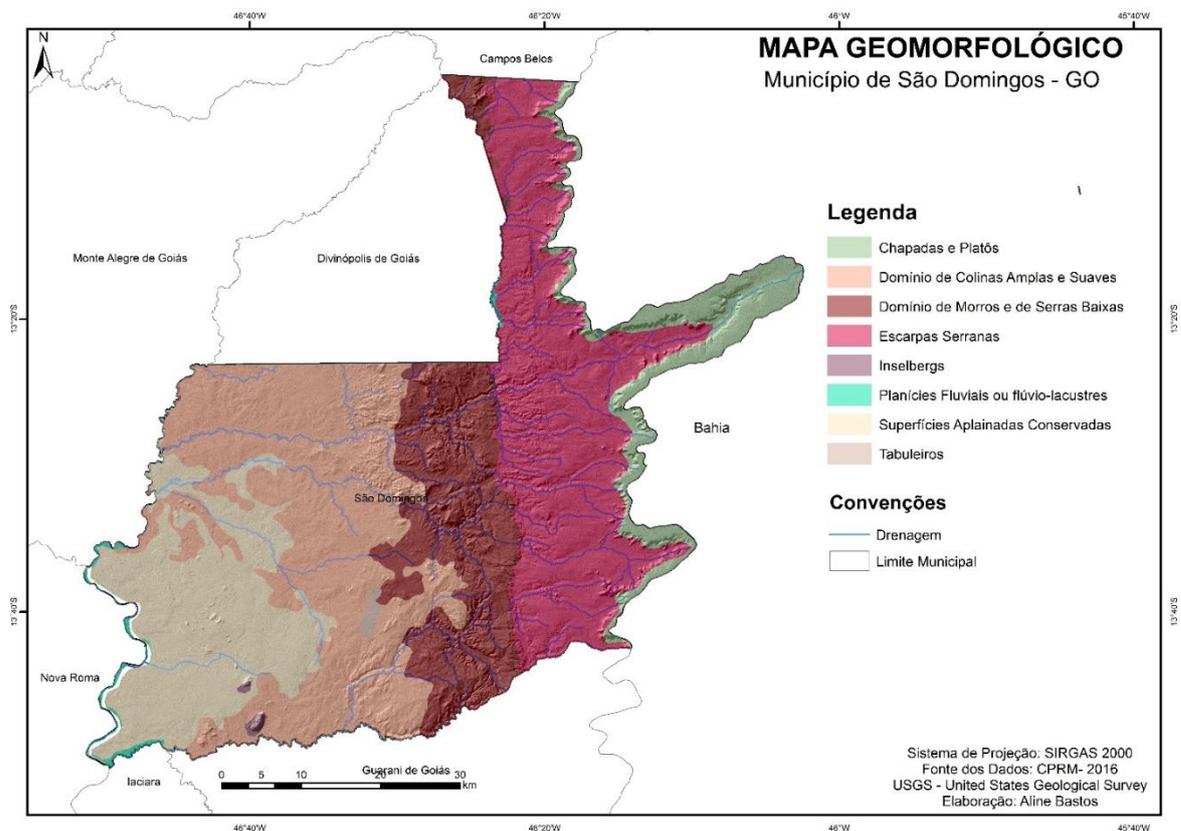
São Domingos (GO) situa-se no Vão do Paranã, uma área rebaixada em relação ao relevo que o circunda, e inclui a Serra Geral de Goiás, ao leste, o Chapadão de Paracatu, ao sul, e a Chapada dos Veadeiros, ao oeste, evidenciando suas características de planalto goiano

(BARREIRA, 2002). Em relação ao clima, tem-se o tropical semiúmido, conhecido também por clima de savana, e o município possui duas estações bem definidas, a da seca (inverno) e a chuvosa (verão), entretanto, no período do verão (chuvoso), ocorrem, frequentemente, veranicos (vários dias sem chuva), além de essa região ser atingida pela massa de ar polar, que provoca quedas acentuadas nas temperaturas.

Já no que tange à geologia, o PETeR localiza-se na província Tocantins, no grupo Bambuí, conforme se nota na Figura 6. Nas encostas há processo de morfogênese, e não de pedogênese, pois há afloramentos rochosos e solos litólicos, além de latossolos, cambissolos e areias quartzosas nas áreas planas.

Nas áreas de Chapadões há a presença de relevo cárstico, no qual a rede de drenagem aproveita as falhas e fraturas, formando as grutas. Exemplo dessa forma de relevo fica em Terra Ronca, onde encontramos lindas grutas e inúmeras estalactites e estalagmites. A área de drenagem é abastecida por afluentes, cujas nascentes localizam-se nos Patamares de Chapadões e Serra Geral, a oeste do município onde se encontra a parte dos chapadões de platôs, conforme Figura 7.

Figura 8 – Formas predominantes de relevo da região de São Domingos



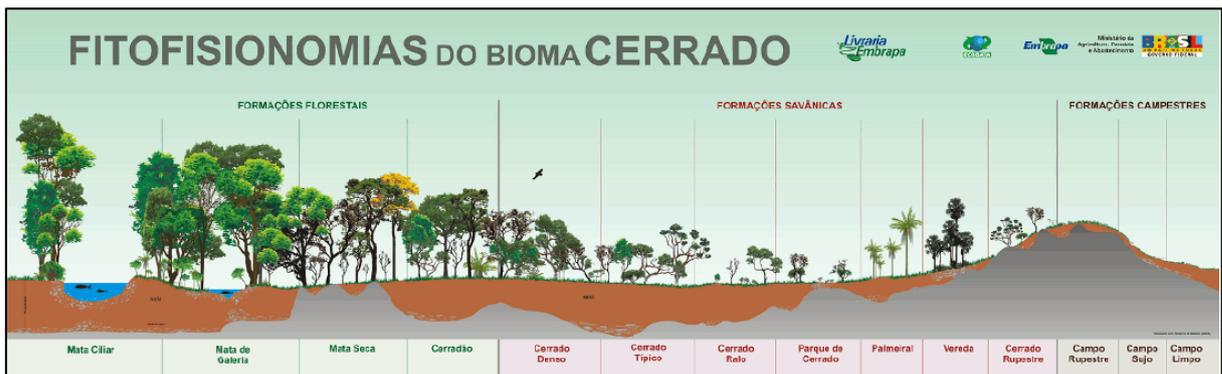
Fonte: Organizado por Bastos (2018).

Os principais afluentes do Rio Paranã são rios perenes, destacando-se o rio São Domingos. Barreira (2002, p. 41) chama a atenção para pelo menos quatro características marcantes dessa área:

[...] uma rede de drenagem subterrânea, com ressurgências e sumidouros na área de drenagem subterrânea, com ressurgências e sumidouros na área de relevo cárstico; áreas alagadiças e inundáveis durante o período de cheias, e outras nas quais aflora água, mesmo no período das secas (os “covoais”); um sistema de veredas com drenagem perene, localizadas na faixa de transição entre as áreas elevadas e movimentadas e as áreas rebaixadas e planas do Vão do Paranã; e, por fim, uma rede de drenagem intermitente mais frequente, ao norte da região.

A fitofisionomia do cerrado tem alta diversidade, incluindo a floresta estacional decidual sobre o afloramento de calcário e a floresta estacional semidecidual, cuja distribuição se vincula de acordo com os tipos de solo, as irregularidades dos regimes de chuva, as características das queimadas, a umidade e a ação do homem. Encontramos, em São Domingos, campo rupestre, mata ciliar, cerrado, entre outras formações savânicas, conforme chave a seguir (RIBEIRO; WALTER, 2008).

Figura 9 – Fitofisionomias do bioma Cerrado



Fonte: Ribeiro e Walter (2008).

O Parque Estadual Terra Ronca possui plano de manejo que ainda não foi oficializado, contudo, há normas para visitação dispostas na Portaria n. 222/2012, que estabelece normas para o ordenamento da visitação do parque até a publicação do plano de manejo definitivo. Também há as *Diretrizes para visitação em unidades de conservação* (BRASIL, 2006b), que orientam utilização dos recursos bióticos e abióticos em diversos ambientes, inclusive as visitas às cavernas.

Mesmo sem o plano de manejo, essencial para o planejamento do parque, a visitação às cavernas consideradas de uso turístico (Tabela 7) possui diretrizes a serem seguidas e

aprimoradas. É importante destacar que o turismo ligado à natureza, aqui materializado na forma do ecoturismo, deve ter preocupações que cercam esse tipo de ambiente, por ser um ambiente muito frágil.

Tabela 6 – Cavernas no Parque Estadual Terra Ronca (GO) com regulamentação para uso turístico

Canie	Caverna	Instrumento legal existente para o uso da caverna
009956.00404.52.19803	Lapa Angélica	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
010123.00524.52.19803	Lapa de Terra Ronca II - Malhada	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
010137.00534.52.09408	Lapa do São Bernardo – Palmeiras	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
019909.00542.52.09408	Lapa do São Bernardo II	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
010092.00509.52.19803	Lapa do São Mateus II / Imbira	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
018194.00549.52.19803	Lapa do São Mateus III	Portaria SEMARH n.º 0222/2012
010039.00475.52.19803	Lapa Terra Ronca I	Portaria SEMARH n.º 0222/2012

Fonte: SEMAD, 2021

A caverna Terra Ronca I localiza-se no município de São Domingos – GO, divisa com Guarani de Goiás (Figura 9), mais precisamente na Fazenda Lapa/Fazenda Terra Ronca, de propriedade de Ramiro Hilário dos Santos. Trata-se da caverna mais procurada pelos visitantes do PETeR.¹⁹ Dessa forma, pode-se atribuir a ela o grau de relevância máxima, com base em atributos constantes na Instrução Normativa MMA n.º 2, de 20 de agosto de 2009, quais sejam: “III – dimensões notáveis em extensão, área ou volume” e “XI – destacada relevância histórico-cultural ou religiosa”. A caverna chama a atenção por sua beleza e diversidade de espeleotema:

[...] as paredes externas são mais ou menos planas e a boca tem a forma aproximada de um arco pleno, semelhante a um gigantesco arco do triunfo. Mesmo não sendo o mais alto pórtico de entrada de cavidade subterrânea no Brasil (o pórtico dos Brejões na Bahia tem 106 m de altura), seus 90 m de altura impressionam o visitante. (DELPHIN, 2010, p. 176).

¹⁹ Essa informação é apresentada pelos condutores e meios de hospedagens do município de São Domingos (GO), pois não há métodos para assegurar o quantitativo de visitantes no Parque Estadual Terra Ronca, tampouco quais cavernas são as mais visitadas.

Figura 10 – Caverna Terra Ronca I



Fonte: Aguiar, 2018.

A caverna Terra Ronca I é a caverna mais bem sinalizada do Parque, possuindo uma trilha de nível leve, de acordo com a classificação da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (Femerj). Possui, além de informações cartográficas como localização, também informações de pousadas e da criação do PETeR (Figura 09)

Figura 11 – Divisa de São Domingos e Guarani de Goiás



Figura 12 – Placa informativa sobre acesso à caverna Terra Ronca I



Foto: Barros, 2022.

A Terra Ronca I também é a que sofreu maior impacto negativo em relação ao seu uso, pois a caverna durante muitos anos foi espaço de recepção dosromeiros da festa do Bom Jesus da Lapa,²⁰ de acordo com a Sra. Regina, moradora local e gestora na década de 1990. Alguns deles chegaram a soltar fogos de artifício dentro da caverna para comemorar o dia. A caverna, dentre as que estão abertas à visitação, é também a mais acessível, fica à beira da estrada de terra, e também conta com a melhor infraestrutura de acesso (Figuras 12), ademais de dar acesso ao altar feito na caverna (figura 13).

²⁰ “Entre os dias 5, 6 e 7 (agosto) ocorre a Festa do Bom Jesus da Lapa de Terra Ronca, é uma tradição do início do século e reúne moradores das cidades vizinhas eromeiros de Goiás, Tocantins e Bahia. São realizadas romarias com mais de 10 mil pessoas que acreditam nos poderes milagrosos da gruta. Barracas com bebidas, comidas típicas e artesanato cobrem a estrada que leva à caverna.” (PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS, 2022).

Figura 13 – Acesso à caverna Terra Ronca I Figura 14 – Altar para Bom Jesus da Lapa



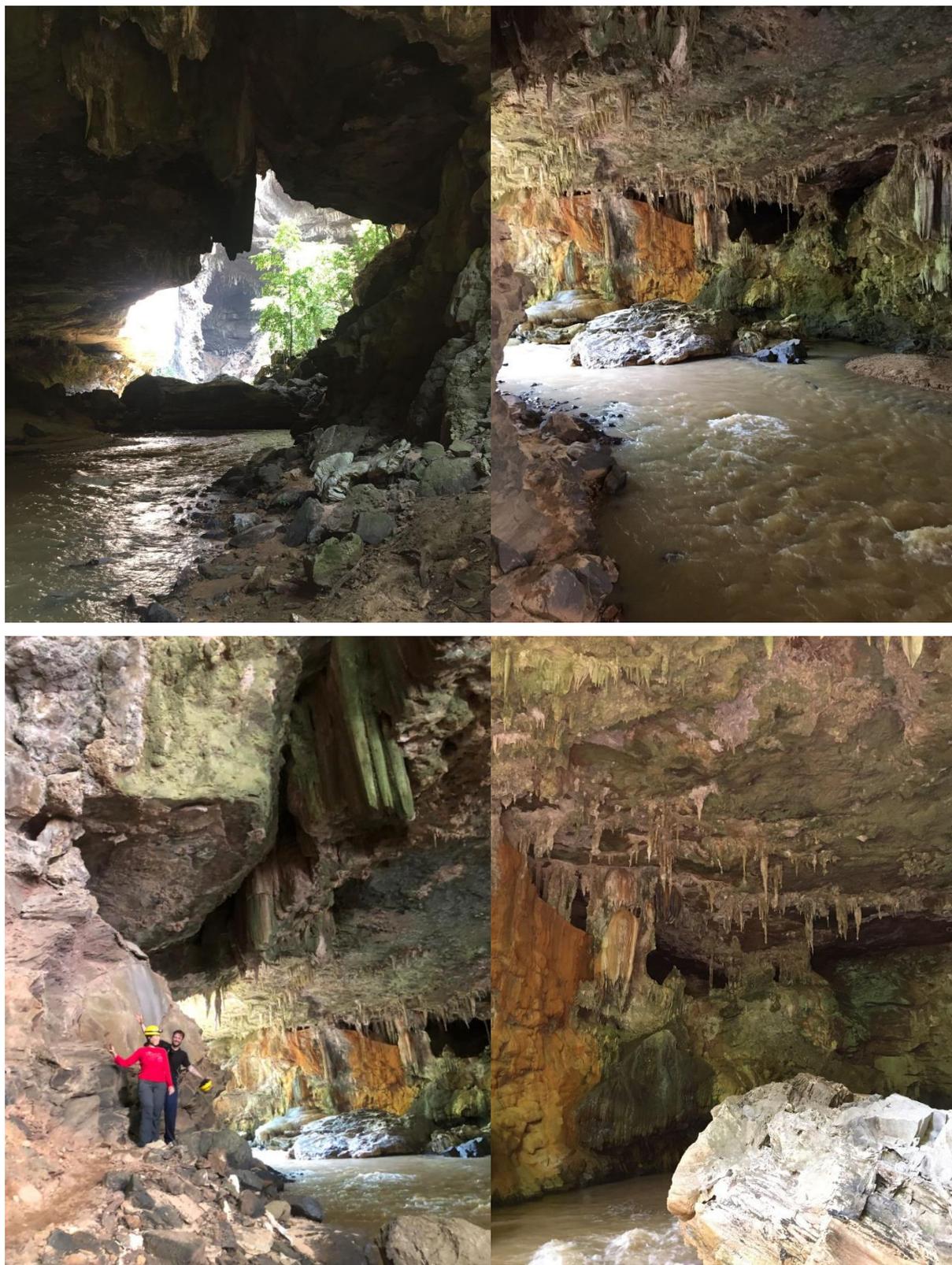
Fotos, Aguiar, 2019

Nota-se, na Figura 12, que o calcário está danificado devido às velas colocadas no altar; há, também, na mesma figura, duas velas acesas quando foi realizado o campo. A entrada da caverna está descaracterizada, são deixados lixos na boca da caverna, que podem entrar e prejudicar a microfauna da caverna, bem como o vento levar para o rio Terra Ronca. A grandiosidade dela impressiona, além das inúmeras formações de espeleotemas.

A partir da Terra Ronca I há uma trilha, que, em período de chuvas, fica com folhagem densa e, na época da seca, o verde fica escasso, considerada moderada de acordo com a classificação da Femerj. Além do acesso pela caverna Terra Ronca I, há a possibilidade de se começar por uma trilha, que também pode ser considerada moderada, e ir à Terra Ronca II sem passar por Terra Ronca I, contudo, não há nenhuma sinalização de onde começa a trilha e tampouco do percurso desta. Além de mal sinalizada, na entrada e no percurso, não há informações sobre a fauna local, outorgando ao condutor falar sobre os tipos de árvores, flores e animais presentes naquele ambiente.

Mesmo diante da dificuldade do percurso, sem sinalização nenhuma e/ou informação sobre os aspectos físicos negligenciados, ainda assim vale a pena, pois a caverna é espetacular (Figura 14). Suas duas entradas tem o rio passando por elas e penetrando na caverna, são belíssimas e há, ainda, uma homenagem à Goiás.

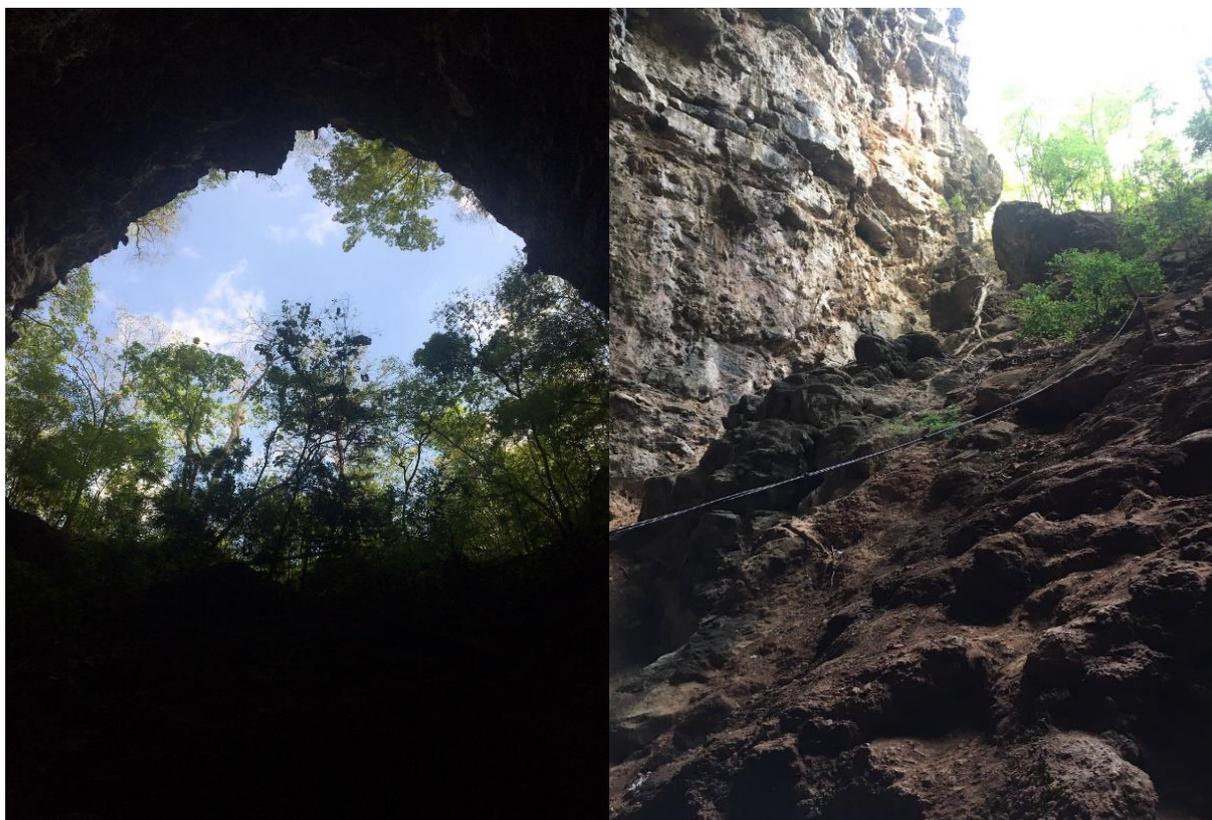
Figura 15 – Entrada da caverna Terra Ronca II



Fonte: Fotos de Aguiar e Barros, 2022.

Outra caverna dentre as disponíveis para visitação é a de São Bernardo, uma caverna também sem nenhuma sinalização, com uma trilha moderada.²¹ Sua entrada (Figura 15) possui uma inclinação relativamente moderada, sendo necessário utilizar, em muitos momentos, uma corda para descer. A caverna é cortada pelo rio São Bernardo e possui espeleotemas fabulosos.

Figura 16 – Caverna São Bernardo



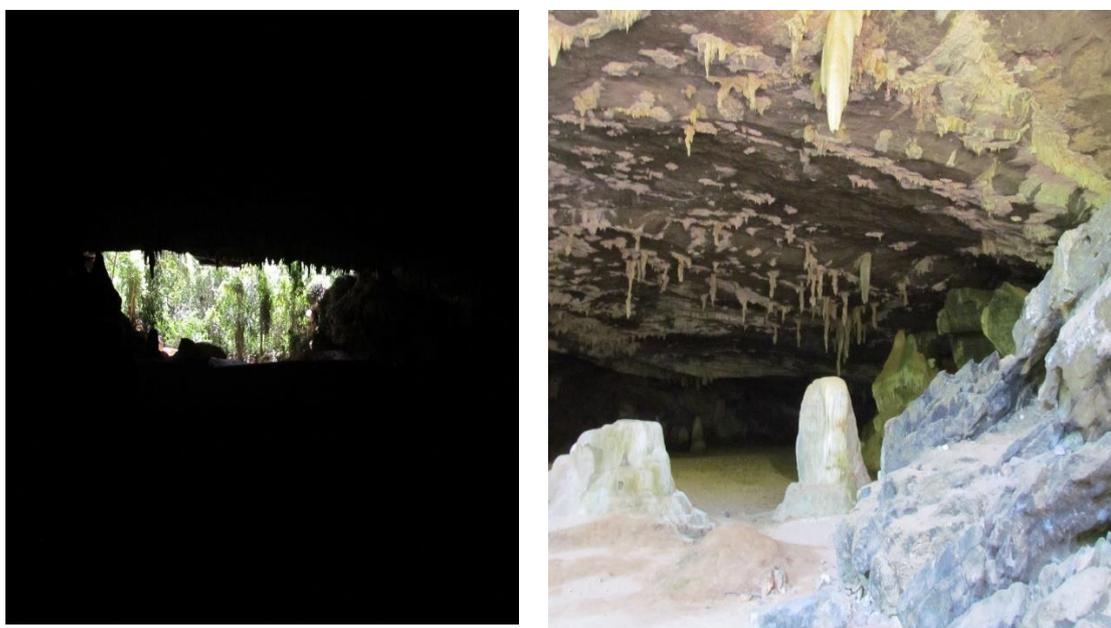
²¹ Mesmo que não haja uma caminhada de 4 a 6 horas, essa trilha pode se enquadrar nesse nível pela quantidade de obstáculos e piso/terreno, bem como pela declividade.



Fotos: Aguiar e Barros, 2022.

Outra caverna para o uso turístico apontada pela Portaria n.º 222/2012 e que é muito visitada é a Caverna Angélica (Figura 16).

Figura 17 – Caverna Angélica Parque Estadual Terra Ronca (GO)





Fotos. Aguiar e Barros, 2019.

Essa caverna é uma das mais visitadas; assim como Terra Ronca I, possui uma trilha leve, que permite que crianças e idosos possam desfrutar do ambiente cavernícola. Também é rica em espeleotemas, tendo um salão muito visitado, que é a seção do espelho d'água, no qual, por meio de ilusão de ótica (natural), vê-se refletido na água o teto da caverna, que parece fazer com as estalactites estejam emergindo da água.

Ainda na mesma caverna, há uma escada para ajudar os turistas a subirem um “degrau” acima, de modo a poderem observar um salão também muito procurado pela quantidade de estalactites e estalagmites. Ademais, há, nesse salão, conhecido como Salão dos Tubarões, uma parada quase obrigatória para fotos dos turistas. Foi nesse salão que houve um acidente fatal com uma turista.

Outra paisagem que está fora do PETeR, mas também possui uma fragilidade em relação ao uso ecoturístico, são as Veredas (Figura 17), situadas um pouco antes da entrada do município de São Domingos (GO). Essa fitofisionomia, como apresentam Ribeiro e Walter (2008, p. 183), “exerce papel fundamental no sistema hidrológico, na manutenção da fauna do Cerrado”. Ainda segundo os mesmo autores:

Apesar da importância, as Veredas têm sido progressivamente pressionadas em várias localidades do bioma Cerrado, pelas ações agrícolas e pastoris. Além disso, têm sido

descharacterizadas pela construção de pequenas barragens e açudes, por estradas, pela agricultura, pela pecuária e até mesmo por queimadas excessivas. (RIBEIRO; WALTER, 2008, p. 183).

Todos os apontamentos realizados por Ribeiro e Walter (2008) estão presentes nas Veredas em São Domingos (GO), já que essa região sofre pressão constante da monocultura e da pecuária, sendo área de influência direta e indireta. As encostas da Serra Geral estão ocupadas pela pecuária e pelos cultivos de grãos e, por conseguinte, as ações realizadas para a manutenção das *commodities* repercutem nesse complexo ecossistema, como aponta o Plano de Manejo (PM) que será apresentado à comunidade²² para aprovação.

O PETeR e o município de São Domingos (GO) possuem áreas frágeis, como as veredas e as cavernas, que sofrem com as atividades antrópicas, principalmente aquelas de grandes transformações paisagísticas (monocultura, pecuária e mineração). Essas transformações acabam por dominar a paisagem do Cerrado goiano, tornando, assim, mais difícil a construção de uma relação entre sociedade e natureza que legitime a profunda integração entre ambas. Além disso, a dicotomização nefasta produzida pelo movimento cujo centro é apenas a maximização dos lucros faz crescer a hostilidade entre os movimentos conservacionistas e o empresariado do agronegócio.

Figura 18 – Veredas de São Domingos (GO)



Foto: Aguiar Junior, 2018.

²² De acordo com e-mail recebido do Sr. Wesley J. de Andrade, chefe de Unidade de Conservação PETeR – Parque Estadual Terra Ronca, EENR – Estação Ecológica de Nova Roma e APA – Serra Geral de Goiás. O PETeR possui plano de manejo, plano de manejo espeleológico, e plano de uso público, todos finalizados, aguardando análise final e a apresentação à comunidade para publicação.

Apesar de se esperar que esses conflitos sejam amenizados por documentos como Plano de Manejo (PM), Estudos de Impactos Ambiental (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais, Souza (2019, p. 179) assim chama a atenção:

Quem esperar encontrar nos EIAs e em seus documentos de comunicação e divulgação, os RIMAs, radiografia nítidas de **quem ganha** e **quem perde** com as atividades geradoras de impactos e com os efeitos dessas atividades, com menção clara a contradições sociais e a classes e frações de classe (ou a outros grupos sociais, definidos por outros critérios e tipos de clivagem, com etnia), quase sempre perderá seu tempo.

A justificativa de Souza (2019) para tal afirmação é a de que tais documentos são elaborados por firmas privadas de consultoria sob encomenda das próprias grandes empresas e por isso são tendenciosas no processo de avaliação ambiental. Dessa forma, o processo de integração, de uma visão conjunta, deve ser precedido pela compreensão e necessidade do uso racional dos elementos naturais e não, apenas, como uma imposição legal. Isso não quer dizer que os processos legais e todo o aparato legal devam ser postos em segundo plano e dar atenção somente ao processo de compreensão e conscientização dos problemas vinculados à degradação ambiental. Ambos os processos devem caminhar de forma contínua, a fim de fornecerem as condições necessárias para que os elementos naturais possam ser utilizados de forma sustentável e gerar renda por meio dessa utilização.

São Domingos (GO) encontra-se na região do nordeste goiano, sendo conhecida como uma das regiões menos desenvolvidas²³ do estado de Goiás como aponta a Tabela 8:

Tabela 7 – Regiões menos desenvolvidas no estado de Goiás

Região	PIB em 2015 (R\$)	PIB <i>per capita</i> em 2017 (R\$)	Arrecadação ICMS em 2017 (R\$)	Exportação em 2017 (R\$)
Nordeste	2,383 bilhões	12.817	34,261 milhões	478,4 mil
Noroeste	2,626 bilhões	17.786	43,649 milhões	74,3 milhões
Oeste	7,658 bilhões	21.718	142,8 milhões	437,2 milhões
Norte	7,855 bilhões	24.514	156,5 milhões	847,3 milhões

Fonte: Dinomar Miranda (dados da Região de Planejamento/IMB), adaptado.

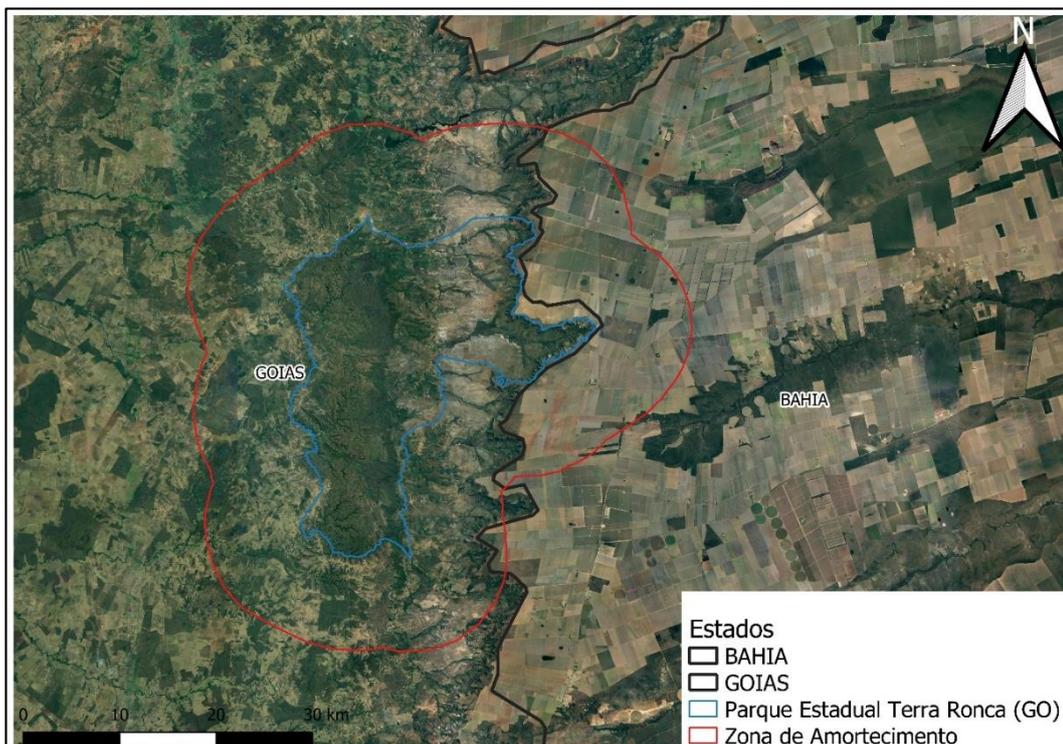
Mesmo diante de um “incentivo fiscal de 98% sobre o ICMS, previsto no Decreto 8.284/2014 para as empresas que se instalem em municípios do Nordeste goiano, isso ainda não foi suficiente para atrair investimentos para a região” (DM, 2019) e iniciar um processo de

²³ Termo desenvolvido e utilizado pela mídia e também para nortear as ações governamentais, restringindo-se a uma visão economicista.

transformação de sua economia. É por meio desses dados que os envolvidos ao agronegócio alicerçam seus discursos, como mostre Moreia (GOIÁS, 2021), afirmando que a “[i]nstalação de agroindústrias mudará a realidade do Nordeste goiano, com reflexo positivo direto na economia de Goiás”. Por mais que a notícia aponte para um possível investimento na agricultura sustentável, vê-se, na prática, que não é esse o *modus operandi* da agroindústria.

Essa ocupação repercutirá de forma direta e indireta no PETeR, visto haver ainda um longo caminho para se ter uma conscientização do uso dos elementos naturais e também da necessidade de implantação e fiscalização das ações exercidas no Parque e adjacências. Ainda, parece que atividades que possam agregar às atividades monocultoras não são vistas de forma efetiva, ficando nos discursos ambientais em escala global, nacional, regional e local; há, contudo, forças do mercado global de *commodities* que determinam os preços e produtos a serem comercializados e que levam a decisões como a degradação ambiental. Paradoxalmente, ou não, os discursos ambientais sobre conservação ambiental estão em grande parte das mesmas organizações multilaterais dos países centrais que controlam o mercado de *commodities* e, por conseguinte, “aprovam” a retirada de mata nativa e a contaminação de rios em países periféricos. Irremediavelmente, isso leva à discussão acerca da Ecologia Política aplicada ao Ecoturismo em Unidades de Conservação.

Figura 19 – Imagem Google Earth da área do Parque Estadual Terra Ronca (GO)



Produzido: Junior Aguiar, 2022.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Google Earth

Um exemplo da materialização desses conflitos, principalmente aqueles relativos à questão das *commodities*, é o que acontece no Parque Estadual Terra Ronca (GO), onde ainda não há, como já apresentado, um plano de manejo norteando as ações. Há, no entanto, debates sobre a proposição de uma zona de amortecimento (ZA) de 10 km, o que entraria em conflito com a ocupação no oeste baiano. Essa ação faz com que se perceba estar totalmente antropizado e, em determinadas áreas, o desmatamento está muito próximo das vertentes, provocando desequilíbrio ambiental.

O Cerrado brasileiro teve um projeto desenhado para sua ocupação e as áreas de proteção ambiental não estavam inseridas nesse processo, mesmo que as discussões em âmbito global tenham se iniciado com mais robustez na década de 1970. A necessidade de se criarem mecanismos para amenizar a degradação ambiental, no seu primeiro momento, deu origem às UC, contudo, diante dos avanços comerciais globais, estas já parecem não ter a efetividade que deveriam diante das pressões da bancada da agropecuária.

Nesse sentido, Leff (2003) está certo ao afirmar que as discussões acerca da Ecologia Ambiental também devem focar a narrativa criada do que é uma UC e também do que pode ser uma unidade de conservação. Isso deve ser levado em consideração justamente por se entender que os elementos que estão a se integrar fazem uma unidade de conservação ser mais efetiva, e não somente mais uma forma de atender os discursos ambientalistas.

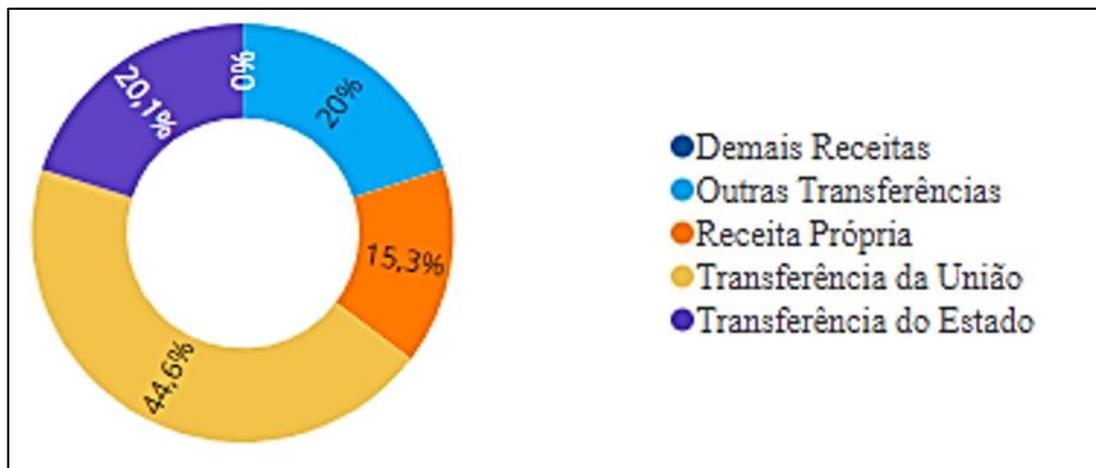
Os processos de mudanças na região próxima ao Parque estão acontecendo de forma a não ser possível ignorar, ou pelo menos, protelar, uma discussão que deve ser considerada: os impactos negativos da agroindústria quando de sua instalação em determinado ambiente. Esse debate deve ir além das narrativas preservacionista e conservacionista, que vem aparecendo desde os anos 70 do século XX. Isso porque se entende que as áreas devastadas e degradadas são feitas por “agentes específicos cujos papéis econômicos, *status* social, poder e influência são muito variáveis” (SOUZA 2019, p. 183).

Assim, as narrativas são criadas e entre elas está a de que o agronegócio pode alavancar a economia e, assim, promover o crescimento e o desenvolvimento em escala local, regional e nacional, mas novamente nota-se um discurso falacioso e que prima apenas para o capital em detrimento do ambiental, visto que o desenvolvimento não se restringe apenas ao Capital. Essas disputas culminam nos conflitos ambientais,²⁴ que tem uma área de influência que se expande para além do local, repercutindo também nas políticas públicas nos âmbitos regional e nacional.

²⁴ Para entender mais sobre as discussões acerca de termos como impactos e conflitos ambientais ou socioambientais ler *Ambientes e território: uma introdução à ecologia política*, de Marcelo Lopes de Souza.

O município de São Domingos (GO) possui uma receita de R\$ 38.354.090,58 assim distribuídos, como aponta a Figura 10

Figura 20 – Composição da receita com deduções



Fonte: TCMGO, 2022.

A despesa com gestão Ambiental é de R\$ 591.579,26 (2,9%) em relação à despesa total (TCMGO, 2021); além disso, que não se sabe quanto desse valor é destinado ao Parque Estadual Terra Ronca. Há um Projeto de Lei (PL) 33/2018 cujo objetivo é criar o Fundo de Desenvolvimento da Região Terra Ronca (Funter), que certamente beneficiará o PETeR, otimizando seu uso e tornando-o um produto turístico,²⁵ utilizando toda a potencialidade que há²⁶ nessa região, na qual um dos principais atrativos turísticos é o Parque Estadual Terra Ronca (GO). Nos termos do art. 4º, o Funter

[...] destinará os seus recursos para: incentivar a cooperação técnica e financeira nacional e internacional com os organismos privados e públicos de fomento ao turismo e de preservação da cultura da região de Terra Ronca; fomentar a comercialização dos produtos locais; para promover capacitação dos cooperados que desenvolvam produtos e atividades turísticas na região de Terra Ronca; realizar pesquisas locais para o desenvolvimento do turismo e de produtos da região de Terra Ronca; fortalecer a cultura da região por meio do turismo; e apoiar o desenvolvimento da cultura da região de Terra Ronca e a disseminação de atividades que promovam e protejam essa cultura. (MOKA, 2018, p. 2).

²⁵ O Parque Estadual Terra Ronca (GO) tem potencialidade para se tornar um produto turístico, quando poderá ser utilizado em toda a sua potencialidade, o que necessariamente seria fazer com que os ganhos por meio das visitas voltassem para a comunidade e os moradores de São Domingos (GO) se beneficiassem com produtos oriundos da imagem do Parque. Ainda, pode-se pensar que o maior conjunto de cavernas da América Latina tem um potencial para se tornar um dos produtos turísticos mais consumidos do Brasil.

²⁶ Para saber mais AGUIAR JUNIOR, Paulo R. F. **Avaliação da potencialidade dos atrativos ecoturísticos do município de São Domingos, Goiás**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

O Funter se mostra necessário para o incremento de atividades ligadas ao parque, e, com mais recursos voltados para essa região, a probabilidade de se tornar um dos grandes centro de atração turística do Brasil se torna real. Essa região, mesmo que possua uma relevo movimentado, também dispõe de recursos hídricos que são o “ouro azul” dos empreendedores de *commodities*. Contudo, ainda há caminhos árduos a serem percorridos pela tensão criada pelos defensores do agronegócio e um exemplo dessa disputa está na ausência do plano de manejo, que até este momento (03/2023) não foi criado. A visitação fica orientada pela Portaria n.º 220/2012 e pelo Plano Emergencial de Visitação do parque, que se mostra insuficiente para sua gestão.

Entre os projetos que poderiam ser executado no PETeR encontra-se a criação de controle de visitação, já que é proibida a entrada sem um condutor, entretanto, não há como coibir a visitação sem condutor, pois não há nenhum controle de acesso ao parque (Figura 20):

Figura 21 – Entrada do Parque Estadual Terra Ronca (GO)



Fonte: Aguiar, 2018.

A obrigatoriedade de se acessar o PETeR somente com condutor não se faz efetiva por não haver uma fiscalização pelo órgão competente, o que repercute na geração de receita. Falta também uma fiscalização nas cavernas do PETeR, o que fica outorgado aos condutores. As cavernas são um ambiente frágil, nas quais um delicado ecossistema interage. Para a Cecav (2020), “os organismos vivos (parte biológica) e os recursos abióticos (ar, rocha e água) agem de maneira harmônica e equilibrada, favorecendo que a reciclagem de nutrientes entre os

componentes seja evidenciada a cada momento”. O uso de capacetes com carburetos na exploração de cavernas, por exemplo, utilizados também pela atividade ecoturística, provoca a concentração de gás carbono na atmosfera do ambiente de caverna e promove danos a esse ambiente, como explicam Rocha e Galvani (2018). É possível encontrar condutores utilizando capacetes com carburetos na parte interna da caverna.

Além dos elementos citados, há outro elemento que causa impacto ao Parque Estadual Terra Ronca (GO): a criação de gado. A criação de gado em áreas protegidas gera ações pontuais como as ocorridas entre abril e maio de 2021, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na operação Cavus, na qual foi realizado mais de “17 autos de infração e aplicadas multas que somavam valores superiores a R\$ 100 mil” (SEMAD, 2021). Outras ações já flagraram ações clandestinas como retirada de árvores e formação de pasto e criação de gado em 2018. O desmatamento também é uma das formas que acoitam o PETeR, sendo alguns casos de causa antrópica e até criminosos. Em 2021, o parque foi atingido por um incêndio que destruiu mais de 7 mil hectares em São Domingos (BARBOSA, 2021).

Ações clandestinas como estas mostram que a região é um espaço de tensão constante, que tem o PETeR como o principal motivador, pois, devido a questões legais, a obrigatoriedade de sua preservação é imperativa. Ademais, evidencia também que o ecoturismo talvez não possa ser introduzido de forma adequada, pois com a atividade ecoturística se espera que a população seja sensibilizada com o potencial econômico por meio da conservação ambiental, incorporando esse sujeito na cadeia produtiva do *trade* turístico.

6.1 Resultados dos questionários

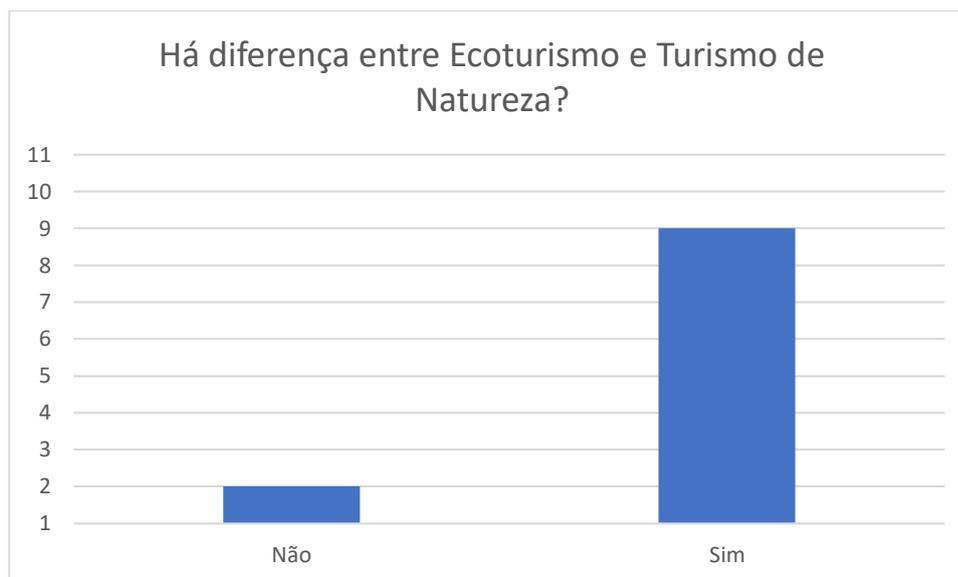
Os dados a serem analisados referem-se à parte quantitativa do respectivo trabalho, tendo como base a análise descritiva, cujo principal objetivo é resumir, sumarizar e explorar o comportamento dos dados. Os dados analisados foram coletados por meio digital, utilizando o *Google Forms* como meio de alcançar mais pessoas e disponibilizar, por mais tempo, o respectivo questionário, que ao todo continha 45 perguntas. O grupo a ser analisado foi aquele com envolvimento direto com a atividade turística no Parque Estadual Terra Ronca (GO), que auferiram ao todo 30 pessoas.

As perguntas presentes no questionário visam saber como os envolvidos no *trade* turístico veem esta atividade na UC PETeR, além de compreender se eles entendem a diferença entre ecoturismo e todos os outros segmentos do turismo ligados à natureza. Ressalta-se que as perguntas visam também compreender como essa unidade de conservação é vista pelos profissionais e se ela sofre alguma pressão antrópica que pode vir a prejudicar os principais elementos naturais que fazem do Parque um destino importante para o ecoturismo. A análise dos dados e, principalmente, das discussões acerca da atividade ecoturística estão alicerçadas nos autores que foram os principais interlocutores para este trabalho.

Ponto importante a se destacar é que os resultados apresentados, as respostas, não perfazem a totalidade do grupo para o qual fora aplicado o questionário, pois apenas 36% de um total de 30 pessoas respondeu o questionário, mesmo tendo ele ficado aberto por mais de dois meses. Mesmo não atingindo a totalidade do grupo, é importante apresentar os resultados daqueles que mostraram interesse em opinar sobre a atividade turística no Parque Estadual Terra Ronca (GO), sendo relevante frisar que a não resposta também é um resultado a ser analisado.

Do total de respondentes, 63,7% são do sexo masculino e 36,3% são do feminino, a média de idade é de 42 anos: o mais novo a responder o questionário tem 31 anos e o mais velho tem 58 anos. Em relação à ocupação, 72,8% trabalham como condutor e 27,2% em outra área do turismo (transporte, hospedagem e artesanato). Em relação ao tempo de trabalho desses profissionais, a média de tempo de trabalho fica em torno de 9 anos: a profissional com menor tempo trabalhando na atividade turística é a ligada ao artesanato.

Uma das perguntas norteadoras para compreender como os trabalhadores de turismo no PETeR entendem a atividade turística no Parque é se há diferença entre o ecoturismo e outros segmentos do turismo de natureza.

Gráfico 1 – Ecoturismo *versus* turismo de natureza

Fonte: Aguiar, 2022.

De acordo com as respostas dadas, 81,2% dos entrevistados acreditam haver diferença entre ecoturismo e turismo de natureza, e apenas 18,8% acreditam ser a mesma coisa. Além da resposta SIM ou NÃO, também se pediu para responder o motivo da resposta: aqueles que responderam sim apoiam-se, principalmente, na ideia de que no ecoturismo há conscientização ambiental das pessoas que visitam o Parque, além de também focarem na preservação/conservação ambiental. Já aqueles que responderam não haver diferença afirmam que ambos tem como objetivo a vivência ao ar livre com proposta inicial de estreitar a distância Homem/Natureza.

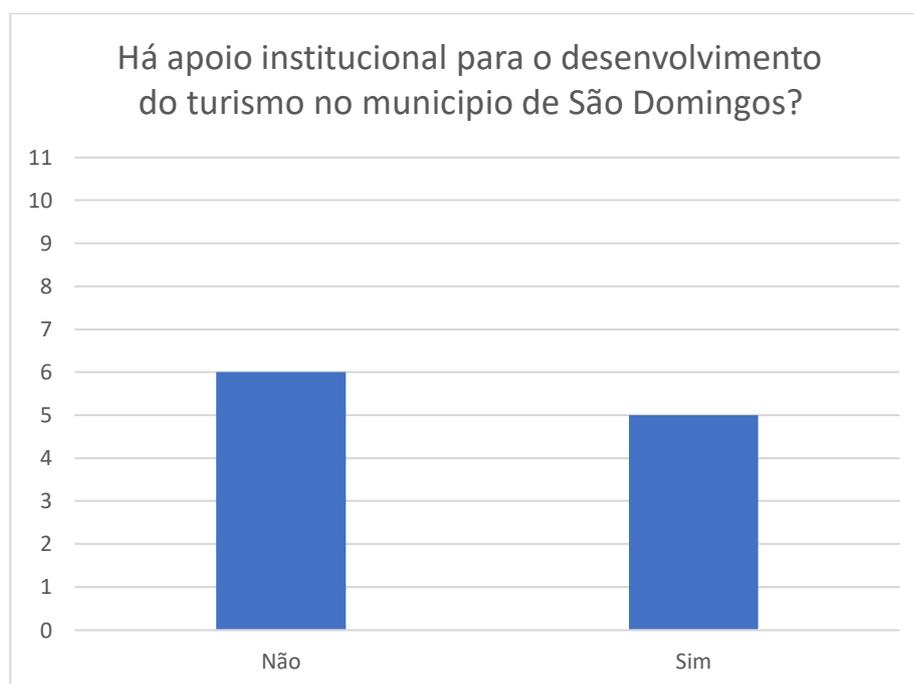
Essa pergunta oportuniza compreender se há uma distância entre aquilo apregoado por autores como Neil e Wearing (2001), Kinker (2002), Pires (2002), Rodrigues (2003) e Machado (2005), além da Lei n.º 9.985/2000 e da Lei n.º 14.247/2002. Nota-se, por meio da resposta da maioria, não haver um distanciamento do que a teoria propõe como prática saudável para a prática do ecoturismo e para que essa se distinga de outros segmento do turismo de natureza. A conscientização dos ecoturistas é algo que se busca alcançar para se ter, assim, uma extensão das vivências realizadas fora do seu habitat e, com isso, influenciar a mudança das atitudes em relação ao consumo e à percepção da natureza.

Outro aspecto importante a se notar é que mesmo quem afirma não entender haver diferença entre ecoturismo e turismo de natureza compreende como objetivo do ecoturismo a tentativa de aproximar o Homem da Natureza, contudo, não informa (mesmo havendo espaço para tal) como se dá essa aproximação. Pode-se inferir que esse pensamento esteja reduzido

apenas ao contato com a natureza, não proporcionando ao (eco) turista conscientização do uso dos elementos naturais como recurso e, assim, levando-o a consumir para além da questão imagética e a compreender como um ambiente saudável é importante e impacta a vida de todos.

Outra pergunta necessária para que o (eco) turismo seja desenvolvido refere-se ao apoio institucional pra o desenvolvimento do turismo no município de São Domingos (GO), entendendo, e corroborando com a literatura acerca do tema, segundo a qual as políticas públicas voltadas para o incentivo de proteção ambiental, bem como a criação de meios da população local participar do processo de consolidação da atividade turística, são indispensáveis para que se materialize o ideário acerca do ecoturismo.

Gráfico 2 – Apoio institucional



Fonte: Aguiar, 2022.

Esse questionamento, como já afirmado, é essencial para compreender a percepção dos envolvidos na atividade turística, neste caso, em São Domingos (GO), cujo principal atrativo turístico é o maior complexo cavernícola da América Latina. As respostas dadas em relação ao apoio institucional são bem equilibradas e aqueles que responderam NÃO estão em leve vantagem. Em relação à resposta SIM, pedia-se para justificar sua escolha e a contratação da mão de obra local foi uma das opções marcadas. Isso se deve à contratação de locais para combater incêndios que estão acontecendo mais frequentemente, conforme relatos de uma condutora. Entre aqueles que responderam NÃO, eles alegaram que a infraestrutura do PETeR,

quase inexistente, é muito precária e está mais voltada para a caverna Terra Ronca I, na qual há placa de sinalização, mapa de orientação e informações sobre pousadas.

Entretanto, com a realização do campo, chegando ao Parque por São Domingos (GO) e tendo ido até Guarani de Goiás, notou-se que a sinalização existente, quase nenhuma, está mais no sentido de Guarani do que em São Domingos, além de haver mais referência ao Parque neste município do que naquele. Outro ponto a se ressaltar é a falta de sinalização das cavernas liberadas para visitação, pois não há nenhuma na entradas das outras cavernas, a não ser Terra Ronca I. Sem um condutor, e sendo a primeira vez que se visita o PETeR, não há possibilidade de saber onde se situam as cavernas, além de não haver nenhuma informação sobre as trilhas até chegar-se às cavernas.

Não há pontos de apoio ao turista dentro do Parque, tendo apenas o povoado de São João Evangelista como auxílio para orientação e acesso à combustível e alimentação.

Vale ressaltar que ações públicas, como o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica brasileira (Probio), além do Projeto de Lei da Câmara (PLC) n.º 33/2018, cujo objetivo é a criação do Fundo Nacional de Apoio à Região a Terra Ronca (Funter), têm como finalidade a qualificação dos trabalhadores locais, o estímulo a produtos feitos pelos locais e a viabilização à cooperação entre privado e público. No entanto, isso parece não ser do conhecimento dos trabalhadores ligados diretamente ao turismo, pois não foi apresentada nenhuma dessas ações que estão em execução ou em andamento.

O Parque tem 23 anos de existência, mas esse período parece ser pouco em virtude da falta de ações públicas realizadas para otimizar o uso do PETeR para a atividade (eco)turística. Isso porque não há infraestrutura de acesso às cavernas, bem como não foi feita a regularização fundiária do Parque, bem como o plano de manejo. O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) querem que a Secretaria do Meio Ambiente (Semad) publique o cronograma atualizado de revisão do plano de manejo, incluindo a população local; para fazê-lo, devem convocar audiências públicas, reuniões e oficinas para garantir o acesso da população local. Ações como essa parecem ser um caminho a convergir com a inserção dos locais, a fim de garantir-lhes a possibilidade de se inserirem de forma a gerarem renda por meio das atividades (eco)turísticas.

Vale ressaltar que parece haver uma falta de participação na construção conjunta de uma proposta, ou até mesmo, de uma reflexão sobre a realidade atual do Parque, fato asseverado pela baixa participação na resposta do questionário sobre a atividade turística em São Domingos (GO), que não obteve 50% do total dos que tiveram a possibilidade de responder.

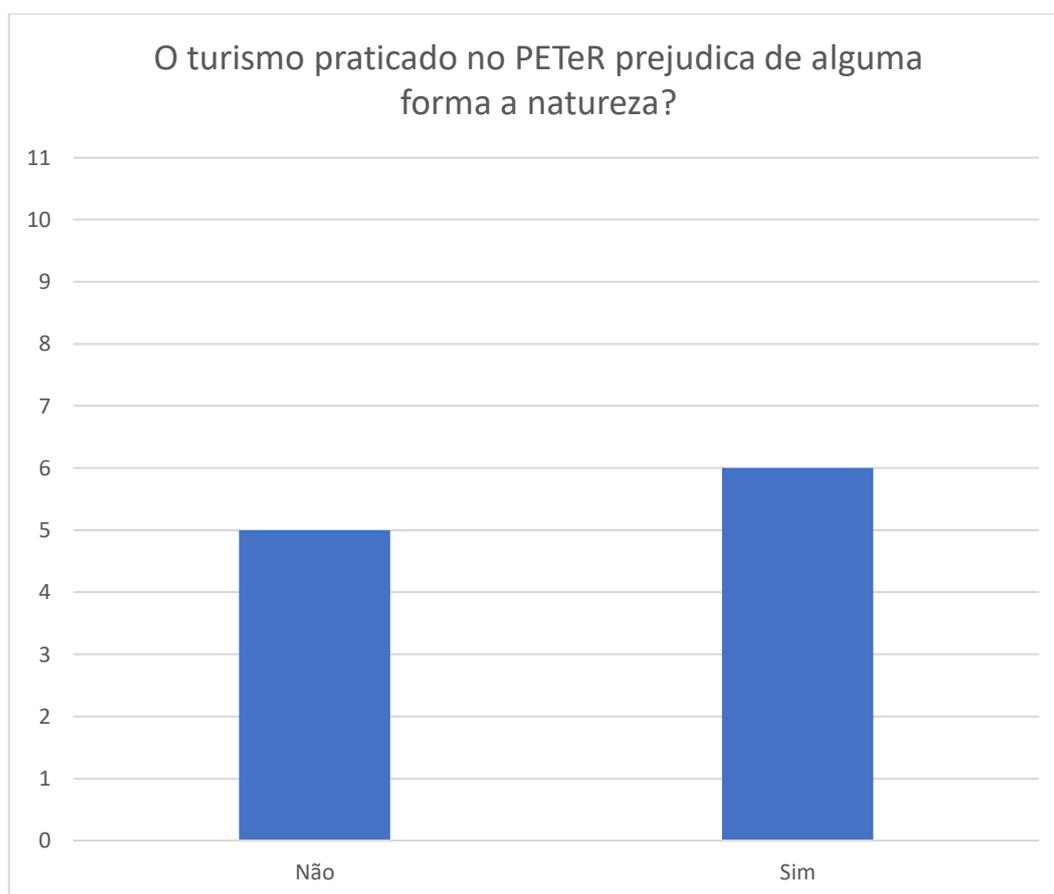
Outro ponto a ser percebido é que 100% dos que responderam ao questionário falaram que o turismo em São Domingos precisa ser melhorado, pois, para eles, a atividade turística é essencial para a composição da renda familiar.

Além dos pontos citados, há também uma rede precária no que diz respeito à comunicação. De acordo com dados apresentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2022), a operadora Vivo tem 7,13% da área coberta, sendo que ainda há diferença nos espaços de tecnologia 2G, 3G e 4G, a tecnologia 5G aparece como 0% de domicílios e áreas cobertas. Já a operadora TIM aparece com 8,01% de áreas cobertas, a operadora OI, com 0,58% de cobertura, a Claro, 3,60% de cobertura, e a Nextel, com 3,58% de área coberta; operadoras como Algar, Ligue e Sercomtel aparecem com 0% de área de cobertura, tendo sido a medição feita em junho de 2022. Desse modo, o uso tanto de “voz” quanto de “dados” diminui expressivamente quando há um afastamento das pousadas e povoados. A rede de comunicação está, certamente, inserida na melhoria da infraestrutura de São Domingos (GO), sendo importante para o desenvolvimento local, inclusive da atividade turística, contudo, não foi algo apontado como melhoria por nenhuma pessoa que respondeu ao questionário, tampouco como algo importante para o desenvolvimento do turismo.

Ademais, não foi encontrado nenhum Centro de Apoio ao Turista (CAT) na unidade de conservação, deixando ou outorgando aos condutores qualquer informação ou serviço que os turistas venham a precisar, não havendo nenhum mapa de localização, nem mesmo das cavernas abertas à visitação, que os condutores possam distribuir aos (eco) turistas.

Em relação à visitação no Parque Estadual Terra Ronca (GO), principal atrativo de São Domingos, foi perguntado se o turismo realizado no PETeR pode, de alguma forma, prejudicar a natureza. Nota-se, também, um equilíbrio nas respostas.

Gráfico 3 – (Eco)turismo predatório



Fonte. Aguiar (2022).

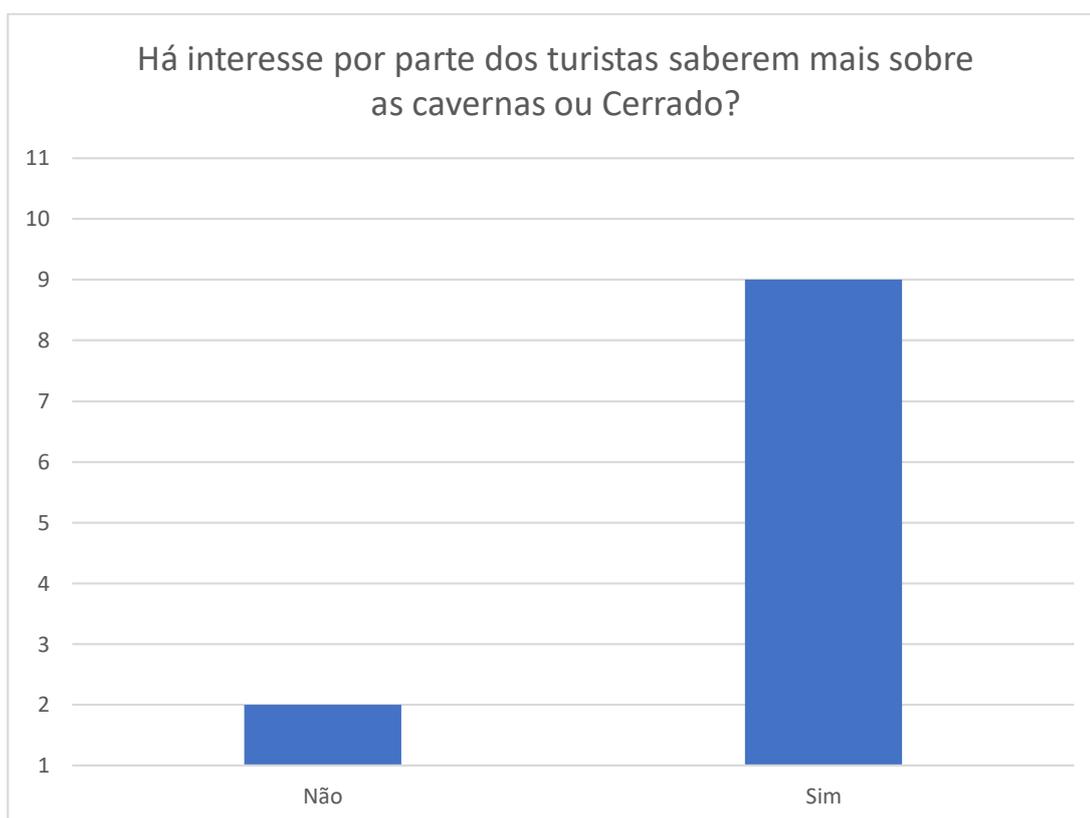
A pergunta exigia que o entrevistado justificasse sua resposta e, entre os que responderam NÃO, disseram que os condutores são bem treinados; por outro lado, os que responderam SIM justificaram sua resposta abordando o turista, alegando haver muita produção de lixo, muito barulho além dos *flashes* das câmeras. Para cada uma das justificativas o foco foi um elemento: enquanto um escolhe o turista, outro escolhe o condutor. A responsabilidade de orientar o turista é do condutor, porém, quando atribuída ao turista, percebe-se que o perfil deste na unidade de conservação não é o de ecoturista preocupado com suas ações em relação ao meio visitado.

Outro ponto abordado pelos que responderam SIM foi em relação a ter visitantes sem a contratação de condutores, mesmo havendo a obrigatoriedade da contratação deste. Essa observação feita por um dos entrevistados vai ao encontro da resposta dada – falta de apoio institucional –, uma vez que não haverá nenhum monitoramento por parte de agentes públicos na visitação do PETeR, pois não há barreira de controle na visitação das cavernas, que são os ambientes mais frágeis. Há de se apontar, ainda, haver condutores que utilizam capacete carbureto, que impacta de forma negativa o ambiente cavernícola.

A infraestrutura de apoio à condução dos turistas é feita pelos próprios condutores, sem o devido estudo de impacto ambiental, sem nenhuma licença ambiental, o que também evidencia a falta de apoio institucional ao (eco)turismo na unidade de conservação. Os impactos gerados na implementação de uma (mínima) infraestrutura por parte dos condutores vão de encontro com a atividade ecoturista.

Outra pergunta feita, relativa aos turistas que visitam as cavernas no município de São Domingos (GO), foi acerca do interesse de aprender sobre as cavernas ou sobre o Cerrado. Nessa questão, nota-se que, majoritariamente, os entrevistados afirmaram que SIM.

Gráfico 4 – Aprendizagem



Fonte: Aguiar, 2022.

Para aqueles que afirmaram que SIM, a justificativa foi que muitos (eco)turistas perguntam sobre a formação das cavernas, sobre a fauna e o Cerrado. O desejo de conhecer e aprender sobre a formação litológica, bem como os tipos de fitofisionomias, corrobora com a ideia do perfil de ecoturista idealizado e trabalhado por autores que discutem a atividade ecoturista, ou seja, alguém que busca informações durante o percurso do passeio. Ademais, há curiosidade sobre o altar construído na entrada da caverna Terra Ronca I, que provocou transformações na coloração das rochas e até mesmo quebra de algumas estalactites.

Em relação ao altar do Bom Jesus da Lapa (Figura 23), a Sra. Regina, primeira gestora do Parque, fala que, no início dos festejos, os romeiros chegavam a soltar fogos dentro da caverna, deixavam lixo dentro dela, colocavam som alto, entre outros elementos que prejudicavam a estrutura da caverna. Nesse sentido, a construção do altar na entrada da caverna arrefeceu os impactos em seu interior, uma vez que os romeiros, em sua maioria, ficam na entrada onde está o altar.

Figura 22 – Caverna Terra Ronca I



Foto: Aguiar, 2019.

Durante o campo foi possível perceber que a caverna Terra Ronca I é a que sofreu mais ações antrópicas em relação às outras cavernas abertas à visitação, conforme Portaria n.º 222/2012, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Essa caverna possui algumas infraestruturas, como: sinalização na entrada, passarela, informações sobre pousada na entrada e mapa do parque.

Os condutores, os que responderam que SIM, afirmaram passar informações sobre as formações rochosas das cavernas, tipos de plantas, além da história do nome do Parque Estadual Terra Ronca, sendo esta uma pergunta recorrente entre os visitantes. Os demais não souberam justificar sua resposta, colocando apenas NÃO na resposta.

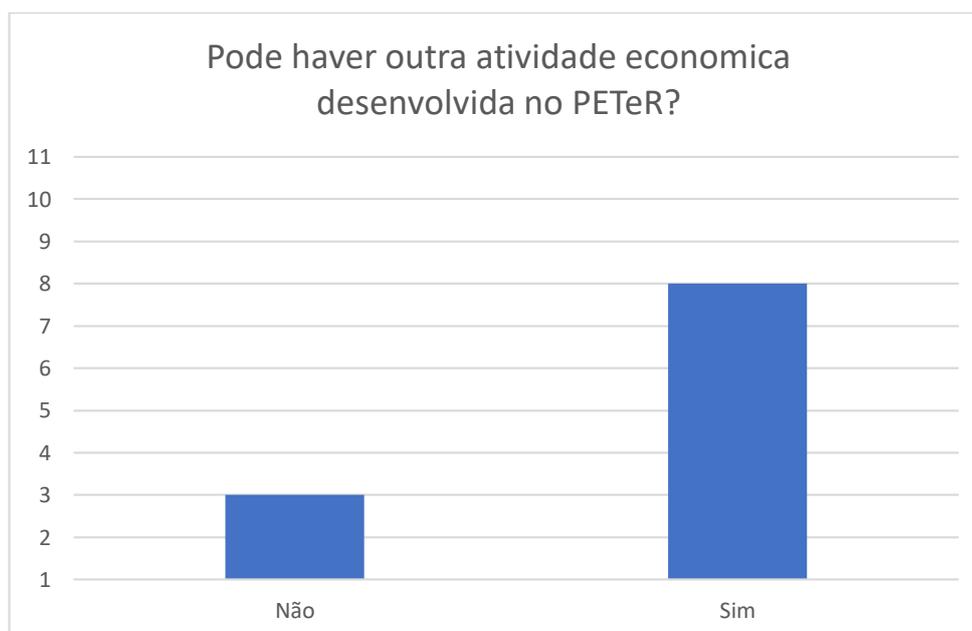
Essa pergunta pode se relacionar com a pergunta sobre a possibilidade de degradação ambiental que o turismo pode causar. Alguns dos entrevistados que responderam SIM (45,5%) sinalizaram que os turistas deixam lixo na caverna, utilizam capacete carbureto e tocam nas geoformas. Há certa contradição quando essas respostas são confrontadas com o interesse dos turistas pelo aprendizado sobre cavernas e o Cerrado, pois 81,8% dos participantes informaram haver um interesse no aprendizado sobre o ambiente visitado. Nesse sentido, pode-se inferir

haver uma ideia de que os visitantes têm cuidado para não degradar ou impactar de forma negativa o local visitado. Percebe-se, então, haver uma conexão nas perguntas, por parte dos entrevistados, entendendo-se, assim, que cada uma delas diz respeito a um aspecto da atividade turística. Entretanto, há uma conexão nas perguntas a fim de saber a consolidação dos aspectos que permeiam a atividade (eco)turística.

Não há um entendimento, pelo menos da amostra, sobre atividade (eco)turística, corroborando com o que Beni (2001) afirma, sobre a baixa profissionalização da atividade turística no Brasil, além da compreensão de paisagens de grande beleza cênica como produto turístico acabado. Esse pensamento ocasiona uma perda e um atraso na exploração de determinados espaços, que poderiam estar sendo usados pelo turismo e, por conseguinte, gerando (a possibilidade) de renda para os locais.

Por esse ângulo, uma pergunta foi feita a fim de compreender e expandir a ideia de transformar o PETeR em um produto turístico, agregando valor com outras atividades econômicas. A pergunta foi se, além das cavernas como fator principal de atração turística, poderia haver outra atividade econômica desenvolvida na unidade de conservação. A maior parte das respostas foi SIM:

Gráfico 5 – Atividade econômica do PETeR



Fonte: Aguiar, 2022.

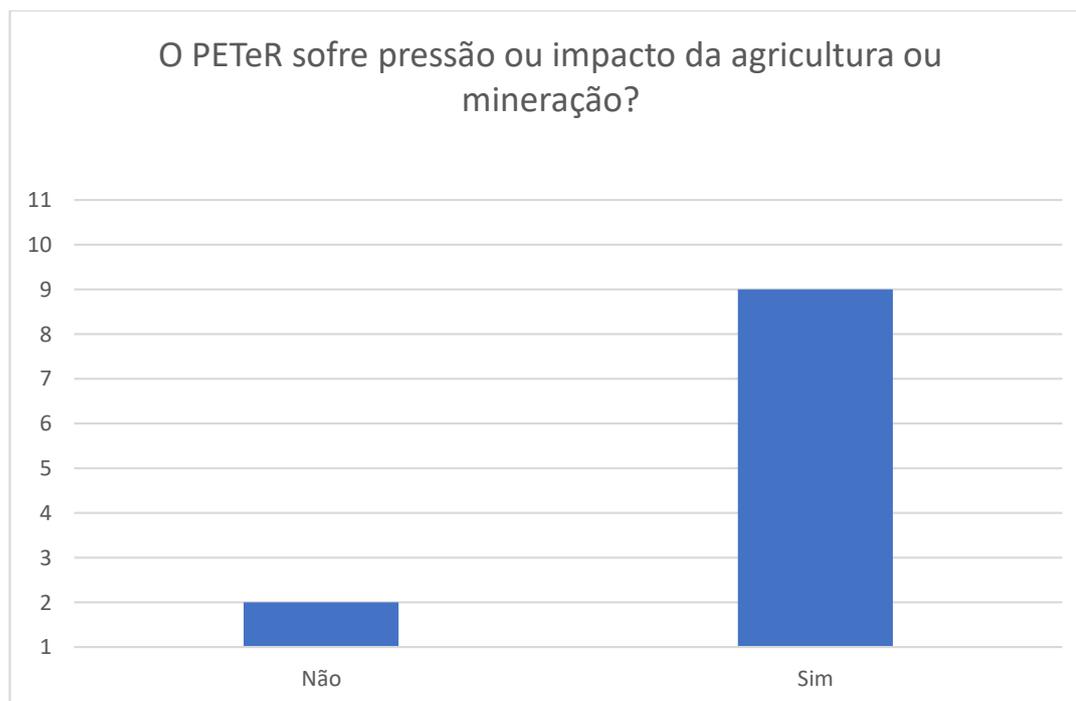
Grande parte das respostas, 72,8%, foi positiva, afirmando que poderia haver outras atividades econômicas além da atividade (eco)turísticas no Parque Estadual Terra Ronca. Isso leva a entender que há possibilidade e desejo de haver outras fontes de renda além da exploração

da atividade turística. Entre as respostas SIM, contudo, a atividade econômica que poderia ser desenvolvida na UC para 25% dos 72,8% é a agropecuária, o que também evidencia uma incompreensão acerca do que é uma unidade de conservação, bem como evoca o problema da regularização de terras, que, até a data de 07/11/2022, não fora realizada, tendo ainda a ideia do uso e da ocupação por meio da criação de gado e plantio extensivos.

Por outro lado, 75% das respostas SIM evidenciaram poder haver venda de artesanato inspirado nas cavernas e pinturas rupestres, desenvolvimento da apicultura, criação de selo próprio do PETeR, além de loja comunitária onde as pessoas das comunidades próximas exporiam seus produtos e compartilhariam a renda. Pensamentos como estes convergem com a prática ecoturística, sendo uma forma de geração de renda local, incentivo à conservação ambiental e cultural. Entretanto, para o desenvolvimento dessas outras atividades, o governo do estado de Goiás deveria apoiar a comunidade, com ações visando o aprimoramento das pessoas envolvidas ou aquelas que desejam se envolver com a atividade turística. Nesse contexto, como apontado pela amostra deste trabalho, para 54,6% não há apoio institucional para o desenvolvimento da atividade (eco)turística na região, outorgando, assim, à população local a criação de toda a infraestrutura para diversificação econômica oriunda do (eco) turismo.

Para realizar uma análise mais robusta acerca da atividade (eco)turística em São Domingos, mais precisamente na Unidade de Conservação Parque Estadual Terra Ronca, há de se ampliar os horizontes para questões não somente ligadas ao uso dos elementos ecoturísticos por parte do (eco) turista, e sim examinar e perceber seu entorno. Nessa perspectiva, buscou-se verificar se há problemas sociais e políticos que provocam desequilíbrio ambiental e, por conseguinte, comprometem a atividade turística na região. A pergunta feita para verificar a percepção dos entrevistados foi: você acha que o PETeR sofre pressão ou impacto por parte do avanço da agricultura, mineração ou pecuária? Essa pergunta foi feita em virtude de, em atividade de campo, ter-se observado haver um avanço da monocultura na região, além de haver criação de gado dentro do parque. Além dessa observação, a afirmação também é corroborada pelo Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2021 (RAD), o qual afirma que o Cerrado é o segundo bioma em desmatamento, tendo uma área de aproximadamente 30,2% de área desmatada (500.537 ha). E na fronteira do Parque é possível verificar, já nas imagens de satélite, como já apresentado neste trabalho, um avanço da monocultura.

Gráfico 6 – Impactos ambientais



Fonte. Aguiar, 2022.

Para 81,9%, há impactos de outras atividades no PETeR. Parte das respostas foram que as agressões ocorrem desde a criação do Parque, em 1989, e, atualmente, com a falta da regularização fundiária, os moradores continuam criando gado solto na UC, fato que impacta diretamente a compactação dos solos e, por conseguinte, a recarga de água. Por último, para os que afirmaram haver ações antrópicas que prejudicam o Parque, está o uso de agrotóxicos na agricultura intensiva, que pode prejudicar os rios.

Além disso, na região há um ecossistema frágil, que são as Veredas, que também sofre diretamente com as queimadas, o uso de agrotóxicos e a criação de gado. Juntamente com as observações sobre os pontos que prejudicam o Parque e seu entorno, vieram também a reafirmação, por parte dos 81,9%, de que essas práticas ocorrem por não haver um controle e o monitoramento dessas atividades.

Além da falta de monitoramento, do controle pelos agentes públicos, os ambientes frágeis como os cavernícolas ainda sofrem e ficam à mercê de um discurso economicista, no qual deseja-se privatizar os ganhos econômicos e socializar as perdas ambientais. Essa afirmação se faz diante da intenção do Decreto Federal n.º 10.935/2022 (BRASIL, 2022a), cujo texto autoriza intervenções em qualquer tipo de caverna, inclusive de máxima²⁷ relevância. Muitos grupos,

²⁷ As cavidades têm um “grau de relevância”, que pode ser classificado como máximo, alto, médio ou baixo, dependendo de seus atributos “ecológicos, biológicos, geológicos, hidrológicos, paleontológicos, cênicos, histórico-culturais e socioeconômicos, avaliados sob enfoque regional e local” (MUNHOZ, 2022).

porém, afirmam que esse decreto veio para beneficiar a atividade mineradora, e não com o objetivo de modernizar a legislação sobre o ambiente cavernícola. Essa afirmação pode ser compreendida a partir da nota da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), que se manifestou contrariamente ao novo Decreto e também destacou que, em nenhum momento de sua discussão, a SBE foi ouvida, afirmando ter essa normativa trazido vários retrocessos à legislação espeleológica, dentre eles:

- Permite que o órgão ambiental licenciador autorize a destruição total ou parcial de cavernas de máxima relevância por atividades ou empreendimentos considerados “de utilidade pública”, que não possuam alternativas técnicas e locais viáveis, que tenha viabilidade do cumprimento da medida compensatória e que os impactos negativos irreversíveis não gerem a extinção de espécie que conste na cavidade impactada (Inciso I, II, III e IV do Art. 4º);
- Exclui dos atributos que classificam uma cavidade subterrânea como de máxima relevância as condicionantes morfologia única, isolamento geográfico, interações ecológicas únicas, cavidade testemunho e hábitat essencial para preservação de populações geneticamente viáveis de espécies de troglóbios endêmicos ou relictos (§ 4º do Art. 2º);
- Possibilita que o empreendedor solicite a revisão, a qualquer tempo, da classificação do grau de relevância de cavidade natural subterrânea, independentemente do seu grau de relevância, tanto para nível superior quanto para nível inferior (§ 9º do Art. 2º);
- Possibilita que o empreendedor compense o impacto sobre uma cavidade subterrânea com a preservação de uma cavidade testemunho qualquer, sem ter o conhecimento sobre a real relevância desta caverna que está sendo preservada, pois o decreto atribui automaticamente máxima relevância, sem a exigência de estudos específicos (Art. 7º);
- Deixa aberta a possibilidade do Ministro de Estado de Minas e Energia e do Ministro de Estado de Infraestrutura realizar modificações em atributos ambientais similares da classificação de relevância e definir outras formas de compensação através de atos normativos (Art. 8º). (SBE, 2022, p. 1-2).

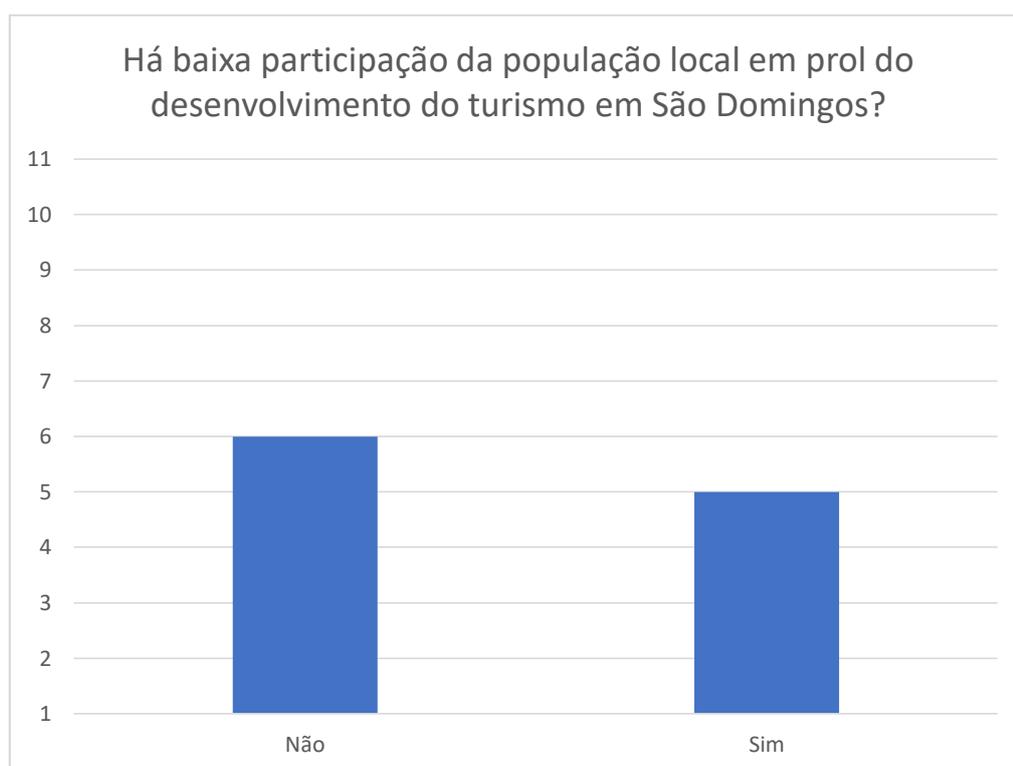
Percebe-se, por meio dos pontos apresentados pela Nota Pública da Sociedade Brasileira de Espeleologia, que as questões ambientais estão em segundo ou terceiro plano em governos neoliberais como o vivido entre 2019 e 2022, data do Decreto que foi parcialmente suspenso pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, em 24 de janeiro de 2022.

Além das ações particulares, há também a preocupação da institucionalização de degradação ambiental com a narrativa de explorar melhor as cavidades por meio do turismo, contudo, em uma análise mais acurada percebe-se que os grandes empreendimentos mineradores e do agro estão por trás, manipulando a opinião pública em prol do melhor aproveitamento dos elementos ambientais. Nessa perspectiva, o emprego da Ecologia Política na compreensão das narrativas ambientais, inclusive, a incorporação do prefixo eco para determinadas atividades, entre elas o turismo, faz ter-se a impressão, falsa, de que a atividade

desenvolvida naquele ambiente seja responsabilidade e desejo, principalmente, dos agentes públicos, pois sabe-se que a atividade turística – e o segmento eco – é um dos tipos de turismo que mais cresce no mundo.

Na próxima análise, as respostas mostraram haver uma clareza, pelo menos nesse aspecto, sobre como a população age em relação ao turismo no município de São Domingos. Perguntou-se se o entrevistado achava que havia uma ação conjunta da população local em prol do desenvolvimento do turismo em São Domingos (GO).

Gráfico 7 – Turismo em São Domingos (GO)



Fonte: Aguiar, 2022.

Nesse quesito, 54,55% responderam que NÃO, enquanto 45,45% disseram que SIM. As respostas podem ser analisadas de várias formas, a começar pela baixa participação das 30 pessoas possíveis para responder ao questionário, lembrando que o questionário foi feito por meio do *Google Forms* e ficou disponível por mais de 2 meses e meio para respostas. É possível entender, no entanto, a possibilidade de se pensar que sua participação (ao responder ao questionário) não vai mudar em nada a realidade local, sendo esta uma constante ouvida durante o campo, além do condutor, por aqueles que trabalham na pousada.

Ao mesmo tempo que a disponibilização por internet do questionário pode ser um ponto positivo, também pode servir como impeditivo. Isso porque poderiam alegar que não tinham

acesso a *smartphone*, computador ou *notebooks*, contudo, as perguntas também foram enviadas para as 30 pessoas por meio de um *link* no grupo de *WhatsApp*, todos profissionais de turismo que trabalham na região, além de ter sido conversado pessoalmente com alguns.

A falta de envolvimento da população local, precisamente dos profissionais do *trade* turístico, mostra uma falha na condução de tornar o turismo em São Domingos, de acordo com Aguiar (2019), em um produto, principalmente sendo com a chancela eco. A participação da população local é primordial para que esse tipo de produto seja de fato um turismo voltado para a sustentabilidade, e não turismo transmutado para o turismo de massa. Krippendorf (2001, p. 21), em uma de suas discussões acerca do turismo, apresenta sua compreensão acerca do turismo e de sua transformação, afirmando que “devemos, antes de mais nada, dominar o mecanismo de seu funcionamento, antes de determinar os meios de controlá-lo, modificá-lo e aperfeiçoá-lo”. Compreender seu funcionamento é participar, de forma ativa, na formação do respectivo produto, neste caso, o ecoturismo em São Domingos, tendo como principal atrativo o Parque Estadual Terra Ronca. A participação, seja por meio de preenchimento de questionários, participação na elaboração do plano de manejo e/ou por meio da capacitação é uma forma de desejar mudanças na atividade turística.

De acordo com o Art. 180 da Constituição Federal (CF) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, entretanto, a compreensão e a transformação do produto eco é indispensável para que a população local e, principalmente, os que estão ligados diretamente a esse produto turístico participem, a fim de unir os saberes tradicionais e o conhecimento formal com o objetivo de promover e incentivar o turismo a CF prevê.

Vale ressaltar que o resultado desta pergunta é exatamente igual ao da pergunta sobre apoio institucional, levando a entender que o desenvolvimento do produto turístico é de responsabilidade, apenas, do estado de Goiás. Isso também vai de encontro a outra resposta dada pelo grupo que respondeu ao questionário, na qual 72,8% explicaram que poderia haver outras atividades econômicas ligadas ao ecoturismo, além da visita ao Parque.

As análises sobre a pergunta de ações conjuntas da população local em prol do desenvolvimento do turismo em São Domingos (GO) tem de passar, também, pela falta de dados, ou seja, pela falta de interesse em participar da pesquisa sobre o Turismo nesse município, uma vez que a visão de autóctones e suas atividades são de importância ímpar para a compreensão de como se está fazendo (eco)turismo nesse lugar. Ademais, o principal elemento de atração dos (eco)turistas é o cuidado, e, portanto, por ter sido a unidade de conservação criada em 1989, com 33 anos de existência, e sendo o maior complexo cavernícola

da América Latina, pensar-se-ia que haveria um maior apoio institucional para o seu desenvolvimento, assim como dos profissionais ligados (diretamente). No entanto, pelo menos dentre a amostra de 30 profissionais – entre eles artesão, condutor e meio de hospedagem – não há uma identidade que objetive ou faça com que se sintam na obrigação de cooperar com pesquisas em relação ao desenvolvimento do turismo em São Domingos (GO).

Por fim, é preciso, também, saber se há, além das cavernas do Parque, outros atrativos a serem visitados e demandados pelos (eco) turistas. A resposta foi quase unânime e, para 90,9% dos que responderam ao questionário, São Domingos (GO) possui, além do conjunto de cavernas, outros atrativos buscados pelos turistas, a saber: cachoeiras, veredas, pintura rupestre, trilhas, mirantes e boia *cross*. Essa pergunta tem por objetivo saber se o turismo praticado em São Domingos (GO) tem como exclusividade as cavernas ou outros atrativos, isso porque, se fossem apenas as cavernas, poderíamos enquadrar o segmento de turismo como espeleologia, mas, como os turistas buscam uma diversidade de atrativos, mesmo as cavernas sendo o mais requisitado, se exclui a questão de que São Domingos (GO) receba mais o segmento do espeleoturismo do que outros ligados à natureza.

Vale ressaltar que o mirante apresentado em algumas respostas não possui nenhuma infraestrutura e apoio ao turista, além de um agravante: a falta de segurança. Um dos mirantes que tem uma vista deslumbrante do Cerrado goiano e do Parque, figura 24(c), fica acima da caverna Terra Ronca I e, que acessado por uma trilha, sem nenhuma informação sobre dificuldade ou obstáculo, tampouco sobre fauna e flora. Quando se chega ao ponto final, percebe-se que o mirante é um espaço onde os condutores levam os (eco) turistas para verem o Cerrado e o Parque, entretanto, não há marcação de onde se pode ou não ficar, bem como limites até onde chegar.

Figura 23 – Outros atrativos turísticos em São Domingos (GO)



Fotos: Aguiar Junior e Barros, 2022.

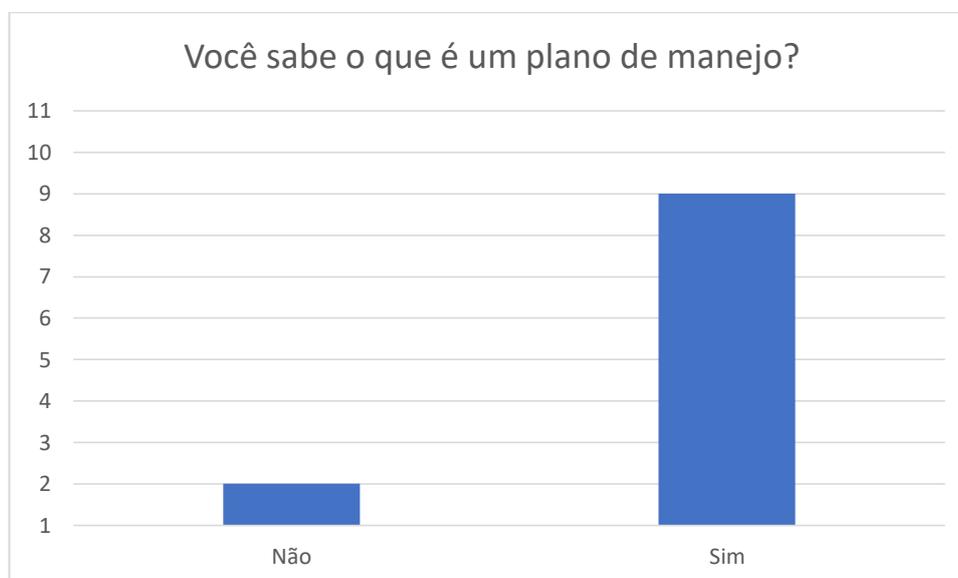
Para se chegar à cachoeira das Palmeiras, figura 24(d) foi necessário efetuar o pagamento de R\$10,00 (por veículo) para cruzar uma propriedade particular, sendo que não há nenhuma infraestrutura oferecida ao (eco)turista. No primeiro estudo de campo, realizado em 2019, aconteceu um imprevisto em relação ao carro: passamos por um afloramento que rachou e acabou quebrando o protetor do carter do carro. Sem nenhuma comunicação, não houve a possibilidade de chamar um mecânico e tampouco o condutor tinha experiência mecânica para arrumar. Foi uma turista com quem estávamos fazendo o passeio que ajudou a arrumar, de modo a que conseguíssemos finalizar o passeio. Quando chegamos à pousada, uma das responsáveis pela hospedagem já estava se preparando para percorrer o caminho e verificar o ocorrido.

Além desse incidente, em relação à cobrança de R\$ 10,00 para ir à cachoeira, há, atualmente uma cobrança de outros R\$ 10,00 para entrar tanto na Terra Ronca I como na Terra

Ronca II; porém, essa cobrança não é realizada por todos em virtude de alguns dela discordarem. Essa divergência relativa à cobrança na entrada das respectivas cavernas evidencia haver uma forma distinta de entender a atividade (eco)turística no Parque. Pode-se perceber, dessa forma, que a ação colaborativa e conjunta para desenvolver um produto ecoturístico está longe de acontecer, visto esta que se pode ter a partir da falta de interesse em responder a um questionário.

O processo de avaliação da percepção dos entrevistados passou também pelo entendimento de uma ferramenta imprescindível para salvaguardar a unidade de conservação, sendo esta obrigatória para todos os parques: o plano de manejo. A pergunta foi: “você sabe o que é um Plano de Manejo? Se SIM, fale alguns pontos que constam no Plano”.

Gráfico 8 – Plano de manejo



Fonte: Aguiar Junior, 2022.

Quase todos da amostra responderam saber o que é um Plano de Manejo, apenas 18,18% responderam que não. Contudo, quando foi-se analisar os pontos que continham, apenas 3,66% dos que responderam SIM souberam apontar elementos existentes no plano de manejo; os outros deixaram essa parte da resposta em branco. No entanto, o plano de manejo (PM) é um documento “necessário e requisitado a toda UC brasileira, que deve ser desenvolvido em até 5 anos a partir de sua criação e ser renovado periodicamente, a cada 5 anos” (MURER; MACHADO; PIVELLO, 2018, p. 21). A Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Terra Ronca (GO) não possui um PM, apesar de a Lei Ordinária n.º 14.247/2022, em seu art. 24, dispor que as UC devem tê-lo. Vale ressaltar que a criação do Parque deu-se em

1989, pela Lei n.º 10.879/1989, e não há menção da expressão plano de manejo, nem nos Decretos n.º 4.666/96 e n.º 5.558/2002, declarando o primeiro essa área como de Proteção Ambiental, nos Municípios de São Domingos e Guarani de Goiás, região que delimita, e dando outras providências, enquanto o segundo declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica e dá outras providências.

Com a falta do plano de manejo, mesmo que haja leis complementares para regularizar a atividade econômica e o processo de regularização de terras, não há uma extrapolação para além dos limites do Parque, ou seja, não há a criação da Zona de Amortecimento (ZA), como estabelece o art. 2º do SNUC, inciso XVIII, assim definindo-a: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Há uma ação deliberada para retardar a criação do PM nessa região, uma vez que há uma forte pressão do agronegócio e de mineradoras para diminuir a proteção ambiental.

De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil – RAD 2021 – houve um crescimento no desmatamento em Unidades de Conservação de Proteção Integral – Parque Estadual – como aponta a tabela a seguir:

Tabela 8 – Área desmatada (hectares) por tipo de unidade de conservação no Brasil, em 2019, 2020 e 2021

Unidade de Conservação	2019 (ha)	2020 (ha)	2021 (ha)
Parque Estadual	1.205	1.293	4.812

Adaptado: RAD, 2022.

Entre as UC que sofreram mais desmatamento por área, o Cerrado figura em 2º (segundo), perdendo apenas para a Amazônia, como aponta o RAD 2021.

Tabela 9 – Alertas com sobreposição total ou parcial com unidades de conservação em cada bioma e no Brasil, em 2021

Bioma	Número de Alertas em UC	Área Desmatada em UC (ha)	% número total de alertas	% área total desmatada
Amazônia	5.277	122.818	11,3%	12,6%
Cerrado	428	35.772	6,2%	7,1%
Caatinga	621	6.737	5,8%	5,8%
Mata Atlântica	296	1.567	5,7%	5,2%
Pampa	1	2	0,6%	0,1%
Pantanal	-	-	0,0%	0,0%
Brasil	6.623	166.895	13,2%	10,1%

Adaptado: RAD, 2022.

Mesmo com todo o arcabouço legal que assegura a proteção ambiental sobre as unidades de conservação, o avanço do desmatamento foi concreto e novamente se evoca a Ecologia Política para avaliar e refutar as narrativas de conservação. O Cerrado brasileiro foi, do ponto de vista institucional, projetado há anos para ser o celeiro de grãos do Brasil e do mundo; isso não está vinculado à política de esquerda ou de direita, pois mesmo em um governo considerado mais à esquerda no Brasil houve um incentivo para desmatamento, expandindo as fronteiras agrícolas, consolidando o Matopiba,²⁸ como uma região importante no cenário do agronegócio, na qual a presidenta Dilma Rousseff “elogiou os produtores rurais pela luta diária e importância da nova fronteira agrícola do país” (TOCANTINS, 2015).

Logo, percebe-se que o controle do desmatamento deve ser feito dentro de uma lógica de demanda econômica, e não ambiental, ou até mesmo as duas juntas. Os dados apontam para uma dura batalha para salvaguardar ambientes frágeis como o Cerrado brasileiro e suas unidades de conservação, diante do avanço do agro e da mineradoras.

Por último, foi deixado um espaço para sugestão, alguma observação sobre a atividade (eco)turística no PETeR e em São Domingos (GO), porém, mesmo entre aqueles que responderam ao questionário, houve quem não fizesse nenhuma observação, deixando o espaço em branco. Seguem as observações realizadas:

Vejo no ecoturismo a possibilidade de desenvolvimento econômico da região.

Na pergunta 23 eu sei o que é plano de manejo, mais o que existe no plano de manejo eu desconheço porque ainda não foi concluído o plano de manejo. Quando não resolver a questão fundiária do parque sempre vai gerar conflitos e transtornos.

Tem qui [sic] ter melhorias nas estradas q [sic] da [sic] acesso ao peter, tipo na GO108, mais cursos de capacitação dos condutores locais!!!

Maior fiscalização nas cavernas.

Melhorias na infraestrutura no acesso aos atrativos.

Algumas das observações estão contemplada nas perguntas do questionário e alguns fizeram questão de reafirmá-las, mostrando, assim, que esses pontos precisam de atenção especial para o desenvolvimento do (eco) turismo em São Domingos (GO). Interessante notar que, na observação, foi apontado, pela primeira vez, um problema que afeta drasticamente o

²⁸ O Matopiba é formado por parte dos municípios dos estados do Maranhão (33%), Tocantins (38%), Piauí (11%) e Bahia (18%). A região (conforme IBGE/Conab) foi responsável por 9,7% da produção de 201,5 milhões de toneladas de grãos prevista para o País na safra 2014/2015, e um Produto Interno Bruto estimado, com base nos dados do IBGE/2010, em R\$ 53,4 bilhões. Abrange 337 municípios, num total de 73 milhões de hectares (TOCANTINS, 2015).

nordeste goiano e, por conseguinte, a atividade turística, que é a melhoria das estradas na região norte e nordeste de Goiás, principalmente no período chuvoso, como mostra a reportagem do jornal O Popular, cuja manchete é “Chuvas na Região Nordeste de Goiás preocupam gestores” (LONGO, 2022). A preocupação com a infraestrutura, principalmente a rodoviária, se intensifica ou é lembrada, principalmente, no período chuvoso em Goiás, que tem impacto maior principalmente nas já citadas regiões. Outro aspecto apontado na observação é a falta de fiscalização nas cavernas, que faz com que (eco)turistas toquem nas estalactites, se debrucem sobre geofomas frágeis, entre outras ações que prejudicam a manutenção e a conservação desse ambiente.

A busca por uma percepção do (eco)turismo em São Domingos (GO) que extrapole as anotações de caderneta, bem como uma presumível hipótese da atividade (eco)turística, oportunizando aos locais, principalmente aqueles que trabalham diretamente ligados à atividade turística, proporcionou elucidar alguns equívocos alardeados por discursos ambientais, até mesmo de um sentimento despojado da realidade.

Ao longo da criação do questionário, somando-se aos estudos de campos realizados, muitas vezes regados a café e a uma prosa boa, pensou-se que as pessoas estavam ávidas para dar sua opinião sobre algo tão próximo e que muitas vezes proporciona experiências inimaginadas. Pensando na importância da palavra, escrita ou falada, para proclamar as urgências coletivas, ao perceber a ausência delas, nota-se que ainda há muito a se fazer. A urgência de se apresentar aos trabalhadores ligados ao *trade* turístico e mostrar a importância a participação local para a construção de um produto é imprescindível. Sabendo que esse papel cabe, principalmente, ao Estado, isso é questionado também por meio daqueles que não quiseram responder a respeito da eficácia de suas ações.

Há de se fazer, contudo, uma separação importante entre as ações públicas voltadas para a atividade turística, pois, como afirma Carvalho (2015, p. 21), há evidências “de um embrião de uma política no estado voltada para o turismo desde a década de 1960, com claro registro de ações de caráter público planejadas e destinadas a promover municípios com detectado potencial turístico”. A autora ainda continua explicando que é preciso haver, ainda hoje, “[...] uma atribuição supervalorizada à espontaneidade do desenvolvimento turístico nos destinos goianos, a análise histórica comprova que o Estado nacional federal é o protagonista” (CARVALHO, 2015, p. 22). Essa afirmação mostra que a esfera nacional é a principal promotora do desenvolvimento turístico, e, conseqüentemente, entende-se a importância de as instituições públicas intervirem nessa organização e promoção do produto turístico. Dessa forma, torna-se mais evidente a ineficácia do governo goiano na elaboração de um produto

turístico envolvendo a Unidade de Proteção Integral Parque Estadual Terra Ronca (GO) para, assim, utilizar a potencialidade que essa região possui, como afirma Aguiar (2019).

A auto-organização idealizada não é suficiente para transformar o potencial turístico em produto turístico, contudo, a participação local é fundamental para que este (produto) consiga atender as demandas locais: ecológica, social, cultural e econômica e, assim, o turismo consiga ajudar a transformar a vida das pessoas inseridas na atividade turística. Logo, o silêncio de muitos demonstra que participação ativa no processo de compreensão da atividade turística está longe de acontecer, assim como foi e ainda é um tempo considerável, mais de 30 anos, para resolução das questões fundiárias no PETeR e incremento de infraestrutura turística para contribuir de forma significativa na vida da população local.

Um exemplo de intervenção Federal em UC que possibilita enxergar o quanto o turismo pode impactar de forma positiva é o monitoramento das UC, inexistente em Terra Ronca (GO). Tendo como base de comparação uma UC Federal, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Tabela 11), percebe-se que, em relação à economia, o turismo impactou de forma positiva, inclusive ajudando na fixação de pessoas e diminuindo o fluxo migratório interno.

Tabela 10 – Dados do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Unidade de Conservação	Visitação 2015	Total de Gastos Visitantes	Total Vendas	Total Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego
Parna da Chapada dos Veadeiros	56.629	R\$4.007.961,00	R\$12.740.702,00	R\$3.342.199,00	R\$4.623.102,00	135

Fonte: Adaptado de Souza *et al.* (2017).

De acordo com os estudo de Souza *et al.* (2017), as unidades de conservação contribuíram de forma significativa para a geração de renda local e regional; ademais, somente fora feito o levantamento nas UC federais, visto que elas possuem monitoramento da atividade turística. No caso do Parque Nacional (Parna) da Chapada dos Veadeiros, o total de empregos diretos foi de 135 e quase 2% da população²⁹ trabalha com atividade turística. Além do exemplo regional (estado de Goiás), há também outros exemplos, como aponta a Tabela 12:

²⁹ A população de Alto Paraíso, de acordo com o censo de 2010, era de 6.885, tendo uma densidade populacional de 2,65 hab./km² (IBGE, 2022).

Tabela 11 – Dados dos Parques Nacionais

Unidade de Conservação	Visitação 2015	Total de Gastos Visitantes	Total Vendas	Total Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego
Parna da Tijuca	2.945.355	R\$449.137.184	R\$1.677.773.181	R\$443.147.805	R\$612.408.226	17.630
Parna do Iguaçu	1.642.093	R\$278.111.439	R\$1.078.610.706	R\$287.477.062	R\$396.913.277	11.598
Parna de Jericoacoara	780.000	R\$55.203.720	R\$175.488.662	R\$46.034.984	R\$63.677.968	1.864
Parna de Brasília	294.682	R\$49.908.522	R\$193.562.216	R\$51.589.231	R\$71.228.121	2.081
Parna da Serra dos Órgãos	217.372	R\$36.814.991	R\$142.781.052	R\$38.054.765	R\$52.541.380	1.535

Fonte: Adaptado de Souza *et al.* (2017).

Os dados trazidos por Souza *et al.* (2017) mostram novamente que os valores gerados por meio da atividade turística são animadores, contudo, dados como os apresentados em relação à atividade econômica não são facilmente encontrados em unidades de conservação estaduais, como o Parque Estadual Terra Ronca (GO). Isso corrobora com a afirmação feita por Carvalho (2015), de que há ações planejadas e organizadas em âmbito nacional, mas isso não se estende aos âmbitos estaduais e municipais.

Dessa forma, a partir das ações do estado de Goiás, bem como do silêncio dos locais envolvidos com a atividade turística, entende-se porque a diretoria do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) colocou São Domingos (GO), em 2022, como um dos Municípios com Potencial Turístico (MPT), e não como Municípios Turísticos (MT), de acordo com a Deliberação Normativa (DN) n.º 432, de 28 de novembro de 2002 (EMBRATUR, 2002). Mesmo tendo o maior conjunto cavernícola da América Latina, situado no Parque Estadual Terra Ronca (GO), e com uma diversidade de paisagens ligadas ao Cerrado, procurada por uma demanda global que cresceu mais a partir dos anos 1980, como aponta Carvalho (2015).

Os dados e a falta deles levam a entender que há uma incompreensão acerca do ecoturismo, ou seja, do que é o ecoturismo e do que o diferencia de outras atividades turísticas ligadas à natureza. Chega-se a essa conclusão a partir das contradições das respostas dadas da amostra, evidenciando, também, uma urgência na intervenção estatal, de modo a oportunizar uma compreensão do processo e do segmento ecoturístico, de modo a salvaguardar o ambiente e a cultura e transformar a narrativa da prática sustentável em sustentabilidade, visando o desenvolvimento por meio do pensamento da equidade, igualdade e solidariedade para todos os envolvidos.

Além da incompreensão conceitual percebida nas respostas dos questionários e durante as conversas com os condutores do Parque, que poderia ser sanada pelo apoio institucional (Estado de Goiás), há também a ausência do Governo do Estado de Goiás, que se mostra,

principalmente, na Unidade de Conservação de Proteção Integral. Não há plano de manejo para o PETeR, monitoramento da entrada de (eco)turistas nas cavernas, sinalização para entradas das cavernas (exceto Terra Ronca II), placas informativas sobre os elementos naturais ou geoformas, *folders* informativos sobre os atrativos, entre outros elementos obrigatórios para a atividade ecoturística. Ademais, há uma degradação ambiental no bioma Cerrado que avança para as Unidades de Conservação e compromete drasticamente os possíveis produtos turísticos.

7 CONCLUSÃO

A importância dos estudos acerca da atividade turística se torna cada vez mais necessária, uma vez que tal prática registra valores como US\$ 267 bilhões, em 2019 (CALIXTO, 2022), para a América Latina, e R\$ 136,7 bilhões, para o Brasil (BRASIL, 2019). Para além das relações econômicas promovidas pelo turismo, este também impacta outros setores, como cultural, social e ecológico, e, em cada um desses conjuntos, o turismo provoca impactos e efeitos diferentes, de acordo com o espaço no qual se desenvolve. Grande parte dos primeiros estudos relaciona-se com a geração de renda e sua importância no PIB, contudo, com os desdobramentos de sua atividade, ou seja, com a criação de tantos segmentos devido à demanda do mercado, bem como as narrativas globais, os estudos também foram se diversificando e abrangendo uma análise mais ampla dos seus impactos e efeitos no espaço.

Para uma análise das ações da atividade turística no espaço se fez necessário apresentar ao leitor a caminhada, mesmo de forma resumida, das transformações dessa área ao longo dos anos, além das condições que levaram o turismo ao que conhecemos hoje. Ainda, intentou-se trazer um escopo teórico alicerçado na ciência geográfica, que, como o turismo, se preocupa com as repercussões antrópicas nos espaços. Isso porque a Geografia possui um lastro maior para convergir conteúdos sociais com os físico-naturais, contribuindo, dessa forma, para as reflexões acerca da atividade turística.

Para essa caminhada teórico-conceitual primeiramente foi necessário dialogar com autores como Barreto (2003), Beni (2001), Trigo (1998), Dias e Aguiar Junior (2002), Camargo (2007), Pires (2001) e Fridgen (1990), apenas para citar alguns dos autores que se debruçam sobre as discussões sobre turismo. Pode-se perceber que há certa confluência entre as narrativas, às vezes entrando nas incertezas, como, por exemplo, no turismo de negócios: aqui, para uns não há turismo de negócio, enquanto para outros sim. A divergência encontra-se na motivação da viagem: lazer, mas há um ponto de inflexão para todos, que a Revolução Industrial foi fundamental para que o turismo se desenvolvesse. E foi justamente a partir da Revolução Industrial que a noção de tempo livre e a criação de uma classe média (SANTOS, 2014) fez com que o Turismo tomasse outra dimensão. As transformações socioespaciais e o incremento dos fluxos e fixos fizeram com que essa atividade se tornasse um elemento estratégico para o crescimento econômico de todo o globo.

Analisar as transformações espaciais que alavancaram a atividade turística é também um mergulho na história brasileira, como observa Camargo (2007) ao apresentar as transformações nos espaços de São Paulo e Rio de Janeiro, o que ajudou a tornar ambas as

idades campeãs dos destinos turísticos, claro que acentuado pelo *marketing* desenvolvido para São Paulo, como a “Cidade que nunca para”, e Rio de Janeiro, como “Cidade Maravilhosa”. Sem embargo, fato é que o turismo se apropriou muito bem do processo de urbanização e modernização dessas duas cidades para que ambas postulassem os postos de cidades mais visitadas do Brasil. Os diálogos profícuos acerca da modernização urbana, além da imagem construída do País pelas cartas dos viajantes (SCHWARCZ; STARLING, 2018), fizeram com que se criassem certos estereótipos que acompanham ou acompanham o Brasil até hoje, como, por exemplo: cidade do carnaval, que traz um apelo sexual, como aponta Kajihara (2010), criado pela própria Agência Brasileira de Turismo, nos anos 1970.

O foco da divulgação do produto Brasil como um destino de sol e praia, com ênfase no corpo feminino, fez com que outros segmentos do turismo não conseguissem os investimentos necessários para seu desenvolvimento e crescimento. Logo, os destinos litorâneos continuaram sendo os que sentiam e recebiam mais investimentos em infraestrutura turística.

Outro ponto a ser observado em relação ao turismo sol e praia é que esse segmento intensifica o turismo de massa, sendo ele o causador de grandes impactos negativos, principalmente cultural, social e ecológico. Krippendorf (2001, p. 55) aponta que o turismo de massa, com uma “motivação egocêntrica[,] determina um outro aspecto característico de seu comportamento[,] pelo qual a viagem tende a tornar-se um fenômeno agressivo, abusivo e colonialista”. O turismo de massa, cuja economia reina soberana sobre os valores, elementos naturais e políticas do Estado, faz com que algo – o turismo – que pode trazer benefícios econômicos, e, por consequência, reverberar em outros setores, acabe por causar exclusão socioambiental.

O turista de massa não está interessado em apreender nada sobre a região visitada, sendo o núcleo receptor apenas mais um lugar a ser visitado, a ser contabilizado, como ocorre, principalmente, com o turista de sol e praia, e se esconde, como explica Krippendorf (2001), no lado sombrio da indústria do sol. Isso é intensificado pelo *mass media*, por meio do qual são apresentadas centenas de mensagens de celebração do objeto (sol e praia), a fim de torná-lo essencial para a vida humana. Baudrillard (2018, p. 16-17) chama a atenção para as *drugstores* modernas e se pode estabelecer uma analogia com o turismo de massa, pois, para o autor, “a centralização quantitativa dos produtos deixa menor margem para a exploração lúdica e a justaposição das prateleiras e dos produtos e dos produtos impões um itinerário mais utilitário”.

As críticas feitas ao turismo de massa podem ser estendidas à sociedade, sendo essa área um reflexo das sociedades, nas quais “reinem as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se

uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13). O espetáculo e o consumo são importantes para a atividade turística, os produtos são pensados para atender aos consumidores, que estão inseridos em uma sociedade do consumo e espetacularizada. No entanto, a crítica a se fazer é que, quando as atividades e os produtos feitos para poucos começam a afetar uma grande quantidade de pessoas, principiam a criar bolsões de exclusão que intensificam núcleos receptores com uma cultura própria, um modo particular de conduzir o tempo-espaço, fazendo com que ele se transforme em um não lugar, um lugar alheio às demandas sociais e subjugado às demandas econômicas.

Diante da necessidade de se criarem novas demandas e novos nichos para atividades turísticas, principalmente diante de discursos ambientais que ganharam mais força a partir da década de 1990, o turismo sustentável traz consigo novos rumos de consumo turísticos, cujo objetivo é o consumo de baixo impacto. É nessa narrativa que o turismo sustentável se opõe ao turismo de massa e começa a “criar” novos espaços turístico, contrapondo-se ao turismo sol e praia. O turismo sustentável, de baixo impacto, prioriza conciliar as necessidades e interesses dos turistas e da população local, porém, como expõe Krippendorf (2001, p. 147), “[...] harmonizar o desenvolvimento turístico implica, antes de tudo, desembaraçar o nó dos interesses, muitas vezes contraditórios, e estabelecer uma ordem prioritária”, que deve ser, primeiramente, o entendimento de sustentabilidade.

As falas de protocolos e conferências internacionais trazem a ideia de que se deve utilizar os elementos naturais de forma que as próximas gerações possam usá-los. Veiculam, também, a ideia de que o uso deve ser comum, bem como a responsabilidade de conservar, entretanto, não é o que se percebe em relação aos elementos naturais: vê-se, sim, que grupos pequenos desejam privatizar os lucros e socializar as perdas ambientais.

Foi teia de narrativas que as grandes instituições governamentais e não governamentais apregoam a sustentabilidade, fazendo-se necessário disseminar o pensamento de Sachs (2004) que vincula a ideia de desenvolvimento aos conceitos de igualdade, equidade e solidariedade, capazes de produzir meios para a sustentabilidade e, assim, contribuir para atividades ligadas ao turismo sustentável. Esse tipo de turismo, assim como inúmeros de seus produtos, também foi segmentado para atender a determinados nichos, entre eles está o ecoturismo, o qual pressupõe que as áreas exploradas precisam ter um planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, “[...] por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável” (BENI, 2001, p.428). Todos os conceitos atribuídos

por diversos autores convergem com a ideia de conservação ambiental, geração de renda e educação ambiental, que utilizam os meios apontados por Beni (2001).

A discussão acerca do ecoturismo, um segmento para atender e utilizar os elementos naturais como recursos para geração de renda, é saudável e deve ser cada vez mais utilizado, principalmente, para a criação de novos espaços turísticos. Ademais, o ecoturismo pode contribuir com a aquisição de novos conhecimentos por meio da *práxis*. A atividade ecoturística, em espaços bem gerenciados, pode auxiliar na geração de renda da população local, bem como potencializar um processo inverso ao do globalitarismo, que é a manutenção das manifestações culturais local.

O turismo sustentável aparece como um proposta alternativa ao turismo de massa, bem como uma proposta consonante aos anseios de um consumo consciente, que englobe os interesses dos habitantes locais para criar a possibilidade de melhorar a posição econômica e social que o turismo pode promover. Ademais, por parte do turista, estes podem sair da zona de conforto e mudar seus horizontes, descobrir coisas novas e aumentar seus conhecimentos de mundo. Colocado o turismo sustentável em uma hierarquia de objetivos ter-se-á, assim, um desenvolvimento harmonioso entre o conjunto de turistas e a população local, e não aquele turismo e turista colonizador, que destrói o ambiente e provoca consequências funestas à comunidade visitada.

A realidade, porém, da construção do turismo sustentável, do ecoturismo, passa por sérios desafios que não serão fáceis de superar. Um deles é a transmutação do ecoturismo para eco-massturismo e a submissão econômica. Essa transmutação se alicerça-se nas leituras sobre a sociedade do espetáculo, de Guy Debord, e os campos realizados para discussão acerca do ecoturismo em São Domingos (GO), cujo principal atrativo turístico são as cavernas, situadas em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Estadual Terra Ronca.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que o ecoturismo possui uma complexidade maior do que os outros segmentos ligados à natureza. O ecoturismo compreende ou vincula-se à prática de baixo impacto ambiental e cultural, conservação ambiental e geração de renda para a população local. Ademais, como mostram Neil e Wearing (2001), é um veículo para aumentar a compreensão ambiental, logo, se espera muito da atividade ecoturística. No entanto, em uma sociedade onde “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p. 25), o ecoturismo se torna mais um meio para se aumentar o capital, assemelhando-se àquele turismo sol e praia. Desse modo, a vedete do espetáculo é, no momento, a natureza. Todos os elementos que a compõem se tornam objeto de representação espetacular do homem vivo ao concentrar em si a imagem, como as várias *selves* tirada de um

único emoldurado quadro paisagístico. Debord (1997, p. 112), em uma de suas análises sobre mercadoria, assevera que

[...] o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de uma equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço.

A preocupação com a atividade ecoturística é real e deve ser refletida e criticizada, pois esse segmento está se transformando em mais um segmento de massa com a chancela do eco. Essa discussão deve estar presente e ser proposta para todos os envolvidos com esse segmento, pesquisadores, políticos, condutores, meios de hospedagem e turistas, pois os turistas não estão tendo um pensamento eco, e sim visitando lugares que possuem pouca transformação antrópica e provocando impactos negativos nesses espaços.

Outro ponto de atenção apresentado aqui, o econômico, faz com que essa atividade seja pouco desenvolvida, já que, em tese, é mais solidária e colaborativa do que as *commodities* (agricultura, minérios e pecuária), cujo avanço faz com que as áreas sejam cada vez mais antropofizadas e degradadas, impactando a matéria-prima do ecoturismo: paisagem sem degradação. A transformação da paisagem realizada pelo agronegócio e, por conseguinte, seus impactos ambientais, prejudicam o desenvolvimento de uma atividade que se preocupa com questões ambientais e culturais, além de haver uma divisão melhor da renda gerada pelo ecoturismo.

A discussão acerca do avanço da degradação ambiental em determinados biomas brasileiros é urgente, visto que esse avanço bordea algumas unidades de conservação ambiental protegidas por lei. A legislação ambiental e os instrumentos relacionados tentam conter excessos e avanços sobre áreas frágeis. No Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Snuc), por mais que não se tenha problemas como falta de recursos humanos e econômicos, as questões fundiárias ainda são uma estratégia-chave para a conservação da biodiversidade. As discussões mais caras em relação às UC referem-se aos povos que estavam ali antes de se tornar uma unidade de conservação, exigindo-se que muitos saíssem desse espaço e gerando uma disputa que em muitas delas permanece até hoje.

No que se refere ao Cerrado brasileiro, onde se situa o município de São Domingos (GO) e o PETeR, toda boa experiência esbarra em planos e/ou programas realizados para o Cerrado, como, por exemplo, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), cujo objetivo é estimular o aumento da produção

de alimentos (grãos). Esse projeto em específico reordenou o território do cerrado goiano, pois essa política ampliou as fronteiras agrícolas do Planalto Central. Iniciado a fins dos anos 1960, hoje vemos o resultado de sua eficiência: em 2021, o Cerrado alcançou o segundo lugar em desmatamento, com 30,2% da área (500.3,7 há), e, desse total, 10,1% aconteceram em alguma unidade de conservação; no Cerrado, foram 7,1%, de acordo com Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (MAPBIOMAS, 2022).

Diante do cenário de degradação ambiental, mesmo o Brasil tendo um arcabouço legal para conter os avanços, estes continuam acontecendo e, como apresentado, dentro de unidades de conservação. Uma dessas UC que sofrem pressão do agronegócio e da mineração e com a falta de regularização fundiária é a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Terra Ronca (GO), o principal atrativo do município de São Domingos (GO), que se situa no nordeste goiano, bordeando o limite com o estado da Bahia. Apesar de o Parque ter sido criado em 1989 e, de acordo com a legislação, ser obrigatório possuir um plano de manejo, o PETeR ainda não o possui, e isso contribui para a precariedade do Parque.

A região e, por conseguinte, Terra Ronca, sofre a pressão do avanço da monocultura, várias queimadas (não naturais) são registradas todos os anos e muitas delas dentro do próprio Parque, prejudicando a fauna e a flora, além de interferir no equilíbrio hídrico. As queimadas atingem fitofisionomias frágeis, como as veredas, que também são um dos atrativos do município. A expansão agrícola nas bordas do PETeR evidencia a importância de se ter mecanismos como o plano diretor que, ao ser implementado, trará a Terra Ronca uma zona de amortecimento (ZA) que pode arrefecer os impactos causados (de forma criminosa) ao ambiente natural. Além dos impactos relacionados diretamente aos elementos naturais, também foram relatadas nuvens de poeira, além dos insetos que vão em direção ao município devido à prática agrícola do entorno.

Ademais, ainda há poucos estudos que trazem à luz a discussão do impacto dos agrotóxicos usados na formação Urucuia, na Bahia, pois eles podem afetar de forma direta os espeleotemas das cavernas; ainda, a água infiltrada pode, também, ser oriunda das usadas para irrigação das monoculturas do lado baiano.

Diante da trajetória de ocupação e uso do solo do Cerrado e, agora, com a expansão agrícola na região do nordeste goiano, como podemos perceber diante das pesquisas realizadas sobre o desmatamento dos biomas brasileiros, nota-se que a atividade ecoturística tem muitos obstáculos a serem transpostos. Além dos desafios apresentados aqui, são necessários estudos para melhor otimizar o uso de seus elementos e, então, poder ajudar e melhor compreender esses elementos aos olhos da ciência geográfica.

A geografia enquanto ciência estuda a organização do espaço e como ele é ocupado e sofre com as interações de fatores físicos, sociais, políticos e econômicos. Para entender essas interações usar-se-ão categorias geográficas de análise e conhecimentos específicos, como climatologia, geomorfologia, cartografia e outros. Assim, trabalhar com os fundamentos geográficos aplicados ao turismo, a fim de compreender e otimizar as potencialidades, torna possível minimizar os impactos e efeitos negativos.

As atividades ligadas ao ecoturismo, nas quais a exploração de área natural é permitida e planejada, pode influenciar o fluxo migratório de determinadas regiões, como no caso do nordeste goiano. As relações espaciais e populacionais estão diretamente ligadas à atividade (eco) turística, uma vez que, para atender determinadas demandas, os centros receptivos começam a alterar os fixos para atenderem e se enquadrarem aos desejos dos (eco) turistas.

Logo, os estudos acerca dos impactos e efeitos que o (eco) turismo pode promover aos núcleos receptivos podem e devem ser estudados aos olhos da Geografia, como já afirmado, e dentre o arcabouço geográfico que se pode evocar para os estudos, principalmente, do ecoturismo, estão a Climatologia geográfica, a Geomorfologia Ambiental, a Biogeografia e a Cartografia, sendo a escolha dos ramos da Geografia orientada para o que se deseja na elaboração de um produto final turístico. A escolha dos setores da Geografia para otimizar o produto ecoturístico é estudada por autores como Aranha e Guerra (2014), Oliveira (2005), Teles (2009) e Besancenot (1990), que possuem trabalhos voltados para a análise da atividade (eco) turística, de modo a compreender a aplicabilidade da Climatologia, da Geomorfologia, da Biogeografia e da Cartografia.

Neste trabalho, porém, desejou-se ir além do que costumeiramente é apresentado, por exemplo, nos estudos da Climatologia Geográfica, voltada para a atividade turística. Festa e Aranha (2014) mostram a necessidade de se entender a diferença de tempo e clima, compreender a importância da meteorologia e da classificação climática para determinada região, apresentando climogramas, tabelas de tipos de nuvens, velocidades de ventos, entre outros elementos e fatores do clima. Sem embargo, é preciso ir além dos conteúdos escolares voltados para o clima, sendo essencial trabalhar, de forma multiescalar, os tipos de tempos trazidos por Barros e Zavatini (2009).

Com relação à escala zonal, há de atentar-se para o monitoramento de fenômenos como o El Niño e La Niña, que repercutem e promovem impactos locais. Nesse sentido, a análise rítmica, técnica desenvolvida por Monteiro (1971) e aplicada também por Besancenot (1990), pode contribuir de forma direta na compreensão dos tipos de tempo na escala local, sem perder de vista o monitoramento sazonal, que contribui para uma melhor análise dos fenômenos locais

e, quando necessário, para a prevenção de risco e o planejamento de alternativas de geração de renda para os que dependem da atividade (eco) turística nas cavernas.

Zavattini e Fratianni (2016) propuseram um estudo do clima aplicado à variação do ritmo climático no Piemonte Italiano, para, assim, diversificar a oferta de produtos, entendendo haver a possibilidade de usufruir de outros atrativos que não sejam aqueles relacionados à neve.

Assim, com a proposta de se analisar os “tipos de tempo” com base na análise rítmica, pretende-se complementar a classificação climática para compreender o verdadeiro quadro climático e, assim, propor uma diversificação de produtos (eco) turísticos, ou até mesmo para o estado intervir e auxiliar financeiramente aqueles que são prejudicados pelo período chuvoso.

Em relação à Geomorfologia aplicada ao Turismo, tem-se como finalidade destacar os aspectos do meio físico relevantes para a prática (eco) turística, como apontam Guerra e Marçal (2014). Nesse sentido, a Geomorfologia aplicada ao turismo está tanto para identificar geoformas, ou feições geomorfológicas que sejam e possam ser transformadas em produto turístico, quanto como mitigadora das formas de ocupação e uso dos (eco) turistas. Novamente, os estudos da geomorfologia voltada para a prática (eco) turística devem ser feitos em escala local; evidentemente que as macroformas são de interesse cênico, contudo, são as microformas de relevo e as geoformas usadas como atrativo turístico que merecem uma atenção especial.

As cavernas, principalmente as calcárias, são um atrativo turístico que por si só atraem a curiosidade de vários segmentos do turismo, porém, o turismo de massa tem trazido problemas para os ambientes cavernícolas, como o desequilíbrio atmosférico. De acordo com Rocha e Galvani (2018), o lixo deixado pelos turistas também desequilibra a fauna local. Nessa perspectiva, trabalhar o fluxo de turistas se torna essencial em ambientes cavernícolas, assim como um plano espeleológico se torna essencial para a manutenção das cavernas.

Além do ambiente cárstico (PETeR) há, também, a exploração das feições geomorfológicas de interesse turístico, como apresentado neste trabalho, exploradas por terem feições diversas e por serem estruturas pretéritas à ocupação do homem. Os espeleotemas são afetados pelo uso dos reatores de carbureto, muito utilizado pelos condutores e pelos (eco) turistas. O uso de carburetos, como apontam Lobo *et al.* (2015), causa impacto na estrutura dos espeleotemas, além da coloração poder fazer com que as geoformas se desprendam e, por conseguinte, provoquem algum acidente.

Na caverna Terra Ronca II há outra prática que prejudica a estrutura da caverna: foi construído um altar na sua entrada, tendo a romaria de Bom Jesus da Lapa seu ponto alto com ação antrópica negativa, uma vez que são colocadas velas e estas queimam a parede calcária, novamente colocando em risco a estrutura da caverna e seus usuários. Ademais, esteticamente

ela vai perdendo valor de atração (eco) turística, já que os (eco) turistas, voltados à sustentabilidade, procuram lugares onde a ação antrópica tenha causado menos impactos, e mesmo a Terra Ronca II sendo o cartão postal do PETeR isso (ação predatória) pode prejudicar o interesse pela caverna.

A Geomorfologia aplicada ao turismo pode e deve trabalhar para mitigar os danos antrópicos com ações pedagógicas em relação aos planejadores e condutores da Unidade de Conservação, além de ajudar na elaboração de *folders* e manuais aos (eco) turistas de como agir na caverna, com o objetivo de usufruir dos espeleotemas sem danificá-los. Guerra e Marçal (2014, p. 45-46) apontam que “podem ser feitos levantamentos e diagnósticos de recursos da área explorada, bem como definir planos de ação para implantação de um turismo, levando em conta a conservação do recursos naturais em questão”.

A partir desses dois exemplos entende-se que o conhecimento geográfico tem muito a cooperar com o desenvolvimento dos estudos do Turismo; ademais, os conhecimentos não devem ser aplicados ao turismo de forma global, e sim local, para que de fato se tenha um produto personalizado e que entenda as dinâmicas socioespaciais, bem como as diferenças físico-naturais de cada núcleo receptor. É nesse sentido que as discussões acerca das unidades de conservação voltadas para a atividade turística também devem ser analisadas.

Neste trabalho foi feita uma análise da atividade (eco) turística na Unidade de Conservação de Proteção Integral de Terra Ronca (GO), situado no município de Goiás, sendo observados os conteúdos físicos para otimizar sua utilização como produto turístico. Para uma análise geoturística, usou-se o pensamento sistêmico, que permite examinar todos os elementos, de modo individual e integrado, para melhor compreensão dos fenômenos desenvolvidos na área de estudo. Ressalta-se que o modelo sistêmico é estudado tanto na geografia quanto no turismo para compreender a organização do todo, compreendendo que todos os elementos estão interligados e um desequilíbrio em algum elemento estruturante compromete o todo e faz com que não se tenha um produto turístico eficaz, ou seja, não se tenha um produto turístico que atenda os objetivos propostos, no caso da UC, a sustentabilidade ambiental e cultural.

A Unidade de Conservação é um espaço especial que possui muitas variantes em seu uso, bem como em sua ocupação. Possui regras específicas para o controle de uso e exploração de seus elementos, bem como orientações quanto à sua organização espacial. Vale lembrar que as unidades de conservação podem ser federais, estaduais e municipais; as duas últimas tem o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Snuc) como documento Quest. Na classificação apresentada pelo Snuc e pela Lei Estadual n.º 14.247, de 29 de julho de 2002, Terra Ronca (GO) está na categoria de parque estadual, podendo ser desenvolvida atividade turística sustentável,

contudo, como apresentado no presente trabalho, o conceito de sustentabilidade adotado, principalmente, pela atividade turística não consegue atender de forma adequada o que se pretende atingir com seu desenvolvimento em uma UC.

A análise sobre a atividade (eco) em Terra Ronca foi feita com base nos campos realizados, além de questionário aplicado para os envolvidos de forma direta na atividade (eco) turística. Neste último já se consegue apontar uma apatia no processo de integração das discussões acerca da atividade (eco) turística desenvolvida no Parque. Ao todo, foram solicitados que 30 pessoas respondessem a um questionário cujo objetivo era saber sobre suas percepções da atividade (eco) turística desenvolvida no PETeR, porém, apenas 11 (onze) indivíduos o responderam, mesmo estando ele aberto durante 2 (dois) meses para contestação. A inércia para responder ao questionário, mesmo após 2 (dois) contatos com alguns deles, sugere que não acham importante apresentar suas percepções acerca da atividade (eco) turística, ou acreditam que nada mudará com sua participação na melhoria/construção de um produto (eco) turístico.

Os resultados obtidos daqueles que responderam ao questionário mostram divergências entre a prática e as bases teóricas do ecoturismo, principalmente quando se pensa no ecoturismo como um todo, com todos os elementos necessários para sua efetivação. Um ponto que chama a atenção foram as respostas em relação a se há outras atividades que causam impactos ambientais em Terra Ronca (GO): a maior parte das respostas foi que sim. Com base nisso, não se pode chamar o turismo realizado no PETeR de ecoturismo, mesmo que não sejam os (eco) turistas que causem os impactos apontados pelos que responderam ao questionário. Há outro ponto fundamental a ser avaliado para a atividade (eco) turística ser realizada no PETeR, o Plano de Manejo, obrigatório em unidades de conservação, ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento da atividade (eco) turística no Parque. Não há, até esta data (03/2023), um PM para o PETeR, mesmo o parque tendo sido criado há mais de 30 anos. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à divergência (implícita) quanto ao uso e ocupação do Cerrado nessa região do estado, onde a monocultura, a pecuária e a mineração avançam drasticamente e acabam por degradar parte das unidades de conservação.

O Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2021 (RAD) apresenta 30,2% de área desmatada (500.537 ha), avançando sobre as UC; o Parque Estadual, em 2021, teve 4.812 ha de desmatamento, sendo o segundo no *ranking*, perdendo apenas para a Estação Ecológica, com 5.115 ha. Em 2021, da área total de desmatamento 7,1% situa-se no Cerrado. A falta de PM facilita o desmatamento tanto na área do Parque como no que seria a zona de amortecimento (ZM), contribuindo para a degradação dos atrativos ecoturísticos e fazendo com que

determinada área perca valor para a visitação ecoturística. Como já dito aqui, para esse segmento de turistas o importante é a área com menos ação antrópica.

Percebe-se, por meio do RAD 2021, que o arcabouço legal para conservação ambiental não foi ou não é suficiente para conter os avanços, principalmente, da monocultura no Cerrado, mostrando a eficácia de planos propostos para o uso e a ocupação da savana brasileira dos anos 1970. O avanço sobre as áreas de unidade de conservação mostra também que os objetivos propostos nas UC não são alcançados, entretanto, são necessárias algumas perguntas acerca dessas áreas antes de condená-las à ideia de ineficácia. Como seria a degradação ambiental nessas áreas se não houvesse essas restrições? Haveria a possibilidade de haver ecoturismo nessas áreas não existindo, pelo menos em tese, um controle desses espaços? Essas perguntas suscitam questionamentos sobre a eficácia dessas áreas, mesmo não sendo da forma que se espera e que sua arquitetura legal pressupõe.

Apesar das discussões sobre os problemas que muitas UC possuem, como falta de recurso humano, não monitoramento das visitas, falta de infraestrutura, qualificação dos autóctones para trabalharem na unidades de conservação, seja como condutores, meio de hospedagem ou em outros setores do turismo, estas se mostram como um grande nicho do (eco) turismo, tanto no que se refere à conservação quanto à geração de renda. No que se refere, por exemplo, à conservação da fauna, principalmente de animais na lista de extinção, o Parque Estadual Terra Ronca (GO) possui um caso de sucesso ao conseguir proteger algumas dessas espécies, como, por exemplo, *Pyrrhura pfrimeri* (Tiriba), que está na lista de espécies ameaçadas de extinção de acordo com a Portaria do MMA n.º 148, de junho de 2022 (BRASIL, 2022). Em relação aos ganhos econômicos, pegar-se-á o exemplo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) e, então, se reproduz tabela já apresentada anteriormente com a finalidade de facilitar a visualização dos dados:

Tabela 12 – Contribuições Econômicas do Turismo no Parna Chapada dos Veadeiros

Unidade de conservação	Visitação 2015	Total de Gastos Visitantes	Total Vendas	Total Remuneração	Total Valor Agregado	Total Emprego
Parna Chapada dos Veadeiros	56.629	R\$4.007.961	R\$12.740.702	R\$3.342.199	R\$4.623.102	135

Fonte: Adaptado de Souza *et al.* (2017).

A possibilidade de se usar as unidades de conservação para a atividade ecoturística é real e possível, contudo, há de se ter políticas públicas que não entrem em conflito com os

preceitos ecológicos. Além das políticas públicas conflituosas com as questões do uso e ocupação do Cerrado (goiano), há a necessidade de incorporar-se os conhecimentos geográficos para otimizar o uso dos elementos naturais como recursos ecoturísticos, com uma observação sistêmica do ambiente, compreendendo que cada alteração de determinado elemento vai repercutir no todo e este, por conseguinte, interfere diretamente no produto eco.

A análise multiescalar dos fenômenos físico-naturais é importante e deve ser feita para compreender como a escala macro interfere na escala micro, que, por sua vez, possibilita criar ações que mitiguem os impactos de fenômenos naturais. Ademais, há a necessidade de se criar produtos que caminhem com a atividade ecoturística, visto que o turismo não pode ser visto como panaceia para questões de geração de renda, este tem de estar inserido em um pacote diversificado de geração de renda, onde o turismo e seus segmentos sejam mais um elemento (primordial ou não) para oportunizar ganhos financeiros.

Além dos aspectos que abordam as políticas públicas, de estudos geográficos aplicados ao turismo, há a urgência de capacitar os autóctones, como já afirmado anteriormente, para que eles tenham e possam compreender o que é o segmento ecoturístico, de modo a se extrair o máximo que esse segmento tem a oferecer. A ideia de sustentabilidade, com base em Sachs (2004), pode ser promovida por esse entendimento do que venha a ser ecoturismo. Desse modo, será possível promover-se uma articulação maior entre a população local, a fim de cobrar ações dos responsáveis para a confecção de um produto ecoturístico alicerçado nos pensamentos de Rodrigues Adyr (2003), Furlan (2003), Conti (2003), Beni (2001), Neil e Wearing (2001), entre outros autores que se debruçam sobre essa temática.

Lima (2003) compreende, também, ser possível utilizar as unidades de conservação, tanto de uso sustentável como de proteção integral, ser utilizada para o ecoturismo, contudo, infelizmente, isso não tem sido possível por não haver um acompanhamento, monitoramento, entre outros elementos que já foram apresentados neste trabalho. Ainda em Lima (2003), apoiada em estudo realizado pelo Fundo Mundial para a Natureza – WWF (2021), os problemas apresentados, refere-se à regularização fundiária, como falta de recursos humanos, entre outros, fazem com que a atividade ecoturística, como proposta pelos estudiosos, não seja realizada nas UC.

Diante dos caminhos percorridos durante o trabalho proposto – nos diálogos com os autores sobre ecoturismo, na leitura e sensação de incredibilidade do avanço da degradação ambiental sobre as unidades de conservação, nos estudos de campo realizados, nas respostas obtidas dos questionários aplicados, na não participação dos envolvidos de forma direta na atividade (eco) turística em Terra Ronca em responder aos questionários –, chega-se à

conclusão de que não há atividade ecoturística em São Domingos (GO) e no seu principal atrativo, que é o maior conjunto cavernícola da América do Sul – Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual Terra Ronca (GO). Não há um produto ecoturístico no PETeR, tampouco haverá em curto e médio prazo um produto ecoturístico em Terra Ronca (GO), por não haver nenhum dos elementos propostos pelo ecoturismo na localidade. A ideia de desenvolvimento sustentável, cujos princípios norteadores apresentados foi o de Sachs (2004, 2009), não é respeitada, o que já torna a atividade ecoturística inexistente. Ademais, não há uma eficiência econômica.

O conceito de ecoturismo – de que se trata uma atividade de baixo impacto ambiental que contribui para a conservação ambiental e cultural, bem como promove a geração de renda local e, por fim, contribui para a educação ambiental – é ousado demais para um País onde a política econômica se sustenta na produção de *commodities* e, para isso, não mede esforços para permanecer nessa posição, mesmo que isso impacte na degradação ambiental.

O surgimento de novos núcleos de turismo, principalmente os que têm os elementos naturais e as paisagens menos antropocizadas – ou seja, o turismo sustentável, cuja morada é o ecoturismo sua morada –, não foi suficiente para de fato se criarem novos polos ou núcleos receptores de turismo baseados na natureza. Nesse contexto, cada vez mais Beni (2001) está certo em afirmar que não basta ter bons atrativos turísticos, neste caso, ecoatrativos, tem-se de ter políticas públicas voltadas para essa área e há de se qualificar a mão de obra dos locais, a fim de inseri-los como parte do processo de um produto ecoturístico, e não apenas como coadjuvante nesse processo. Ainda, há de se ter ciência aplicada para a produção e diversificação de ecoatrativos e que todos esses elementos convirjam em um produto ecoturístico, o que não se tem em Terra Ronca (GO).

Os discursos ambientais se expressam muito mais no campo das ideias do que na realidade, pois a materialização dos protocolos e das conferências internacionais sobre o ambiente, como aponta Monteiro (1981), não se concretiza. Aqui, toma-se emprestado de Nelida Piñon o título do livro *Presumível coração da América* para afirmar haver apenas um presumível ecoturismo em desenvolvimento na UC PETeR. Nesse caso, a presunção não se transforma magicamente em realidade sem atitudes, compromissos e responsabilidades do coletivo (população e Estado) para que haja, de fato, o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual Terra Ronca (GO) e não se fique à procura do eco no turismo realizado em São Domingos (GO).

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. A teoria dos refúgios: origem e significado. *In*: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS, 2., 1992. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 1992. p. 29-34.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do quaternário no Brasil. **Boletim da Sociedade Brasileira de Geologia**, [s.l.], v. 1, n.º 1, 1957.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABL – Academia Brasileira de Letras. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AGUIAR JUNIOR, Paulo Roberto Ferreira de. **Avaliação da potencialidade dos atrativos ecoturísticos do município de São Domingos, Goiás**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- AGUIAR JUNIOR, Paulo Roberto Ferreira de; BARROS, Juliana Ramalho; VASQUES, Herika Silva. Clima e Turismo: Uma discussão necessária para melhor aproveitamento dos atrativos turísticos: caso de São Domingos, GO. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 18, n.º 1, p. 1-17, 2020.
- AGUIAR JUNIOR, Paulo Roberto Ferreira de; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Do Litoral ao bioma Cerrado: as cavernas do Parque Terra Ronca (GO) como atrativo ecoturístico. **Revista InterEspaço**, Grajaú, v. 6, p. 1-26, 2020.
- ALMEIDA, Fabiana Pureza de. **Histórico de Criação das Categorias de Unidade de Conservação no Brasil**. 2014. 247 f. Dissertação (Dissertação em Ecologia) – Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade – IPÊ, Nazaré Paulista, 2014.
- AMARAL JÚNIOR, José Bento C. **O turismo na periferia do capitalismo: a revelação de um cartão postal**. 2008. 665 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicação. **Meu Município – Acessos e Cobertura de Telecomunicações**. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/meu-municipio-anatel>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). **Geografia aplicada ao turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
- ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de; GOUVEIA, Luís Borges. Uma revisão sobre os princípios da Teoria Geral dos Sistemas. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n.º 16, p. 1-14, jul.-dez. 2016.

ARRUDA, Moacir Bueno. Corredores ecológicos no Brasil: gestão integrada de ecossistemas. *In: ARRUDA, Moacir Bueno; SÁ, Luís Fernando S. Nogueira de (org.). Corredores ecológicos: um abordagem integradora de ecossistemas no Brasil. Brasília: Ibama, 2003. p. 11-46.*

ASSUNÇÃO, Pedro Henrique da Silva; BRAGANTE-FILHO, Marco Antônio. Atual metodologia de mapeamento de cavernas realizada pela Sociedade Excursionista e Espeleológica - SEE. **Revista Espeleologia**, n. 1, p. 20-28, 2017. Disponível em: https://see.ufop.br/sites/default/files/see/files/revista_espeleologia_digital1.pdf?m=152572477
3. Acesso em: 7 set. 2021.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. Tradução de Maria Zani dos Santos. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AYRCA, Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes; AMYK, Associação das Mulheres Yanomamis Kumirayoma. **Plano de Visitaçã**o: Yaripo Ecoturismo Yanomami. Amazonas, AM: 2017

BARBIÉRE, Evandro Biassi. O fator climático nos sistemas territoriais de recreação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 43, n.º 2, p. 145-266, abr./jun. 1981.

BARBOSA, Milena. Incêndio atinge Parque Estadual de Terra Ronca e destrói mais de 7 mil hectares em São Domingos. **G1**, 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/09/21/incendio-atinge-parque-estadual-de-terra-ronca-e-destrui-mais-de-7-mil-hectares-em-sao-domingos.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: EDUFMT, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciaçã**o ao estudo do turismo. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2003.

BARROS, Juliana Ramalho. **Tipos de tempo e incidência de doenças respiratórias**: um estudo geográfico aplicado ao Distrito Federal. 2006. 121 f. Tese (Nível Doutorado) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2006.

BARROS, Juliana Ramalho; ZAVATTINI, João Afonso. Bases conceituais em climatologia geográfica. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 8, n.º 16, p. 255-261, out. 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Arte e Comunicação, 2018.

BELTRÃO, Francisco. **Potencialidades geomorfológicas turísticas da margem esquerda do Lago de Salto Osório – PR**. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Francisco Beltrão, 2010.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

BÉRGAMO, Karolina. Os problemas de saúde que atingem as grandes cidades. **VejaSaúde**, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/bem-estar/os-problemas-de-saude-que-atingem-as-grandes-cidades>. Acesso em: 1º abr. 2021.

BESANCENOT, Jean-Pierre. **Climate et tourisme**. Paris: Masson, 1990. (Collection Géographie).

BRANCO, Patrícia M. Castelo; MAGALHÃES, Leandro Henrique. Turismo de massa: uma construção do capitalista. **Terra e Cultura**, v. 41, p. 25-29, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 1.922, de 5 de junho de 1996**. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1922.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5758.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 6.640, de 7 de novembro de 2008**. Dá nova redação aos arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 5o e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto no 99.556, de 1o de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Brasília: Presidência da República, [2008b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6640.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 8.972, de 23 de janeiro de 2017**. Institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d8972.htm. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 10.935, de 12 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Brasília: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10935.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934**. Approva o código florestal que com este baixa. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1934b]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-publicacaooriginal-78167-pe.html>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934**. Decreta o Código de Águas. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1934a]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24643-10-julho-1934-498122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 86.176, de 6 de julho de 1981. Regulamenta a Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1981a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d86176.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 99.556, de 1º de outubro de 1990. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99556.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1888]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília: Presidência da República, [1965]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1967]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei n.º 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1977]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1981b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: Presidência da República, [1997]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1998]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006.** Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis n.ºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2006a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2008a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília: MMA, 2016. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/3-secao-geral/categoria-projetos/977-diretrizes-da-politica-nacional-de-ecoturismo>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006b. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200417203825.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria n.º 148, de 7 de junho de 2022.** Altera os Anexos da Portaria n.º 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria n.º 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria n.º 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, [2022b]. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2020/P_mma_148_2022_altera_anexos_P_mma_443_444_445_2014_atualiza_especies_ameacadas_extincao.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo:** diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em:

http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo tem faturamento recorde de R\$ 136,7 bilhões em 2019. **Associação Brasileira de Empresas de Eventos**, 2019. Disponível em: https://abeoc.org.br/2019/11/turismo-tem-faturamento-recorde-de-r-1367-bilhoes-em-2019/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=turismo-tem-faturamento-recorde-de-r-1367-bilhoes-em-2019. Acesso em: 11 mar. 2023.

CALIXTO, Filip. Turismo deve gerar US\$ 233 bilhões na América Latina em 2022. **Panrotas**, 21 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2022/02/turismo-deve-gerar-us-233-bilhoes-na-america-latina-em-2022_187548.html. Acesso em: 24 nov. 2022.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do Turismo no Brasil: reações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)**. São Paulo: Aleph, 2007. (Série Turismo).

CAMARGO, José Carlos Godoy; TROPPEMAIR, Helmut. A evolução da Biogeografia no âmbito da ciência geográfica no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, n.º 3, p. 133-155, dez. 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton R. Eichenberg. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

CARACRISTI, Isorlanda. **O Pensamento Sistêmico Contemporâneo e os Estudos Geográficos da Natureza**. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011 - Costa Rica II Semestre 2011

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandra; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 8. reimpr. São Paulo: Contexto, 2020. p.15-25

CARVALHO, Gisélia Lima. **A política de turismo no Estado de Goiás: um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção**. 2015. 212 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CARVALHO, Gisélia Lima. **Ecoturismo nos cerrados goianos: do enfrentamento do discurso ao desafio da prática**. Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás, [2015].

CARVALHO JÚNIOR, Osmar Abílio de *et al.* Ambientes cárnicos. *In*: FLORENZANO, Teresa Galloti. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. p. 185-213.

CASTRO JUNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henrique; FREITAS, Leandro Esteves. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. *In*: GUERRA, Antônio José; COELHO, Maria Célia Nunes (org.). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 25-65.

CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza. **Cartografia de paisagens: fundamentos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. **Cavidades naturais subterrâneas**. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/cecav/images/stories/projetos-e-atividades/PAN/Mapas/TOpriori_8maio18_sirgas.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. São Paulo: Blucher, 1980.

CNN BRASIL. Ecoturismo no Brasil: tendência que veio para ficar no pós-pandemia. **CNN Brasil**, 26 de abril de 2021. Disponível em: <https://viagemgastronomia.cnnbrasil.com.br/noticias/ecoturismo-no-brasil-a-tendencia-que-veio-para-ficar-no-pos-pandemia/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique, MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios, Abordagens da Geografia e da Ecologia Política. *in* GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (org) **Unidades de Conservação** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

COLANTUONO, Aline Correia de S. O processo histórico da atividade turística mundial e nacional. **Cadernos da Fucamp**, v. 14, n.º 21, p. 30-41, 2015.

CONTI, José Bueno. Ecoturismo: Paisagem e Geografia. *in* RODRIGUES *et al* (org) **Ecoturismo no Brasil: possibilidade e limites** São Paulo: Contexto, 2003

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELPHIN, Carlos Fernando Moura. Terra Ronca. **Revista UFG**, v. 12, n.º 9, p. 169-183, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48331>. Acesso em: 20 ago. 2020.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues. **Fundamentos do Turismo: conceito, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIGITAL HISTORY. **Declaration of the Conservation Conference of Governors**. Disponível em: https://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtID=3&psid=3990. Acesso em: 2 set. 2020.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo. **Deliberação Normativa n.º 432, de 28 de novembro de 2002**. Disponível em: http://viajandodireito.com.br/wp-content/uploads/2011/12/DN432_2002.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

FESTA, Mário; ARANHA, Raphael de Carvalho. Tempo, clima e turismo. *In*: ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). **Geografia aplicada ao turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. p. 10-34

FOLHAPRESS. Agência de Turismo Thomas Cook declara falência e afeta 600 mil clientes. **Folha de São Paulo**, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/agencia-de-turismo-thomas-cook-declara-falencia-e-afeta-600-mil-clientes.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2020.

FRIDGEN, Joseph. **Dimensions of Tourism**. Michigan: Educational Institute of the American Hotel & motel Association, 1990.

FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. *In*: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1999.

GAMARRA, Norah Costa. **O valor das áreas protegidas para além da conservação da natureza**: identificação de *assets* em unidades de conservação federais. 2017. 82f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação dos Trópicos) – Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação dos Trópicos, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2017.

GILIO, Leandro; RENNÓ, Nicole. O crescimento do agronegócio realmente tem se refletido em maior renda para agentes do setor? **Cepea**, 3 set. 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/o-crescimento-do-agronegocio-realmente-tem-se-refletido-em-maior-renda-para-agentes-do-setor.aspx>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GODINHO, Rangel G. *et al.* Geomorfologia e turismo no município de Pirenópolis (GO). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 12, n.º 37, p. 73-84, mar. 2011.

GOIÁS. **Decreto n.º 4.700, de 21 de agosto de 1996**. Estabelece a área e os limites do Parque Estadual de Terra Ronca, criado pela Lei 10.879, de 7 de julho de 1989, localizado no Município de São Domingos, e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, [1996]. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/62598/pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOIÁS. **Lei n.º 10.879, de 7 de julho de 1989**. Cria o Parque Estadual de Terra Ronca. Goiânia: Assembleia Legislativa, [1989]. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/84853/pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GOIÁS. **Lei n.º 14.247, de 29 de julho de 2002**. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, [2002]. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81809/pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

GOIÁS. **Portaria SEMARH n.º 0222/2012**. Disponível em: https://www.meioambiente.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-06/portaria-220-2012---peter-visitacao.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

GUERRA, Antônio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa 3, de 4 de setembro de 2017**. Instituir o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Brasília: Ibama, 2017. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=137305>. Acesso em: 4 mar. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Alto Paraíso de Goiás – Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraíso-de-goias/panorama>. Acesso em: 9 nov. 2022.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. **Protected Area Categories**. Disponível em: <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/about/protected-area-categories>. Acesso em: 11 maio 2021.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Tradução de Tânia Pellegrini; revisão técnica de Rosely Pacheco D. Ferreira. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

KAJIHARA, Kelly. A imagem do Brasil no exterior. Análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até os dias atuais. **Observatório de Inovação do Turismo** – Revista Acadêmica, [s.l.], v. 5, n.º 3, set. 2010.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

KUHLMANN, Edgar. Noções de Biogeografia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, p. 48-111, jul./set. 1977.

LEFF, Enrique. La Ecología Política en América Latina. Un campo en construcción. **Polis**, v. 5, 2003. Disponível em: <http://polis.revues.org/6871>. Acesso em: 4 mar. 2023.

LEGISLAÇÃO. Ministério do Turismo (MTUR) disponível em http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110 acessado em Abril de 2022

LEOPOLD, Aldo. **Almanaque de um condado arenoso e alguns ensaios sobre outros lugares**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

LIMA, Maria Lucia Costa. (ECO) turismo em Unidades de Conservação. *In*: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-81.

LONGO, Malu. Chuvas na Região Nordeste de Goiás preocupam gestores. **Jornal O Popular**, 31 de outubro de 2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/chuvas-na-regi%C3%A3o-nordeste-de-goi%C3%A1s-preocupam-gestores-1.2552315>. Acesso em: 16 nov. 2022.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

MACHADO, Marcello de B. T. As etapas evolutivas do turismo: um estudo sobre o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XX). **Revista de Cultura e Turismo**, v. 7, n. 1, p. 105-127, 2013.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2021** – São Paulo, Brasil. [S.l.]: MapBiomass, 2022. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 30 out. 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MEDAGLIA, Juliana; SILVEIRA, Carlos Eduardo. O papel histórico do turismo. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 12, n. 2, p. 159-171, 2017.

MENEZES, Paulo Márcio de; FERNANDES, Manuel do Couto. **Roteiro de cartografia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MIRANDA, Dinomar. **Deu ruim: Incentivo fiscal não atrai empresas para Nordeste goiano. Apenas três empresas querem ir para Campos Belos (GO)**, 2019. Disponível em <https://dinomarmiranda.com.br/deu-ruim-incentivo-fiscal-nao-atrai/> acessado em 20 de março de 2020

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MOKA, Waldemir. **Parecer n. , de 2018.** Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2018 (PL nº 3.166, de 2015 na origem), que institui o Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter) e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7883015&disposition=inline>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A frente polar atlântica e as chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil:** contribuição metodológica à análise rítmica dos tipos de tempo no Brasil. [S.l.: s.n.], 1969.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A questão ambiental no Brasil 1960-1980.** São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1981.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Análise rítmica em Climatologia:** problemas da atualidade climática em São Paulo e achegas para um programa de trabalho. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Geografia, 1971. 21 p. (Série Climatologia n.º 1).

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistema: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A climatologia Geográfica no Brasil e a proposta de um novo paradigma. *In*: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo (org.). **A construção da climatologia geográfica no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015. p. 10-11.

MORIN, Edgar. **O Método I: a natureza da natureza**. Trad. de Ilana Heinberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MUIR, John. **My First Summer in the Sierra**. Boston and New York: The Riverside Press Cambridge, 1911. Disponível em: https://www.yosemite.ca.us/john_muir_writings/my_first_summer_in_the_sierra/my_first_summer_in_the_sierra.pdf. Acesso em: 5 de dezembro de 2020.

MUNHOZ, Fábio. Governo Federal libera construções em cavernas e grutas. **CNN Brasil**, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-federal-libera-construcoes-em-cavernas-e-grutas/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

MURARA, Pedro Germano. Caminhos da biogeografia. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 17, n.º 58, p. 168-179, jun. 2016.

MURER, Beatriz Moraes; MACHADO, Aline Ribeiro; PIVELLO, Vania Regina. **Guia para planos de manejo de parques naturais municipais brasileiros**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

NAKASHIMA, S. Kaoru; CALVENTE, Maria del Carmen M. H. C. A história do turismo: epítome das mudanças. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio/ago. 2016.

NEIL, John; WEARING, Stephen. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Editora Manole, 2001.

NICHOLLS, Henry. The Conservation Business. *In*: SEBBA, Jaime A. (ed.) **Ecotourism and Sustainable Tourism: New Perspective and Studies**. Toronto: CRC Press, 2012.

NOGUEIRA, Ruth E. **Cartografia: representação comunicação e visualização de dados espaciais**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Nosso Futuro Comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NUNES, Cleane Santos. **Turismo e suas implicações socioambientais: estudo do espeleoturismo edo turismo religioso em grutas calcárias no estado da Bahia**. 2011. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/17.pdf>. Acesso em: 4 set. 2021

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A cartografia aplicada ao planejamento do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 25, n. 1-2, p. 29-45, jan./dez. 2005.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (GO)**. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Ivanilton José. Turismo no Cerrado. **Revista UFG**, Goiânia, ano XII, n.º 9, dez. 2010.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 19 out. 2022.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PARQUE ESTADUAL TERRA RONCA – PETeR. Disponível em <https://www.meioambiente.go.gov.br/component/content/article/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1127-parque-estadual-de-terra-ronca-peter.html?Itemid=101> Acessado em Setembro de 2021

PAULA, Laura. Cerrado é campeão em produtividade na agricultura. **Safra**, 11 de setembro de 2013. Disponível em: <http://revistasafra.com.br/cerrado-e-campeao-em-produtividadena-agricultura/>. Acesso em: 8 jan. 2018.

PIMENTEL, Maurício Ragagnin; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Geografia e turismo: em busca de uma interação complexa. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 7, n.º 3, p. 440-458, jul.-sept. 2015.

PIRES, Mario Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil**. Barueri: Editora Manole Ltda., 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS. **Sobre a Cidade**. Disponível em: <https://saodomingos.go.gov.br/sobre-a-cidade/cultura-local/>. Acesso em: 14 out. 2022.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Governo esconde aumento de 8% na destruição do Cerrado disponível em <https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/> acessado em 10 de abril de 2022

PUREZA, Fabiana. **Histórico de criação das categorias de Unidades de Conservação no Brasil**. [S.l.]: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2014. 247 p.

REATTO, Adriana *et al.* Solos do Bioma Cerrado. Aspectos pedológicos *In*: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Sempiramis Pedrosa de; RIBEIRO, Felipe (ed.). **Cerrado: Ecologia e Flora**. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 76-78.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**: Pensamento internacional x Situação brasileira. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

RFI. Monocultura da soja destruiu mais de 30% do cerrado brasileiro entre 2004 e 2017, alerta WWF. **UOL Notícias**, 13 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/01/13/monocultura-da-soja-destruiu-mais-de-30-do-cerrado-brasileiro-entre-2004-e-2017-alerta-wwf.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 7 jan. 2022.

RIBEIRO, José Felipe, WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. *In*: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Sempiramis Pedrosa de; RIBEIRO, Felipe (ed.). **Cerrado: Ecologia e Flora**. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 152-212.

ROBBINS, Paul. *Political ecology: a critical introduction*. 2nd ed. (Critical introductions to geography). [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2012.

ROCHA, Bárbara Nazaré; GALVANI, Emerson. **Microclima de cavernas**. Estudo microclimático das cavernas do Parque Estadual Intervales, SP. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

RODRIGUES, Adyr B. (org.) **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço**. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos).

SAKITANI, Iara. **Geografia e Cartografia do Turismo**. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia. **Nota Pública**. Campinas, 13 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Nota-Publica-da-SBE-sobre-o-Decreto-10.935-2022.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Daniel; MCBOYLE, Geoff. **Using a ‘tourism climate index’ to examine the implications of climate change for climate as a tourism resource**. Jan. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238102783_Using_a_'tourism_climate_index'_to_examine_the_implications_of_climate_change_for_climate_as_a_tourism_resource. Acesso em: 3 mar. 2023.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papirus, 2001.

SIQUEIRA, Maria Isabel. Considerações sobre ordem em colônias: as legislações na exploração do pau-Brasil. **Revista de Pesquisa Histórica**, [s.l.], v. 29, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24300>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SILVA, Diego Coimbra Barcelos da; RECH, Adir Ubaldo. A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface homem-natureza. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 41, n. 2, p.13-27, maio/ago. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo; THAPA, Brijesh.; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; IMORI, Denise; (2017). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo; SIMÕES, Helene Barbosa; (2019). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**. v. 5. Tradução de Saulo Kriegerl. São Paulo: Aleph, 2000.

TCMGO – Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás. **Receitas**. Disponível em: <https://www.tcmgo.tc.br/pentaho/api/repos/cidadao>. Acesso em: 4 abr. 2022.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos geográficos do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

TOCANTINS. Presidente Dilma Roussef oficializa Matopiba durante lançamento do Plano de Defesa Agropecuária. **Secretaria da Agricultura e Pecuária**, 7 maio 2015. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/noticias/presidente-dilma-roussef-oficializa-matopiba-durante-lancamento-do-plano-de-defesa-agropecuaria/4i567r9cvkab>. Acesso em: 15 nov. 2022.

TOUR-F-408 – ECONOMIE DU TOURISME. **Introduction: Du Tourisme Au Systeme Touristique**. Disponível em: <https://www.doccity.com/fr/du-tourisme-au-systeme-touristique/8312242/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Turismo).

VILELA, Grazielle Júnia Pereira; COSTA, Helena Araújo. Políticas Públicas de Turismo: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022). **Revista Turismo em Análise – RTA**, v. 31, n. 1, p. 115-132, jan./abr. 2020.

UNWTO – World Tourism Organization. **Tourism Data Dashboard**. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/unwto-tourism-dashboard>. Acesso em: 18 jul. 2020.

WULF, Andrea. **A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. São Paulo: Planeta, 2016.

YOSHII, Kazubiro. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer. *In*: YOSHII, Kazubiro; CAMARGO, Amábilio J. A. de; ORIOLI, Álvaro Luiz (org.). **Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer**. Planaltina DF: Embrapa Cerrados, 2000. p. 23-24.

ZAVATTINI, João Afonso; FRATIANNI, Simona. Variações do ritmo climático no Piemonte italiano: reflexões no Vale de Sua (Neve e Turismo) e no “Terror” do Barolo (Produção Vitivinícola). **Revista de Geografia**, Recife, v. 33, n.º 4, 2016.